UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

AMÁLIA OLIVEIRA CARVALHO

MULHERES AGRICULTORAS, AGRICULTURA FAMILIAR E AGROTÓXICOS: SOBRE UM COTIDIANO SILENCIADO

AGRICULTURAL WOMEN, FAMILY AGRICULTURE AND PESTICIDES: ABOUT A SILENT DAILY EVERYDAY

CAMPINAS
2020

AMÁLIA OLIVEIRA CARVALHO

MULHERES AGRICULTORAS, AGRICULTURA FAMILIAR E AGROTÓXICOS: SOBRE UM COTIDIANO SILENCIADO

AGRICULTURAL WOMEN, FAMILY AGRICULTURE AND PESTICIDES: ABOUT A SILENT DAILY EVERYDAY

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde, na área de Política, Gestão e Planejamento.

Dissertation presented to the Faculty of Medical Sciences of the State University of Campinas in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master in Public Health: Policies and Health Management, in the area of Policy, Management and Planning.

ORIENTADOR: PROF. DR. HERLING GREGORIO AGUILAR ALONZO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA AMÁLIA OLIVEIRA CARVALHO, E ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR HERLING GREGORIO AGUILAR ALONZO

CAMPINAS
2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Maristella Soares dos Santos - CRB 8/8402

C253m

Carvalho, Amália Oliveira, 1982-
Mulheres agricultoras, agricultura familiar e agrotóxicos : sobre um cotidiano silenciado / Amália Oliveira Carvalho. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Herling Gregorio Aguilar Alonzo.
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

1. Saúde da população rural. 2. Agroquímicos. 3. Saúde ambiental. 4. Agricultura sustentável. 5. Divisão do trabalho baseado no gênero. I. Alonzo, Herling Gregorio Aguilar, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Agricultural women, family agriculture and pesticides : about a silent daily everyday
Palavras-chave em inglês:
Health of the rural population
Agrochemicals
Environmental health
Sustainable agriculture
Gender-based division of labor
Área de concentração: Política, Gestão e Planejamento
Titulação: Mestra em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde
Banca examinadora:
Herling Gregorio Aguilar Alonzo [Orientador]
Maria Inez Padula Anderson
Daniele Pompei Sacardo
Monica Correia Lima
Data de defesa: 26-11-2020
Programa de Pós-Graduação: Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-7419-8318
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/7039667527259390

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO

AMÁLIA OLIVEIRA CARVALHO

ORIENTADOR: PROF. DR. HERLING GREGORIO AGUILAR ALONZO

MEMBROS TITULARES:

1. **PROF. DR. HERLING GREGORIO AGUILAR ALONZO**
2. **PROFª. DRª. MARIA INEZ PADULA ANDERSON**
3. **PROFª. DRª. DANIELE POMPEI SACARDO**
4. **PROFª. DRª. MONICA CORREIA LIMA**

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Planejamento e Gestão em Saúde da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da FCM.

Data de Defesa: 26/11/2020

DEDICATÓRIA

À todas as mulheres emudecidas pela mordaça do machismo.
À todas as mulheres que ainda não acreditam em sua existência.
À todas as mulheres brancas, pretas, indígenas, quilombolas, sem terras, lésbicas, trans e escravas que se foram, porque reivindicaram.
Às filhas da terra, da Capital da Uva Itália, desse chão que pisam as suas botinas cheias de barro, esperança e coragem.
E a minha mãe Rosa (*in memorian*) que, sem saber, plantou a semente de garra e coragem que hoje continua a fecundar em mim.

AGRADECIMENTOS

Muitos fizeram parte do percurso desta pesquisa e, cada um a sua maneira, contribuiu para que esse trabalho se tornasse possível.

Às equipes de Estratégia Saúde da Família de São Miguel Arcanjo, em especial aos Agentes Comunitários de Saúde Vanderson, Eveline, Douglas, Fabiana e Bianca. A potencialidade do trabalho de vocês fez a diferença nesta pesquisa. Sem as indicações certeiras das entrevistadas, certamente a riqueza de informações deste material estaria a desejar.

Ao Roberto Furuya, líder comunitário do Bairro Colônia Pinhal, por contribuir com indicações tão pertinentes das mulheres com representatividade do seu bairro.

Às mulheres lavradoras entrevistadas, protagonistas desta peça, que se dispuseram, dentro da sua rotina desconhecida e desconcertante, a me conceder um espaço nos seus lares, ou na roça, para que pudéssemos conversar e nos conhecer. Tenham certeza que parte de mim nasceu depois das nossas conversas. Muito obrigada!

Agradecimento especial ao meu orientador, Herling, pela paciência, atenção e sabedoria compartilhadas. Atravessamos o Golpe parlamentar de 2016, nos indignamos com o assassinato de uma vereadora que falava em nome dos calados, e ficamos, juntos, amendrontados e desesperançados em vista de um governo que não nos representa. Por tantas destas, concluímos somente agora esse trabalho às avessas dos interesses da maioria. Que a nossa trajetória se perpetue, companheiro.

À Secretaria Municipal de Agricultura de São Miguel Arcanjo, por me conceder os mapas territoriais do município, sem embaraços.

Ao Presidente da Câmara, Marcelo Aguiar, por prontamente autorizar a utilização do espaço físico e dos equipamentos audiovisuais da Câmara Municipal para que a defesa da dissertação ocorresse neste espaço, possibilitando que o público interessado assistisse a cerimônia presencialmente, sobretudo as mulheres agricultoras protagonistas desta pesquisa.

Ao Charlie, funcionário da Câmara Municipal, por ter se responsabilizado pela estrutura de multimídia do espaço, e garantir que a cerimônia acontecesse adequadamente. Para tanto, acumulou sua rotina de trabalho concomitantemente com duas tardes de testes e mais testes... Muito obrigada Charlie!

Aos amigos da equipe NASF São Miguel, que me acompanharam e ouviram minhas angústias e histerias neste longo percurso. Deram boas risadas a cada comentário de correção deste trabalho...

À Andressa, pela delicadeza e dedicação de trabalhar com as entrevistas gravadas, transcrevendo-as ao papel.

À Daniele Pompei Sacardo e ao Nelson Filice de Barros, pelas contribuições calorosas durante a Banca de Qualificação.

Às minhas amigas e amigos são-miguelenses de infância, vocês são minha história e meu presente. Ontem brincávamos. Hoje somos comadres e compadres. Coisas de interior, enfim.

Ao meu pai, João Gote, por reescrever sua vida empobrecida acreditando na potencialidade da educação pública, como caminho de mudança de realidades sociais. Plantou em mim o gosto de estudar. Privilégio o meu de poder fazer parte desta história.

Por fim, à Luciana, que divide sonhos comigo. E que me faz ser humano melhor.

RESUMO

A natureza e extensão das desigualdades e diferenças na saúde dos grupos populacionais em diferentes áreas geográficas dentro de uma mesma amostra, mesma região ou país apresentam vieses importantes dependentes dos níveis de agregação. Sobre a ótica do gênero no meio rural, a desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – considerado "trabalho invisível" – é reflexo da cultura machista que abrange a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família. O objetivo é analisar as relações do trabalho feminino no cotidiano da agricultura familiar, num cenário de exposição a agrotóxicos. Trata-se de um estudo descritivo exploratório, de natureza qualitativa. Foram consideradas 14 agricultoras oriundas da agricultura familiar, com idade mínima de 18 anos, de seis diferentes bairros rurais de São Miguel Arcanjo-SP. Na coleta de dados por meio de entrevista foi utilizado questionário semiestruturado, organizado em cinco blocos: dados pessoais, trabalho agrícola, o uso de agrotóxicos, morbidades referidas e dados socioeconômicos. A análise do material seguiu as fases de análise do conteúdo, segundo Bardin, a saber: organização da análise, codificação, categorização, tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados. Foi possível inferir que no ritmo de desdobramento da trabalhadora rural/do lar é que se constitui a mulher do campo, exercendo seu acúmulo de funções, de maneira acrítica e silenciada. De outro modo, desprovida de conhecimento técnico sobre riscos que os agrotóxicos podem causar através de contato direto ou indireto, desenvolve habilidades que a faz identificar a ocorrência de sintomas de intoxicação. A insatisfação com seus meios de produção é evidenciada quando renomeiam agrotóxicos como sinônimo de veneno. Rompem com o regime da autorização discursiva, construindo-se enquanto Sujeito Absoluto, provido de sonhos e vontades. Autodefinem-se primeiramente como lavradoras, apesar das múltiplas jornadas impostas pelo agropatriarcado. E cuidam-se, sozinhas, alheias às práticas tradicionais de cuidados em saúde que desconsideram as diferenças de gênero e cultura deste meio silenciado. São Miguel Arcanjo, não diferiu do contexto de realidade das lavradoras que ocupam os territórios rurais no mundo. Retratou-se o cotidiano de vida dessas mulheres, e possibilitou a produção de hipóteses e incômodos acerca desse cenário. Por fim, nos âmbitos nacional e global, o trabalho amplo e fundamentado no

combate a privação de direitos dessas mulheres de modo que impacte no fim da miséria econômica, intelectual e sanitária, deve ser pauta das discussões e políticas de Estado. Localmente, viabilizar encontros permanentes de mulheres, como construção de Grupos Sujeitos, seria o primeiro passo para a emancipação desses corpos femininos subalternizados, considerando a triangulação "gênero/campesinato/cuidados em saúde". Nesta perspectiva, é possível potencializar as competências identificadas nestas mulheres, como a "autoestima coletiva", e a "resiliência comunitária", a partir do Sistema único de Saúde mediante a Estratégia Saúde da Família, enquanto pilar de fortalecimento do Capital Social nestes grupos populacionais, no contexto de cuidados ampliados em saúde, vínculo comunitário, competência cultural, intersetorialidade e participação social.

PALAVRAS CHAVE: saúde da população rural, agroquímicos, saúde ambiental, agricultura sustentável, divisão do trabalho baseado no gênero

ABSTRACT

The nature and extent of inequalities and differences in the health of population groups in different geographic areas within the same sample, same region or country, present important biases depending on the levels of aggregation. Regarding the gender perspective in rural areas, the devaluation of multiple female tasks in official statistics - considered “invisible work” - is a reflection of the sexist culture that encompasses society and its main institutions, including the family. The objective is to analyze the relations of women's work in the daily life of family farming in a scenario of exposure to pesticides. It is a descriptive exploratory study, of qualitative nature. 14 women farmers from family farming, aged at least 18 years old, from six different rural neighborhoods of São Miguel Arcanjo-SP were considered. In the collection of data through an interview, a semi-structured questionnaire was used, organized in five blocks: personal data, agricultural work, the use of pesticides, referred morbidities and socioeconomic data. The analysis of the material followed the stages of content analysis, according to Bardin, namely: organization of the analysis, coding, categorization, treatment of results, inference and interpretation of results. It was possible to infer that it is in the pace of development of the rural worker / home that the rural woman is constituted, exercising her accumulation of functions, in an uncritical and silent way. Otherwise, lacking technical knowledge about the risks that pesticides can cause through direct or indirect contact, it develops skills that make it possible to identify the occurrence of intoxication symptoms. Dissatisfaction with their means of production is evident when they rename pesticides as a synonym for poison. They break with the regime of discursive authorization, building themselves as an Absolute Subject, provided with dreams and desires. They define themselves primarily as farmers, despite the multiple journeys imposed by the agropatriarchy. And they take care of themselves, unaware of traditional health care practices that disregard the gender and culture differences of this silenced environment. São Miguel Arcanjo, did not differ from the reality context of the farmers who occupy rural territories in the world. The daily life of these women was portrayed and enabled the production of hypotheses and discomfort about this scenario. Finally, at the national and global levels, broad work based on combating the deprivation of the rights of these women in a way that impacts the end of economic, intellectual and sanitary misery, must be the subject of discussions and State policies. Locally, making permanent women's meetings

possible, such as the construction of Subject Groups, would be the first step towards the emancipation of these subordinate female bodies, considering the triangulation “gender / peasantry / health care”. In this perspective, it is possible to enhance the skills identified in these women, such as “collective self-esteem”, and “community resilience”, based on the Unified Health System through the Family Health Strategy, as a pillar for strengthening Social Capital in these population groups, in the context of expanded health care, community bonding, cultural competence, intersectorality and social participation.

KEYWORDS: health of the rural population, agrochemicals, environmental health, sustainable agriculture, gender-based division of labor

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Taxa de urbanização brasileira 27
Figura 2. Evolução da ocupação em estabelecimentos agropecuários no Brasil. 1995-2050 28
Figura 3. Financiamento de acordo com o tamanho das propriedades rurais 29
Figura 4. Agricultura familiar e concentração de terras no Brasil – 2017 30
Figura 5. Pulverização aérea de agrotóxicos sobre Aldeia Xavante, MT. 2012.....32
Figura 6. Taxa de incidência da notificação por agrotóxicos – Brasil. 2007-2014 37
Figura 7. Proporção de notificações de intoxicação por agrotóxicos segundo agente tóxico – Brasil. 2014 37
Figura 8. Índice de feminilidade da pobreza – América Latina (2014) 41
Figura 9. São Miguel Arcanjo – anos 1930. Praça da Matriz 48
Figura 10. São Miguel Arcanjo, localização geográfica no Estado de São Paulo 49
Figura 11. Marco da entrada principal da cidade à leste, vindo de Pilar do Sul 49
Figura 12. Mapa territorial – São Miguel Arcanjo 50
Figura 13. Características dos estabelecimentos agropecuários de São Miguel Arcanjo – 2017 51
Figura 14. Escrava Anastácia com sua mordaça e gargantilha de ferro 56
Figura 15. São Miguel Arcanjo, mapa municipal territorial – 2008 60
Figura 16. São Miguel Arcanjo, mapa municipal de UPAs do município 61
Figura 17. Fluxograma do percurso para a realização das entrevistas 65
Figura 18. Local de armazenamento de agrotóxicos e ferramentas de trabalho na propriedade rural familiar da Maria Felipa 77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Falas das mulheres agricultoras familiares segundo categorias e subcategorias de conteúdo. São Miguel Arcanjo/SP, 2018 72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área cultivada (ha) no município de São Miguel Arcanjo. 2016/2017 52
Tabela 2. Dados pessoais, econômicos e familiares acerca da realidade de vida das mulheres agricultoras são-miguelenses entrevistadas. 2018 71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde
Agrofit – Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários
CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CAT – Comunicação de Acidentes de Trabalho
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CIATox – Centros de Informação e Assistência Toxicológica
CID – Classificação Internacional de Doenças
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRC – Doença Renal Crônica
EFC – Ensino Fundamental Completo
EFI – Ensino Fundamental Incompleto
EMC – Ensino Médio Completo
EMI – Ensino Médio Incompleto
ESF – Estratégia Saúde da Família
FAESP – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCM – Faculdade de Ciências Médicas
ha - hectare
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+ - lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais/arromânticas /agêneros e mais
LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
mL - mililitros
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Panamericana de Saúde

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIH/SUS – Sistema de Informações Hospitalares

SIM – Sistema de informação sobre Mortalidade

Sinan – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINDAG - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola

Sinitox – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas

SM – Salário Mínimo

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

UPA – Unidade de Produção Agrícola

USAID – *United States Agency for International Development*

SUMÁRIO

1. Um átimo para dizer quem escreve 19
2. Introdução 21
3. Objetivos 25
4. Revisão de Literatura 26
4.1. A Revolução Verde na construção de iniquidades no campo 26
4.2. Os agrotóxicos no detrimento do valor das vidas 32
4.2.1. O panorama de intoxicações por agrotóxicos no Brasil 34
4.3. O corpo feminino que produz no silêncio 40
4.4. O corpo feminino intoxicado no silêncio 44
4.5. O retrato de um município territorialmente rural – de Fazenda Velha a São Miguel Arcanjo 47
4.5.1. Organização da assistência à saúde em São Miguel Arcanjo 52
5. Metodologia 54
5.1. O Estudo 54
5.2. Quem são as mulheres agricultoras são-miguelenses sujeitos na pesquisa?.....55
5.3. Variáveis e instrumentos de coleta de dados 58
5.4. Os percursos para o levantamento de dados 59
5.5. Análise do material 66
5.6. Comitê de Ética 68
6. Resultados e Discussão 69
6.1. Trabalho feminino no contexto da agricultura familiar 72
a. Rotina diária de uma mulher camponesa 73
b. Episódios referidos de intoxicação por agrotóxicos.....75
c. Percepções femininas acerca dos agrotóxicos 79
d. Relação de vivências com a terra 82
6.2. A mulher além da força de trabalho 84
a. A profissão silenciada 85
b. Divisão do trabalho doméstico 86
c. Contexto socioeconômico 89
d. Produção de cuidados em saúde das mulheres do campo 91
e. Pensar o futuro 93

7. Considerações finais 97
8. Referências Bibliográficas 102
Apêndice 1. Roteiro para entrevista semiestruturada: Mulheres agricultoras, agricultura familiar e agrotóxicos: sobre um cotidiano silenciado 113
Apêndice 2. Autorização da secretaria municipal de saúde para realização do estudo 118
Apêndice 3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 119

1. UM ÁTIMO PARA DIZER QUEM ESCREVE

Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
Francisco El hombre

Como assinala Deleuze, citado por Mansano(1): “Cada sujeito exprime o mundo de um certo ponto de vista” que é variável em cada momento histórico. E “o ponto de vista é a própria diferença”. Assim, “cada sujeito exprime, pois, um mundo absolutamente diferente e, sem dúvida, o mundo expresso não existe fora do sujeito que o exprime”.

Pois bem, a pessoa que aqui escreve, e que nesta apresentação escreve em primeira pessoa, Eu, Amália, sinto a necessidade de me situar dentro desse universo, não à toa.

Nasci e cresci em São Miguel Arcanjo, filha de pai e mãe professores da rede estadual de ensino, em família materna e paterna tradicionais do município. Enquanto as pessoas cursavam o ensino médio no período noturno para cumprirem jornada diária de oito horas de trabalho, estava eu com carga horária livre dedicada ao estudo para ingressar na faculdade de medicina. Tive o privilégio de ter tempo livre para pensar no que queria me tornar no futuro aos 14 anos de idade, já que não precisava trabalhar ou ajudar nos afazeres domésticos, e da roça, como muitos dos meus colegas de sala do colégio público daquela época.

O porém de cursar medicina numa universidade particular no município de São Paulo é que o meu mundo não poderia se expressar num mundo tão distante do meu eu. E a minha inquietação aumentava à medida que a verdade pragmática era vendida como medicina do mercado e da ciência em saúde, sem considerar a práxis.

Retornando para a minha cidade depois de formada, trabalhando como Médica de Família e Comunidade em ambiente rural, no mundo ao qual pertenço, com o povo ao qual me identifico, na terra que cresci, aprendi que a medicina é um pedaço de mim. Mas que só ela não me basta. E não basta também para os que me procuram como profissional médica. É preciso muito além do conhecimento acadêmico médico para poder fazer a diferença na vida das pessoas. Por isso a minha inquietação

continua, quando ouço a voz do capitalismo silenciando a voz do subalterno. Quando ouço a voz do machismo e do preconceito matando mulher, negro e LGBTQIA+, quando ouço a voz do corporativismo silenciando a voz do camponês que me pede permissão para me dirigir uma pergunta acerca do seu estado de saúde.

Por fim, a “Doutora” Amália, como muitos insistem em me tratar, como forma de “respeito”, mesmo não sendo pertencedora desse título, traçou seu rumo. Mulher, cisgênero, branca, LGBTQIA+, Médica de Família e Comunidade, trabalhadora e defensora do Sistema Único de Saúde como forma soberana de direito e cuidado do sujeito. E que prefere um convite para festas de “balbúrdia” a confraternizações formais corporativistas de fim de ano.

2. INTRODUÇÃO

Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer
Zé Ramalho

A distribuição da saúde e da doença entre os indivíduos e grupos de uma sociedade não é aleatória, está associada à posição social, que por sua vez define suas condições de vida e trabalho(2). Os países e regiões que possuem recursos econômicos e sociais melhor distribuídos, apresentam melhores indicadores de saúde. Uma melhor distribuição de recursos (incluindo recursos de trabalho, como emprego; recursos provenientes do Estado para os cuidados pessoais básicos, tais como cuidados de saúde, educação e transferência de renda às famílias de baixa renda, recursos culturais, recursos políticos, como a distribuição de poder), minimizam a existência de problemas de saúde associada à desigualdade, observados tanto na prática clínica individual como em análises populacionais, mostrando serem mais importantes na manutenção da equidade(3).

Vale salientar, que a natureza e extensão das desigualdades e diferenças na saúde dos grupos populacionais em diferentes áreas geográficas dentro de uma mesma amostra, mesma região ou país apresentam vieses importantes dependentes dos níveis de agregação geográfica dos dados coletados nos estudos governamentais(3). Nesta lógica, é de se esperar que a população rural ainda se encontre na posição de exclusão social, com seus direitos negados frente à invisibilidade das suas carências básicas de sobrevivência, como cuidados e acesso aos serviços de saúde, educação, moradia, segurança alimentar, saneamento básico, lazer, cultura e renda, que resultam na manutenção destas famílias na faixa dos “extremamente pobres” ou “pobres”(4) e contribuem para o mal estado geral de saúde das famílias e indivíduos trabalhadores rurais(9).

Também, no âmbito do cotidiano de vida dos trabalhadores rurais, as más condições de trabalho colocam os seus corpos em perigo em decorrência do trabalho penoso, da exposição a intempéries, do risco de mordidas e picadas de animais

peçonhentos, entre outros, e em destaque a exposição aos agrotóxicos que aumentam os índices de adoecimento, reconhecidamente as doenças relacionadas com o trabalho(5).

A utilização maciça de agrotóxicos vem trazendo, há várias décadas, prejuízos ao ambiente e à população(6). A aplicação de agrotóxicos é uma das atividades em que a contaminação do ambiente de trabalho é intencional, imposta pelo modelo de produção predominante(7). Na agricultura, o local de trabalho é o meio ambiente e, portanto, contaminam-se o trabalhador e trabalhadora, a produção e próprio ambiente(7), ou seja, distintos grupos populacionais estão expostos, em maior ou menor intensidade, pela ocupação, contaminação ambiental e alimentar(8).

É reconhecido que a exposição aos agrotóxicos causa efeitos deletérios a curto, médio e longo prazo para a saúde humana, como intoxicação crônica(9), maior morbidade psiquiátrica(10), aumento da morbimortalidade por câncer infanto-juvenil(11,12), prematuridade, baixo peso ao nascimento(13), malformações congênitas(14) incluindo microcefalia, anencefalia, espinha bífida e hipospádia(13), perda auditiva(15), além da ação dos agrotóxicos como desreguladores endócrinos(16), e sua relação com o desenvolvimento de obesidade e diabetes(17), depressão, insônia, irritabilidade, asma e doença de Parkinson(18), alterações reprodutivas femininas e masculinas, cânceres sensíveis a hormônios em mulheres, câncer de próstata e hiperplasia prostática, câncer renal e disfunções da tireoide e do neurodesenvolvimento de crianças, incluindo déficit de atenção e hiperatividade, e autismo(17–19).

No cotidiano da agricultura familiar, a vulnerabilidade inerente ao manejo de agrotóxicos, também esbarra em atos normativos oficiais que regulamentam a produção, comercialização, fiscalização e utilização dessas substâncias. Esses documentos, de acordo com Abreu (20),

> ao incorporarem, a partir de 1989, as Diretrizes do Código Internacional de Conduta para a Distribuição e Uso de Agrotóxicos como base conceitual e seguirem a cartilha do “uso seguro” como paradigma de proteção da saúde humana e do meio ambiente,

desconsidera o incentivo a modelos de produção não convencionais, ditados pelo modelo agroquímico, que são o contraponto da produção dos dez milhões de indivíduos fruto da agricultura familiar no País, considerados “trabalhadores autônomos familiares”, justificada tal rotulação por acessarem livremente os

agrotóxicos, porém sem terem definidas as garantias trabalhistas e de fiscalização quanto à forma “segura” de utilização desses produtos(20,21).

Neste sentido, é evidenciada a exposição da família aos efeitos nocivos dessas substâncias, na contaminação do ambiente peri e intradomiciliar, através da presença e acesso a roupas e equipamentos contaminados, durante o processo de manuseio de equipamentos e aplicação de agrotóxicos, no armazenamento dessas substâncias, no descarte de embalagens vazias desconsiderando orientações e normas de segurança, assim como na destinação dos resíduos do processo produtivo, além do fato de rótulos e bulas de agrotóxicos frequentemente apresentarem informações geralmente ininteligíveis sobre essas substâncias(22).

Também, a deriva da pulverização, caracterizada pelo desvio da trajetória da gota durante a aplicação de agrotóxicos, causada sobretudo por ações climáticas e mecânicas (vento, temperatura, umidade relativa do ar, raio de alcance de pulverização, tamanho das gotas de agrotóxicos dispersados), atinge as residências dos entornos das plantações causando intoxicações de todo o núcleo familiar(22).

Em relação à ótica do gênero no meio rural, percebe-se que diante do processo de naturalização da dicotomia homem x mulher, que perpassa o cotidiano de vida das mulheres agricultoras, a desvalorização da figura feminina nas estatísticas oficiais, a qual acumula múltiplas jornadas – considerado “trabalho invisível” – é reflexo da cultura machista que abrange a sociedade, a comunidade e suas principais instituições, incluindo a família(23). Mesmo os empreendimentos familiares, que incluem cooperativas e movimentos camponeses, são majoritariamente geridos e protagonizados pelo homem, não considerando a mulher como parte fundamental deste processo produtivo. Como exemplo, não é contabilizada a renda da produção do quintal e do trabalho desenvolvido pelas mulheres nos grupos de produção (4,24).

No caso da mulher, a exposição ocupacional a agrotóxicos é agravada por uma série de fatores nas condições e processo de trabalho. Em comparação com os homens, as mulheres que trabalham na agricultura são tipicamente encontradas em empregos de baixa remuneração e menor *status*, com menos acesso a medidas de promoção, informação e segurança(25).

No ambiente doméstico, a função de cuidado e limpeza da casa é outorgada sem questionamento à figura feminina. Ao utilizarem produtos de higiene e desinfetantes para controle de parasitas domésticos, ou quando lavam roupas contaminadas com agrotóxicos, as mulheres estão adicionalmente expostas a

resíduos de agrotóxicos em poeiras domésticas(26).

Quando se questiona sobre agravos e doenças que possam estar relacionadas à exposição a agrotóxicos, ainda faltam dados sobre a preocupação das mulheres com estas substâncias e sobre o seu papel no impacto à saúde(25). Além disso, ainda há poucos estudos ou o tamanho da amostra foi limitado, que avaliaram os riscos relacionados à exposição a agrotóxicos e/ou efeitos negativos específicos. Como exemplo, vários parâmetros negativos de reprodução feminina e desenvolvimento materno-infantil podem estar relacionados à exposição a agrotóxicos, incluindo menopausa precoce, infertilidade, abortamento espontâneo, morte fetal, trabalho de parto prematuro, malformações congênitas e restrição de crescimento intrauterino(13,18,25).

Finalmente, justifica-se a necessidade de imersão sobre o tema “mulher da agricultura familiar”, no sentido de desmistificar o fato de que a mulher é o ser menos capaz, redimida ao papel de reprodutora e cuidadora do lar(23,24). Tornar legítima a descontinuidade da lógica predatória de cunho patriarcal, não permitindo a continuidade de diversos tipos de violência e exploração de corpos femininos trabalhadores(4), e visibilizar a contribuição econômica das mulheres nas esferas do trabalho produtivo e reprodutivo, aos quais ela é responsável, seria fundamental para enaltecer o debate sobre o trabalho, a qualidade de vida e o caráter androcêntrico e imperialista das discussões de gênero no meio rural(4).

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as relações do trabalho feminino no cotidiano da agricultura familiar, num cenário de exposição a agrotóxicos.

Objetivos Específicos

Caracterizar a prática cotidiana da mulher na propriedade agrícola na qual está inserida, no contexto de múltiplas jornadas de trabalho.

Caracterizar socioeconomicamente a mulher trabalhadora da agricultura familiar, sobretudo quanto a sua renda familiar, autonomia financeira, contribuição previdenciária e lazer.

Descrever a relação da mulher com os agrotóxicos no processo de trabalho.

Descrever as morbidades referidas e episódios de intoxicação sofridos pela mulher agricultora.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão
Pena Branca e Xavantinho

4.1. A Revolução Verde na construção de iniquidades no campo

É difícil estimar o número de trabalhadores rurais no mundo, entretanto é possível se ter uma ideia a partir do número de propriedades rurais ou população rural. Nos Estados Unidos da América, o número de propriedades familiares diminuiu de 9 para 2,2 milhões entre 1940 e 1999(27). Já na América Latina, em 1950, 58,6% da população vivia no meio rural; por volta de 1960 igualou-se a proporção de população urbana e rural, e em 1965 a população rural diminuiu para 46,7%. Esta tendência de queda vem se mantendo, chegando em 2010 a 21,2% e estima-se que, em 2050, caia para 13,4%(28).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 a população rural brasileira representava 63,8% do total(28). Em 2010, com aproximadamente 30 milhões de pessoas, a porcentagem reduziu para 15,6%(28). E embora haja controvérsias no modo de se caracterizar o rural por meios de análises setoriais derivadas do serviço censitário oficial, e seja possível inferir que “o rural brasileiro é muito maior”(29), estima-se que, no ano de 2050, somente 8% da população brasileira seja moradora do meio rural(28) (Figura 1).

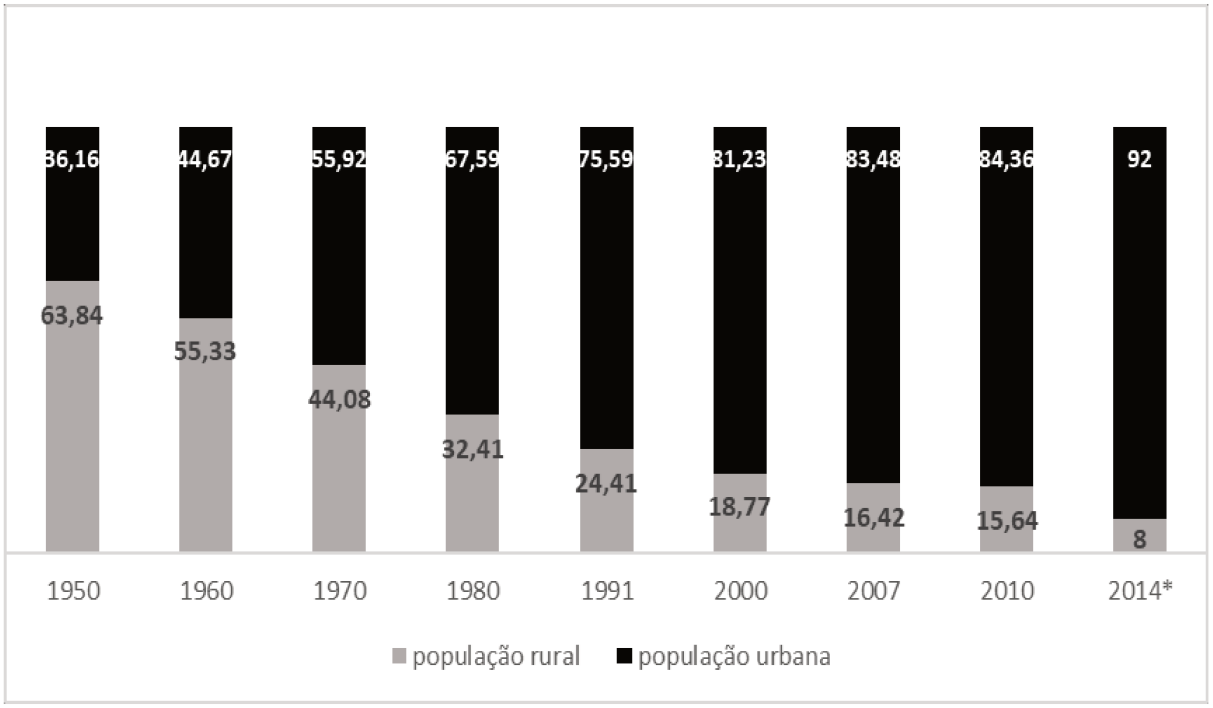

Figura 1. Taxa de urbanização brasileira
*Estimativa IBGE
Fonte: IBGE

Na população rural brasileira, quando se contabiliza o número de ocupados (com 10 anos ou mais de idade), o declínio também é predominante. Entre 1995 e 2013 esse número de trabalhadores passou de 17,9 milhões para 15,2 milhões(29). Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam um contingente de 15,10 milhões(21), diminuindo para 8 milhões de ocupados rurais em 2050(29) (Figura 2).

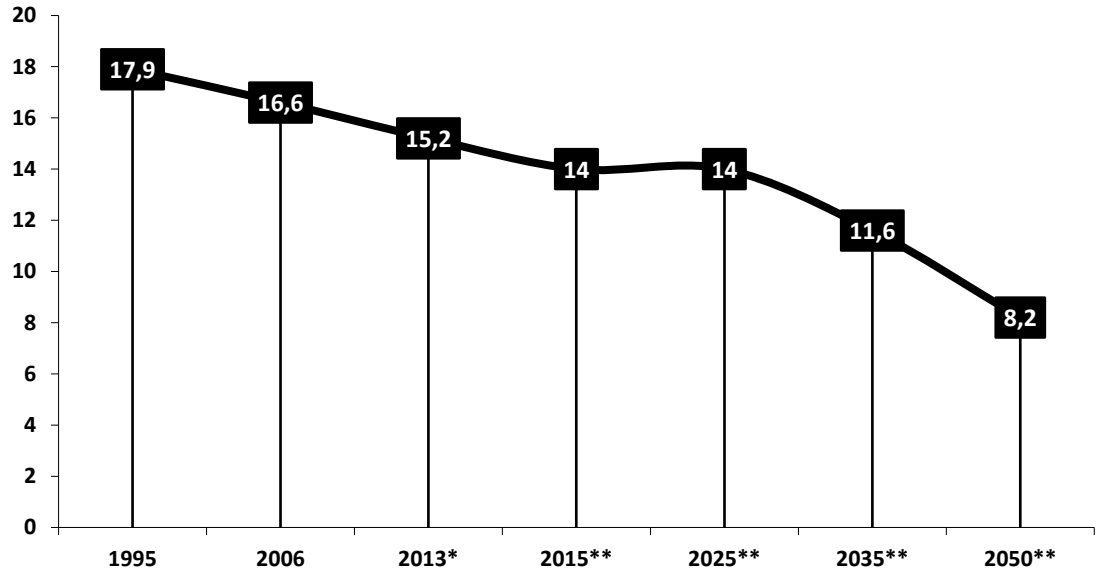

Figura 2. Evolução da ocupação em estabelecimentos agropecuários no Brasil. 1995-2050 *(em milhões de pessoas)*
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário
Nota: *Pessoal ocupado com base nos dados da Pnad/2013; **Estimativa DIEESE

A partir desses dados, pode-se inferir que os movimentos de modificação das práticas agrícolas articulados a partir da década de 1960, no âmbito mundial, em prol à "modernização da agricultura", ocasionou grande impacto não só ambiental, como também social. Essa modernização foi financiada por instituições responsáveis pela expansão internacional de empresas transnacionais, como a *United States Agency for International Development - USAID*, *Rockfeller* e *Ford Foundation* e o Banco Mundial, denominada "Revolução Verde", pautada pela transferência de tecnologia, no investimento de técnicas para o melhoramento de sementes, destacando-se o trigo, o milho e o arroz, alimentos base da população mundial. Está então estabelecida a prática da monocultura, favorecendo a proliferação de "pragas agrícolas" e consequentemente, o uso intensivo de agrotóxicos, para exterminar essas mesmas "pragas" ocasionadas pela própria monocultura. Encerrando o ciclo destas inovações, inclui-se na rotina de trabalho no campo a utilização de maquinários modernos, como tratores e colheitadeiras, finalizando assim, o ciclo de "sucesso tecnológico", bandeira da então Revolução Verde(30–32), hasteada por poucos homens, detentores de muitas terras.

No Brasil, às vistas da Revolução Verde, entre os anos 1960 e 1980, medidas governamentais foram adotadas a fim de incentivar o acesso de trabalhadores rurais aos agrotóxicos. Atreladas à nova realidade de produção

agroquímica, essas medidas atrelavam o crédito rural à compra de agrotóxicos, através do Sistema Nacional de Crédito Rural, além de financiar a criação de empresas transnacionais do setor no País, através do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas. Essas medidas contam, ainda hoje, com apoio das três esferas de governo (municipal, estadual e federal)(30).

No entanto, estudos acerca do impacto da Revolução Verde concluíram que a população pobre rural não se beneficiou de tais tecnologias ofertadas por esse modelo. Os grandes agricultores foram e ainda são os principais beneficiários dos incentivos governamentais, no que tange à facilidade de obtenção de créditos para insumos e fertilizantes, e no acesso à mecanização, encorajada pelos mesmos pacotes governamentais que contemplam a Revolução Verde(31), ou seja, a modernização não atinge, de forma homogênea, os estabelecimentos (Figura 3).

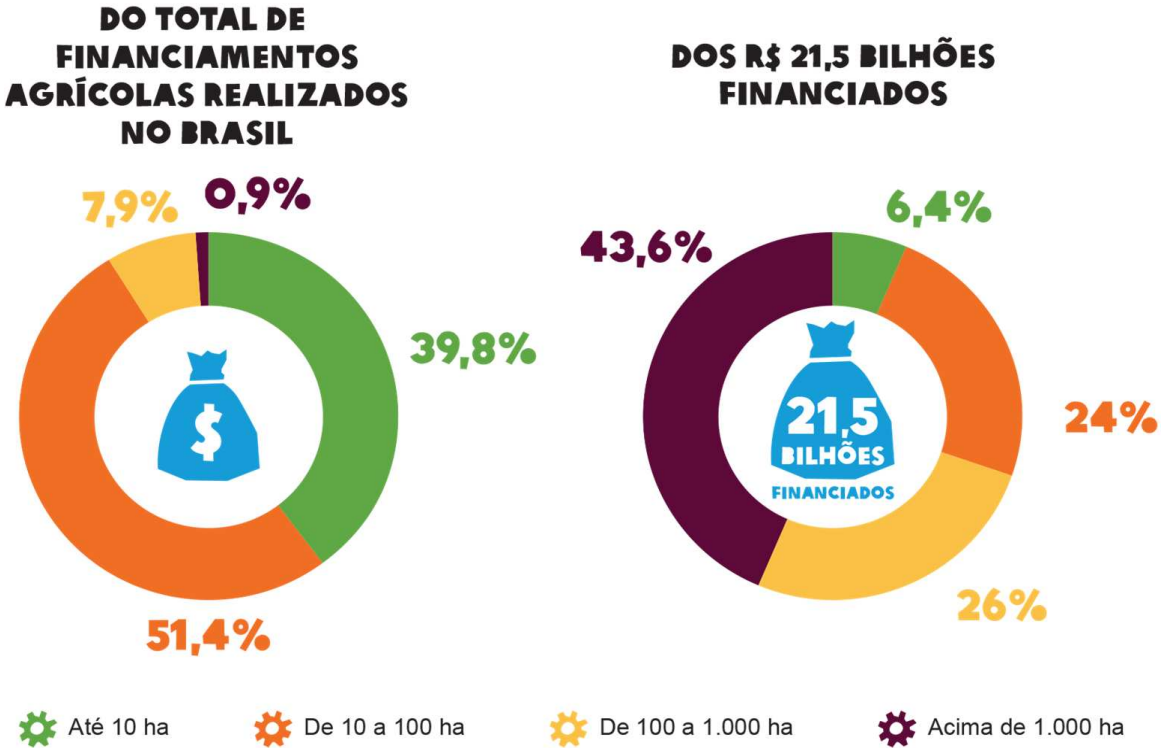

Figura 3. Financiamento de acordo com o tamanho das propriedades rurais
Fonte: Censo Agropecuário 2006/IBGE.
Elaborado por OXFAM BRASIL. Terrenos da Desigualdade. 2016.(33)

Outra consequência foi o intenso processo de expropriação de terras no campo, ocasionando aumentos contínuos da concentração fundiária, da concentração de renda e desemprego no cenário de trabalhadores rurais(32). Consequentemente, no cenário de agricultores familiares, em 2017, foram identificados 3.897.408

estabelecimentos da agricultura familiar (470.494 a menos se comparado a 2006). Em 2006, esse contingente representava 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Em 2017, no entanto, essa representação é de 77%. Não obstante, esse contingente de estabelecimentos da agricultura familiar atualmente ocupa somente 23% (ou 80,9 milhões de hectares) da área de todos os estabelecimentos agropecuários brasileiros (Figura 4). A área média dos estabelecimentos familiares é de 20,75 ha, contrastando com 232 ha dos estabelecimentos não familiares, conforme resultados do Censo Agropecuário de 2017(21,34).

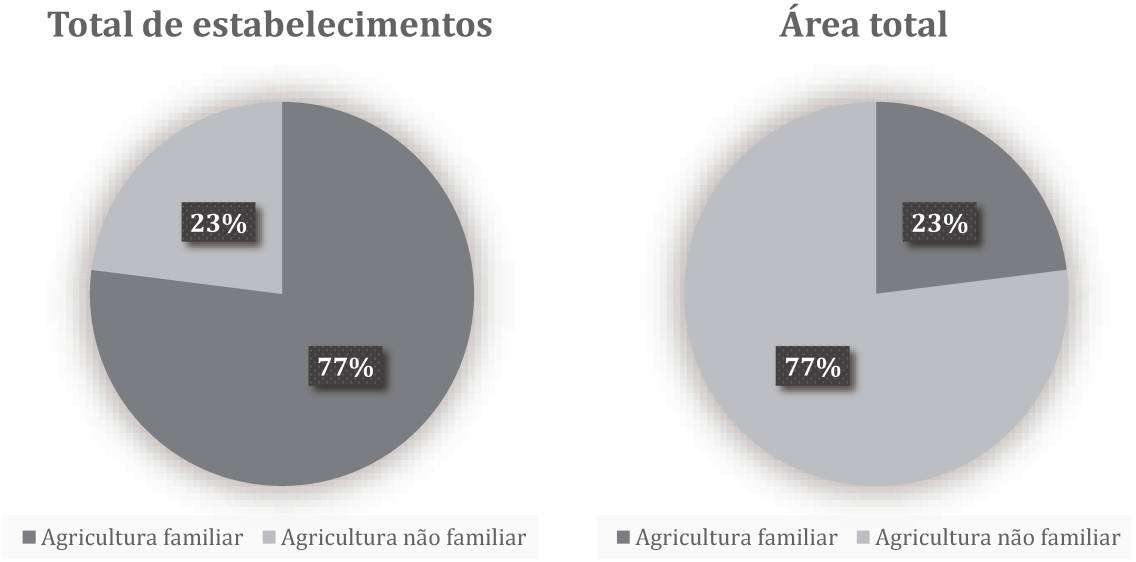

Figura 4. Agricultura familiar e concentração de terra no Brasil – 2017
Fonte: Censo Agropecuário 2017

O valor Bruto da Produção dos agricultores familiares que em, 2006 foi de R$59,2 bilhões (36,11% da produção agropecuária total), passou a R$107 bilhões em 2017, porém correspondendo a 23% da produção agropecuária total(21,35). Por esses dados, há implicações de que cada agricultor familiar tem produzido mais, porém o número de estabelecimentos diminuiu significativamente, conforme apontado. Consequentemente, de encontro com essa realidade de má distribuição de terras, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (4), no ano de 2011, mostram que das famílias que residem em meio rural 36% são consideradas extremamente pobres, e 21% pobres. Neste contexto, conforme afirma Navarro (36), “à luz do quase caótico padrão de ocupação do território e das terras agrícolas, esta situação impõe decisões diferentes, se o desenvolvimento rural vier a ser um objetivo

maior das decisões nacionais".

No escopo da realidade política do contexto da Revolução Verde, "na década de 1990, lentamente foi sendo construída uma argumentação que visava descortinar as diferenças existentes entre o universo de produtores da agricultura brasileira", fundamentando-se "na ideia de que existe uma oposição e uma polarização" entre a agricultura familiar e o agronegócio, "cuja distinção estaria no fato de uma ser destinada mais para a produção de consumo local ou para o mercado interno e o outro produziria *commodities*, sobretudo para exportação"(37).

Em outras palavras,

> uma diferença fundamental entre agronegócio e agricultura está presente nos nomes: no agronegócio não há cultura, pois não há povo, a relação homem-natureza é mediada pelos valores do mercado, do negócio. A sociodiversidade cultural presente no campo e na floresta do Brasil se expressa nos povos que produzem alimento, vivem na terra e da terra, das águas e da floresta(38).

Esse contraponto, justifica-se, porque o setor agropecuário, no ano de 2017, foi o terceiro componente do PIB brasileiro, e o País tem neste setor uma das suas grandes forças produtivas, ocupando o terceiro lugar no mundo em exportação de alimentos, estimulado pela política agrária e pelos incentivos governamentais com a justificativa de produzir para a população mundial(7,39). As exportações agropecuárias brasileiras, caracteristicamente concentradas em poucos produtos advindos de grandes monoculturas (complexo soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, café e cereais, farinhas e preparações), representam cerca de 80% do total exportado pelo Brasil (39).

Porém, no contraste da realidade de "sucesso" desse modelo agroquímico, apoiado pelos governos municipais, estaduais e federal(30), a invisibilidade das famílias de trabalhadores rurais que residem no entorno de grandes propriedades regadas à produção do agronegócio, a partir do reordenamento territorial ao qual os *commodities* impõem, acontece quando são atingidos por agrotóxicos, por contiguidade, das moradias situadas a poucos metros das plantações no processo de pulverização terrestre e aérea (como exemplificado na Figura 5); pela água dos canais de irrigação (que é a mesma oferecida pelo município aos moradores) e outras fontes de água superficiais; pelos alimentos contaminados; pelas roupas dos trabalhadores que vão ser lavadas em casa, culminando por ampliar a domiciliação de riscos à saúde(40,41). Esse arcabouço de fatores desfavoráveis afetam a saúde, e

consequentemente podem também dificultar a atenção integral à saúde, especificamente, na ocorrência de lesões e doenças relacionadas ao trabalho(41).

Figura 5. Pulverização aérea de agrotóxicos sobre Aldeia Xavante, MT, em 2012**.**
Foto: Benjamin Ginoux – acervo pessoal.

Por este contexto, de acordo com Rigotto(40),

> cabe pensar que em cada território singular, caracterizar a existência de risco – a extensão e a diversidade do uso, a fragilidade das práticas de manejo, a vulnerabilidade da população exposta – já deveria ser rotina da territorialização em saúde, desencadeando as ações de atenção integral, incluindo a vigilância em saúde.

4.2. Agrotóxicos no detrimento do valor das vidas

Estima-se no mundo, que três milhões de casos de intoxicações por agrotóxicos ocorrem todos os anos, resultando em 250.000 mortes por intoxicação aguda ao ano no mundo das quais, mais de 90% ocorrem em países em desenvolvimento(42,43). No entanto, os dados disponíveis sobre a utilização mundial de agrotóxicos são incompletos, apesar do seu uso crescente nos últimos decênios(42). Adicionalmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que de cada quinhentos casos sintomáticos, onze procuram atendimento hospitalar e um caso é fatal(41). Além disso, para cada caso notificado de intoxicação por agrotóxicos, há 50 outros que não aparecem nas estatísticas(40). Em alguns países a intoxicação

por agrotóxicos supera, inclusive, as mortes por outras enfermidades, como as doenças infecciosas(42).

No Sri Lanka, um estudo baseado em pesquisas hospitalares, em 1982, mostrou que aproximadamente 13.000 pacientes foram hospitalizados e 1.000 morreram por envenenamento agudo por agrotóxicos. Vinte e cinco por cento dos casos de intoxicações foram atribuídos a causas ocupacionais e acidentais(41). Também no Sri Lanka, um estudo de 2003, relatou taxa de mortalidade intra-hospitalar de 15% por intoxicação por agrotóxicos contrastando com menos de 1% no Reino Unido, naquela época(44). Além disso, em 2014, um estudo de caso-controle realizado com 125 casos confirmados de doença renal crônica (DRC) de etiologia clínica incerta e 180 controles mostraram que a DRC estava associada à exposição a diferentes tipos de agrotóxicos(45).

Na Coreia do Sul, um estudo publicado em 2014, demonstrou que as taxas de incidência média anual e de mortalidade devidas à intoxicação por agrotóxicos, entre 2006 e 2010 foram 5,35 e 15,37 por 100.000 habitantes, respectivamente. Neste mesmo período, 45.291 pessoas constavam no banco de dados do Seguro Nacional de Saúde devido a intoxicações por agrotóxicos, sendo que as áreas rurais registraram uma maior proporção (79,1%) quando comparadas a áreas urbanas (20,9%). E quando se trata de intoxicação aguda que ocasionou óbito, o percentual varia de 9,3% na área urbana a 47,4% em áreas rurais. A taxa de mortalidade por intoxicação por agrotóxicos na Coreia do Sul no ano de 2010 (5,35 por 100.000 habitantes), demonstrou que essa causa supera uma série de causas frequentes, como o câncer de mama (4,0 por 100.000 habitantes) e doença de Alzheimer (4,8 por 100.000 habitantes)(46).

Em 2014, na China, 39 crianças em idade pré-escolar se intoxicaram ao consumir alimentos contaminados com resíduos de agrotóxicos. Um estudo publicado em 2015, relatou que a bacia do rio Huaihe está fortemente poluída com agrotóxicos em decorrência do histórico de uso de agroquímicos na agricultura. Além disso, o rio Huaihe está localizado próximo a uma cidade da indústria química da China, que produz grandes quantidades de agrotóxicos(47).

No Paquistão, em um estudo realizado entre janeiro a dezembro de 1986 num hospital da cidade de Multan, dos 112 pacientes admitidos devido à intoxicação aguda, 75% eram por agrotóxicos(48). Em 2013, na Índia, morreram 23 crianças por ingerirem alimento contaminado com agrotóxico. Em 2015, em Bangladesh, 11

crianças morreram por ingerir fruta contaminada com agrotóxicos(42).

Na Guatemala, 1.100 casos de envenenamentos por agrotóxicos foram tratados em 18 hospitais entre 1987 e 1990; 41% por causas de exposição ocupacional, em que a pele era a principal via de exposição(41).

A Costa Rica é um dos poucos países em desenvolvimento que tem documentado casos de doenças crônicas causadas por agrotóxicos. Em publicação datada de 1999, mais de 1.500 trabalhadores em plantações de banana tornaram-se estéreis como resultado da exposição ao agrotóxico, e mais casos foram reportados a cada ano(41).

Em 2017, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), juntamente com a OMS, publicou um material amplo, acerca dos altos índices de DRC em países da América Central. Calcula-se que, nas últimas quatro décadas, milhares de pessoas em vários países da América Central têm desenvolvido DRC de etiologia incerta. As maiores taxas de mortalidade são registradas em El Salvador e na Nicarágua, mas o cenário também é registrado em Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá e algumas regiões do México. Estudos relacionam uma possível conexão entre a DRC de etiologia incerta e as práticas de trabalho agrícola, como o uso de agrotóxicos. Por exemplo, um estudo faz menção de níveis muito elevados de prevalência de DRC em ambos os sexos em uma região de El Salvador, onde atualmente há pouca atividade agrícola, mas onde estão alguns contêineres abandonados, que foram utilizados para armazenamento de substâncias utilizadas no trabalho agrícola na época, e que contaminaram o meio ambiente (inclusive a água dos poços) com agrotóxicos proibidos por mais de 20 anos(45).

A exposição a agrotóxicos também foi proposta como possível fator causal da DRC em outras regiões geográficas fora da América Central. Em um estudo estadunidense, envolvendo cerca de 32.000 esposas de aplicadores de agrotóxicos, que nunca manipularam essas substâncias, revelou que o risco de desenvolver DRC teve uma correlação significativa com a exposição cumulativa do esposo aos agrotóxicos, o que parece indicar a exposição a resíduos de líquidos de fumigação nas roupas e na pele desses homens(45).

4.2.1. O panorama de intoxicações por agrotóxicos no Brasil

O Brasil, não diferente do cenário mundial, carece de dados sobre o

número de intoxicações por agrotóxicos. Os principais sistemas brasileiros de registros de intoxicações por agrotóxicos utilizados são o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), o Sinitox (Sistema Nacional de informações Tóxico-Farmacológicas), o SIH/SUS (Sistema de Informações Hospitalares), e no banco de dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por meio da Comunicação de Acidentes de trabalho (CAT); e para dados de mortalidade, o SIM (Sistema de Informação sobre mortalidade)(49). Apesar de a existência dos vários sistemas, todos apresentam limitações, não resolvendo, portanto, o alto índice de subnotificação dos agravos decorrentes da exposição a agrotóxicos. Exemplificando: o Sinitox é composto por 36 Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATox). Desse total, apenas dois CIATox encontram-se na região norte do país, contrastando com 16 CIATox localizados na região sudeste. E dos 16 CIATox localizados na região sudeste, 12 deles encontram-se no Estado de São Paulo. Então, “de fato, a cobertura de registros em várias regiões é insuficiente, e a dificuldade de acesso certamente contribui para o sub-registro”(49).

O SIH/SUS reporta somente “os casos de maior gravidade e que necessitaram de hospitalização”(49). Levando em consideração um estudo transversal realizado na serra gaúcha, que mostrou que somente 20% dos casos de intoxicação por agrotóxicos buscaram assistência hospitalar(50), fica clara a discrepância entre os dados obtidos por este sistema, e o real cenário de intoxicações.

Conforme relata Faria (49), “as intoxicações por agrotóxicos de origem ocupacional deveriam ser comunicadas através da CAT. Uma das maiores limitações da CAT é o fato de ser restrita a segurados do INSS”, excluindo os trabalhadores informais, pequenos agricultores e agricultores familiares, etc. Um estudo, citado por este mesmo autor(49), que “revisou acidentes de trabalho rural em dez agências do INSS de São Paulo, só encontrou casos de intoxicação por agrotóxicos em uma delas e estes casos representavam apenas 2% das 949 CATs examinadas"(51). Na Serra Gaúcha, estudo realizado entre trabalhadores da agricultura familiar mostra que para cada quatro acidentes de trabalho devidos à intoxicação por agrotóxicos, apenas uma CAT era emitida (49,50).

No Sinan deveriam ser notificados todos os casos de intoxicação identificados ocorridos no território nacional. As intoxicações por agrotóxicos são um dos agravos de notificação compulsória para todos os serviços de saúde, conforme rege a Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016 – Ministério da Saúde (49,52,53).

Na prática, observa-se que esses registros têm tendência de aumento em todo o Brasil. Porém, persistem altos índices de subnotificação e um dos motivos está na dificuldade de os profissionais de saúde em, minimamente, levantar suspeita de exposição ou realizar um diagnóstico de intoxicação por agrotóxicos. A falta de uma hipótese diagnóstica ou um diagnóstico compromete não só o tratamento, mas também a notificação da ocorrência(5).

O SIM fornece subsídios importantes para investigação de caracterização de perfil de mortalidade de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID 10)(54). Porém, a fragilidade do SIM em subsidiar as análises dos impactos dos agrotóxicos na saúde humana fica evidente, por exemplo, a partir de um estudo que averiguou a causa de morte de um trabalhador agrícola, que cumpria carga horária de 60 horas semanais em contato direto com agrotóxicos, na região da Chapada do Apodi, estado do Ceará. O trabalhador, de 31 anos, teve no seu atestado de óbito, como causa principal, Insuficiência hepática aguda e subaguda, e como causas secundárias, Insuficiência renal aguda não especificada e hematêmese. Vale salientar que dentre as causas de morte apresentadas, os agrotóxicos não foram sequer mencionados. No entanto, após cinco anos, a justiça do trabalho reconheceu que esta morte foi decorrente do contato com agrotóxicos. Portanto, a subnotificação existe e é reforçada, visto que, segundo o SIM, no período de 2008 a 2012, no Brasil ocorreram 33 óbitos decorrentes de intoxicações ocupacionais por agrotóxicos(55).

Em 2014, foi registrada no Sinan a maior taxa de incidência de notificação de intoxicações por agrotóxicos no Brasil: 6,26 casos para cada 100 mil habitantes (Figura 6). Entre 2007 e 2015, foram notificados 84.206 casos(22). Quando se considera que para cada caso notificado, existam 50 não notificados(40), pode-se inferir que, neste intervalo de anos, houve mais de quatro milhões de pessoas intoxicadas por agrotóxicos.

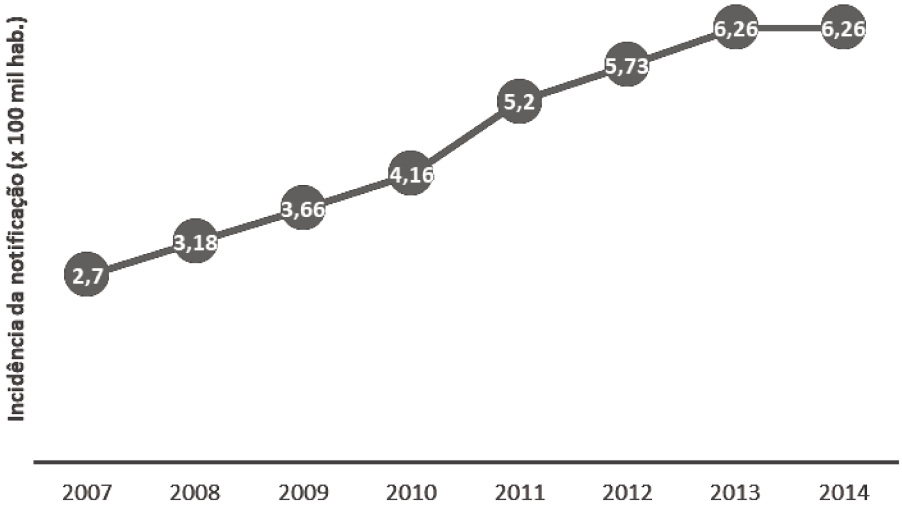

Figura 6. Taxa de incidência da notificação por agrotóxicos – Brasil. 2007-2014.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde

Quanto ao tipo de agente tóxico nos casos de notificação, os raticidas (incluindo chumbinho) foram os agentes mais frequentes (42,1%), seguidos de agrotóxicos de uso agrícola (36,5%), produtos de uso domésticos (11,4%), produtos veterinários (8%) e de uso em saúde pública (8%) (Figura7) (22).

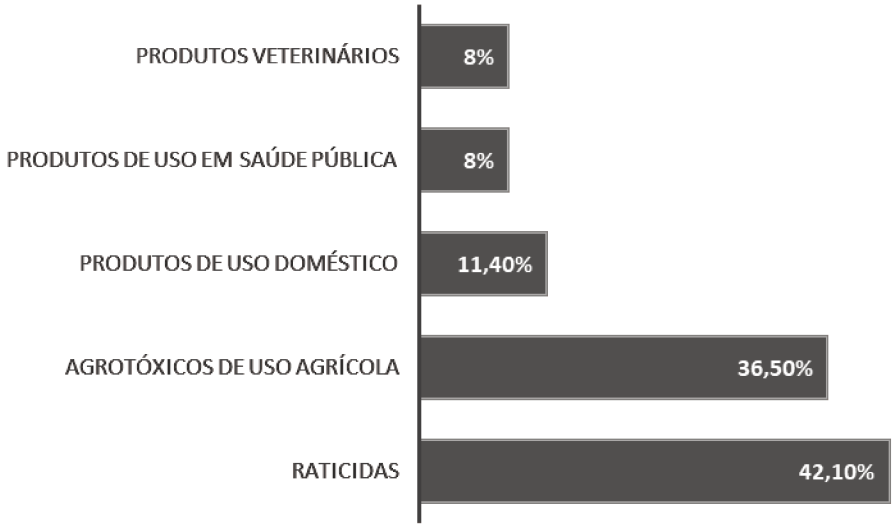

Figura 7. Proporção de notificações de intoxicação por agrotóxicos segundo agente tóxico – Brasil. 2014
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde

Em relação à faixa etária, a de 20 a 34 anos (36%) predominou, seguida da faixa de 35 a 49 (22,6%) e da de 15 a 19 anos (12,1%), ou seja, a maioria

correspondente à população economicamente ativa(22).

Quanto ao registro de intoxicação exógena relacionada ao trabalho, no período de 2007 a 2016, foi verificado que, de um total de 42.309 notificações, 17.299 (40%) se referiam a agrotóxicos. Dentre os agrotóxicos mais utilizados estão os inseticidas (43,8%) e os herbicidas (36,2%). As principais atividades realizadas no manejo desses agrotóxicos foram a pulverização (46,9%) e a diluição (22,8%)(56).

Segundo o Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários (Agrofit) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2014 foi registrada a maior quantidade de agrotóxicos comercializados no Brasil. Se em 2007, o Brasil consumiu 623.353.689 Kg de agrotóxicos em 62.338.730 ha plantados, em 2014, foram 1.552.998.056 Kg para 76.246.588 ha. Ou seja, houve um aumento de 149,14% no quantitativo de agrotóxicos para um aumento de 22,31% da área plantada, perfazendo 16,87 Kg de agrotóxicos por ha (22). Desde então, o Brasil se coloca entre os três maiores consumidores mundiais dessas substâncias, sendo responsável por 19% do mercado global de agrotóxicos. Isso significa que ao final de cada ano, a cada brasileiro correspondem 4,5 litros de agrotóxicos(38).

Segundo estudo realizado em 2012, enquanto nos últimos dez anos que antecederam o estudo, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190% neste mesmo período(38). E destaca-se ainda que, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, houve um acréscimo de 20% no número de produtores que referiram usar agrotóxicos quando comparado aos dados do Censo Agropecuário de 2006(21). Desta forma, a exposição da população a agrotóxicos ocorre por várias rotas, pois

> cerca de 32% dos agrotóxicos pulverizados ficam retidos nas plantas, 19% se perdem pelo ar, 49% vão para o solo que, após algum tempo, parte se evapora, parte é lixiviada para o lençol freático e outra parte se degrada(38).

Em 2014, a comercialização de agrotóxicos por estado da federação, em números absolutos, foi maior nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, contrastando com Amapá, Amazonas e Roraima, estados com menores volumes comercializados. Entre as macrorregiões do Brasil, em números absolutos, a Região Sudeste comercializou 38,4% dos agrotóxicos do País, cabendo ao estado de São Paulo, 23,5% deste montante. Respectivamente, as regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram 26,2% e 24,2%, e as regiões Nordeste e

Norte, 8,7% e 2,5% do total (22). Constata-se nesse cenário, que “as maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com as regiões de maior intensidade de monocultura de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz” (38). Neste sentido, ao contrário da argumentação de que o uso dos agrotóxicos e seus desfechos ambientais degradantes ocorrem mais entre os pequenos agricultores, dados mostram que grandes proprietários de terras são os maiores consumidores de agrotóxicos. Conforme dados do IBGE e do Sindag, o uso de agrotóxicos nas propriedades rurais ocorre em 27% nas de 0 a 10 ha, 36% nas de 10 a 100 ha, e 80% nas maiores que 100 ha(57).

Na contramão do argumento do agronegócio, que se coloca como a solução para a produção de alimentos para abastecer a população mundial (4,57), dados do Censo Agropecuário de 2017 (21), coloca a agricultura familiar como segmento que congrega 3,9 milhões de propriedades geridas pela família, comtemplando em torno de 10,1 milhões de agricultores que produzem

> 70% da produção hortifrutigranjeira, 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo (21).

Além disso, cerca de um terço dos recursos das exportações agropecuárias brasileiras são provenientes da pequena agricultura, mesmo acessando em torno de 14% do crédito disponível e, no entanto, produzindo uma média de 70% dos alimentos consumidos no mercado doméstico brasileiro(4,21,57).

Por ora, então,

> como pequenos proprietários, donos de seus meios de produção, a reprodução dos agricultores familiares depende de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades em face aos desafios que lhe são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem (37).

Atualmente, “a capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares é a responsável pela diversificação social e produtiva dos territórios rurais” nos quais conduzem suas vidas, no sentido de superar o obstáculo que é deixar “o lado atrasado do rural”, que permanece através de estruturas de pobreza e vulnerabilidade social que historicamente acompanha essa população (37), identificada como grupo social dos *“sem sem”* segundo Graziano da Silva(58), que “além de não terem terra, emprego, educação, saúde e renda, não tem sequer uma

organização social que os mobilize".

4.3. O corpo feminino que produz no silêncio

Quanto ao olhar de gênero, a participação da mulher sempre foi fundamental no processo organizacional de produção agrícola camponesa. No entanto, a mão-de-obra feminina na agricultura familiar e o enfoque de gênero começam a ser considerados com sua real contribuição em estudos após a década de 1960, porém com maior visibilidade apenas nos anos 1980 e 1990(4).

No contexto da unidade familiar, historicamente, a mulher desempenha o papel principal de responsável pela casa e pelos filhos. Segundo Paulilo (23), "o lar foi se tornando seu espaço por excelência, a ponto de a sociedade passar a só admitir seu afastamento do papel de esposa e mãe em casos de necessidade financeira". Dados apresentados na Segunda Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Mulher, realizada em Copenhagen em 1980, mostraram que a mulher representava "cerca da metade da população mundial, um terço da força de trabalho oficial e responsáveis por dois terços do trabalho realizado", porém eram "beneficiárias de apenas um décimo da renda produtiva e de 1% da propriedade mundial"(23). Em 2010, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) 43% da mão de obra trabalhadora rural nos países em desenvolvimento eram de mulheres, variando entre 20%, na América Latina, até 50% na Ásia Oriental e África subsaariana(59,60). Para agravar essa situação, desde 2002 a queda de indicadores de pobreza na América Latina e Caribe vem acompanhada do aumento do índice de feminilidade da pobreza, resultando a proporção de 118 mulheres na condição de pobreza para cada 100 homens pobres, residentes numa mesma região(59,61) (Figura 8). No Brasil, segundo o Instituto de Economia do Rio de Janeiro, no ano de 2000, do total da população sem renda, 80% eram mulheres trabalhadoras rurais(18).

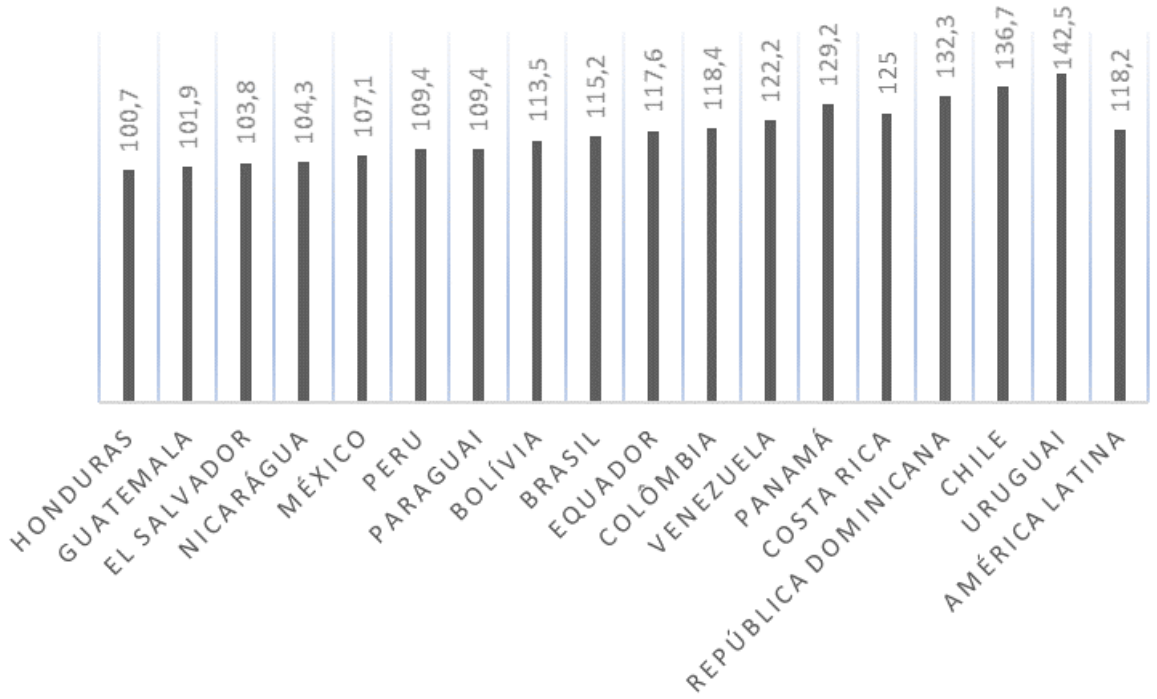

Figura 8. Índice de Feminilidade da pobreza – América Latina (2014)
Fonte: FAO. Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe(59)
Nota: Esse índice está ajustado segundo a composição por sexo e faixa etária de 20 a 59 anos: Índice de feminilidade da pobreza = (nº de mulheres em lugares pobres/nº de homens em lugares pobres)/(nº total de mulheres/nº total de homens) x 100.

Estima-se que no Brasil 13% dos trabalhadores rurais sejam do gênero feminino, e que esse percentual é crescente, sobretudo na América Latina. Porém, notadamente esse número vem em desencontro com a real participação das mulheres lavradoras que trabalham na produção de alimento em todo o continente (4). Dados da Via Campesina mostram que 70% a 80% das famílias mais pobres do mundo alimentam-se da produção das mulheres camponesas. Estudos realizados no Brasil, identificaram participação de mão de obra feminina em torno de 35% nos empreendimentos associativos solidários e em torno de 50% na produção para autoconsumo(4). Por esse olhar, é importante considerar que processos de invisibilização de corpos femininos camponeses resultam em vieses em pesquisas e levantamentos estatísticos e, consequentemente, direcionamento errôneo das políticas públicas focalizadas na realidade da mulher da agricultura familiar (4).

Num dos primeiros estudos feministas, a historiadora Joan Scott(62), na década de 90, diz que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Ou seja, as relações entre gênero no âmbito da constituição da estrutura familiar camponesa são equiparadas às relações

de classe, quando o foco é descortinar as diferenças sociais do campesinato. Existe uma lacuna de compreensão no sentido de desconstruir o modelo hegemônico de família “como um conjunto harmônico e integrado, em que todos exercem papéis complementares, gerenciados pelo homem”, segundo Petersen(63). Nesta lógica predatória, alimenta-se uma linha de continuidade de violências diversas contra corpos femininos trabalhadores vulnerabilizados (4).

Lima e Jesus (4) descrevem com lucidez:

> O trabalho familiar/doméstico, também chamado pela literatura feminista de “trabalho de reprodução social”, de “sustentabilidade da vida” ou associado aos “processos sociais de satisfação das necessidades”, é realizado de forma gratuita ou sub-remunerada, mesmo sendo uma parte essencial do funcionamento da estrutura produtiva do capitalismo. Esse primeiro “antagonismo de classes” [...] continua sendo um motor básico do capitalismo e afetando a vida cotidiana das mulheres, principalmente a das classes populares(4).

O trabalho realizado pelas mulheres, chamado “trabalho produtivo”, que acontece em ambiente doméstico ou privado, sem valor agregado, difere do trabalho do homem, denominado “trabalho reprodutivo” caracteristicamente reconhecido socialmente, com valor agregado e realizado em ambiente público. Essa divisão obedece às normas sexistas, resultado da herança colonizatória exploradora e escravocrata, que ainda reproduz comportamentos fortemente marcados pela dominação patriarcalista, o que faz com que as mulheres, sobretudo as do meio rural, sejam tolhidas de decidirem sobre suas próprias vidas (4,24). Ou seja, há um consenso na afirmativa sobre a exclusão histórica de direitos das mulheres. Como exemplo, no Brasil, apenas em 1932 as mulheres adquiriram o direto ao voto e a candidatarem-se a cargos políticos(23).

Quanto à conquista do direito à terra, a partir da escolha da figura masculina como representante da família, a concessão de direitos e cidadania às mulheres lhe é negada. Em vários países as filhas herdeiras não exercem seu direito à herança de maneira equânime com seus irmãos homens, ou seja, a igualdade de gênero garantida por Direito, não existe na prática da divisão da propriedade entre irmãs e irmãos (23,59).

Da mesma forma, nos países onde houve reformas agrárias, as mulheres foram discriminadas, quando a maior porcentagem de beneficiárias individuais encontrada em 13 programas de reforma agrária na América Latina foi de 17,2% na

Bolívia; no Brasil, no ano de 1996, esse percentual era de 12,6%(23). Há um consenso dentro dos movimentos feministas de que “a mulher foi excluída das reformas agrárias latino-americanas por razões legais, estruturais, ideológicas ou culturais e institucionais”(23).

As mulheres também se deparam com exclusão quando reivindicam seus direitos previdenciários. Se existe um homem excluído da aposentadoria rural por idade a cada 47,3 aposentados, para a mulher essa proporção é de uma mulher não-aposentada para 14,4 aposentadas. Além disso, há um homem inválido excluído da aposentadoria por invalidez para 3,2 aposentados e uma mulher excluída para 1,4 aposentada (23).

Quanto à socialização das atividades do lar, Paulilo (23) explicita em seu estudo:

> Quando a ideia parte de que tudo deveria ser socializado (refeições, filhos, lavação de roupa, etc.), ocorre que, por ser um tanto difícil de ser implementado, é sempre adiado. A não-participação igualitária dos homens no trabalho doméstico é tão pouco levada a sério que é sempre admitida sem pejo e com risos. Quanto ao fato de que a divisão de tarefas remete à relação esposa/esposo ou mulher/marido e pais/filhos, a recomendação singela é que é preciso “se impor”, o que implica desgaste emocional, afetivo e até mesmo físico às mulheres.

Em 2002, pesquisa realizada com mulheres agricultoras no estado de Santa Catarina, revelou que cerca de 15% das entrevistadas traziam histórico de espancamento, 9% dos casos realizado pelo marido ou namorado. Porém, esses números escondem o cotidiano de violência sofrida por elas no convívio familiar, pois 48% das entrevistadas relataram que conheciam alguma mulher, na sua comunidade, que tinha sido espancada e, 26% não quiseram responder se tinham sofrido ou não algum tipo de violência. Além disso, 64,18% disseram não usufruírem do direito de tomar suas próprias decisões sem anuência do marido, 19,82% disseram poder usufruí-lo poucas vezes e 52% normalmente tomam qualquer decisão apenas com a concordância do marido(23).

Quanto ao lazer, Andrade *et al.* (64) descrevem com clareza:

> suas possibilidades estão condicionadas ao que é compatível com seu papel de mãe, esposa e filha. Os momentos de descanso ocorrem mediante o tempo que sobra das tarefas relacionadas a arrumação da casa. Mesmo que se argumente que o cuidado com a casa, envolvendo pequenos trabalhos com a horta, o quintal, apresente um conteúdo de prazer, é marcante e acentuado o caráter obrigatório

> dessas atividades e, portanto, a ausência de escolha entre realizar ou não estas atividades. O lazer quando desenvolvido no espaço público, deve acontecer através de atividades consideradas próximas da tranquilidade, do baixo nível de periculosidade e imprevisibilidade, como as atividades de passear com os filhos, visitar parentes e a participação em atividades religiosas.

A autonomia subtraída das mulheres para lidar com atividades burocráticas, como gerenciamento da sua própria conta bancária, por exemplo, é reforçada pelas práticas e costumes sexistas, que colaboram com a perpetuação da subordinação das mulheres rurais (65). Há um consenso de que a mulher rural tem como principal atividade a produção para autoconsumo, ou seja, não gera rendimento monetário direto. Logo, a dificuldade em comprovar sua renda através do seu trabalho produtivo ainda é uma barreira para acesso a crédito e transações bancárias(59).

Paulilo (23) faz uma análise do trabalho das mulheres rurais em diversas regiões do País, e percebe-se que:

> a distinção entre trabalho “pesado” feito pelos homens e trabalho “leve” feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve, se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. Vê-se o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico (ou reprodutivo) e trabalho produtivo. É simples: é doméstico (ou reprodutivo) se é atribuição da mulher. Se ela vai para roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico (ou reprodutivo). Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso(23).

Quanto à rotina de trabalho, as mulheres rurais latino-americanas contribuem com uma carga horária total de cerca de 60 horas semanais, divididas em 14 horas remuneradas e 46 não remuneradas. Aos homens, cabem-lhes a jornada de cerca de 56 horas semanais, divididas em 43 horas remuneradas e 13 não remuneradas(59).

4.4. O corpo feminino intoxicado no silêncio

Em se tratando dos âmbitos doméstico e laboral, publicações científicas sobre a exposição a agrotóxicos decorre de estudos realizados com lavradores,

criando um hiato de conhecimento necessário acerca do risco inerente no trabalho residencial e/ou ocupacional das lavradoras, quanto aos efeitos dos agrotóxicos. Alguns outros estudos recentes chamaram a atenção para a falta de pesquisas que determinam a exposição a agrotóxicos em populações de risco, como mulheres grávidas, por exemplo(66). À essa população em risco, cabe fazer valer a Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016, que proíbe o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações, ou locais insalubres(67). Ou seja, na prática agrícola onde haja emprego de agrotóxicos culminando em contato direto ou indireto, ou mesmo no entorno dos domicílios regados ao manejo com agrotóxicos, essas mulheres não deveriam estar presentes.

Há uma série de condições de trabalho em termos de gênero que agravam a exposição ocupacional feminina a agrotóxicos. Em uma pesquisa de 582 agricultores na Tailândia, em que quase todos os agricultores, homens e mulheres, aplicavam agrotóxicos, 53% das mulheres não sabiam ler, em comparação com 29% dos homens, diminuindo a capacidade de atender as advertências de segurança oferecidas nas etiquetas de agrotóxicos. O conhecimento e a atitude das agricultoras em relação aos riscos dos agrotóxicos foram significativamente diferentes dos agricultores; por exemplo: 35% das mulheres versus 15% dos homens não tinham conhecimento sobre os efeitos prejudiciais decorrentes do uso de agrotóxicos, 54% das mulheres contra 32% dos homens nunca usavam luvas quando aplicavam agrotóxicos(25).

No ambiente doméstico, em mulheres cuidadoras do lar, que supostamente não exercem trabalho agrícola, foi detectado resíduos mensuráveis de agrotóxicos em suas mãos, fato este relatado num estudo em famílias agricultoras de pequenas propriedades(26).

Em se tratando de impactos diretos à saúde, as mulheres apresentam risco adicional, quando a elas cabe o papel de gestar e parir. Não é fácil obter estimativas adequadas por sexo, mas dados de países em desenvolvimento sugerem que a exposição das mulheres a agrotóxicos e morbidade e mortalidade aguda relacionadas à agrotóxicos pode ser fortemente subestimada nesses países(25).

É possível inferir a partir dos estudos, que a taxa de mortalidade infantil numa população de trabalhadoras rurais alcance o dobro da média nacional em determinadas regiões(68). As mulheres grávidas expostas a agrotóxicos correm maior risco de abortamentos espontâneos e partos prematuros, e seus bebês, de

malformações congênitas. Estudos têm verificado regularmente a presença de vários agrotóxicos no cordão umbilical e no mecônio - primeiras fezes dos recém-nascidos. Dados da última década sugerem que a exposição a agrotóxicos em mulheres grávidas acarreta um risco aumentado de leucemia na infância, bem como outros tipos de câncer, além de autismo, problemas respiratórios, baixo peso e baixa estatura ao nascimento, criptorquidia, hipospádia, defeito do tubo neural, espinha bífida, gastrosquise e microcefalia(42,69). A este respeito, um estudo realizado em 26 estados do Brasil mostra correlações significativas entre o uso de agrotóxicos na agricultura e baixo peso ao nascer, bem como anomalias congênitas(70). Por exemplo, os agrotóxicos podem atravessar a barreira placentária e afetar o sistema nervoso em desenvolvimento do feto, enquanto outros produtos químicos tóxicos podem afetar negativamente seu sistema imunológico ainda em desenvolvimento. Além disso, está constatado que os agrotóxicos também podem atingir o bebê através do leite materno(42).

O câncer de mama é a neoplasia mais prevalente em mulheres e tem sido frequentemente pauta de estudos de impactos ambientais em saúde devido a sua associação com exposições a agrotóxicos. Dados publicados em 2017 também revelaram que as incidências de câncer de ovário e de colo uterino aumentam em 2,4, e em 3,7 respectivamente, em associação com a exposição ocupacional a agrotóxicos(69).

Dois estudos de caso-controle publicados em 2013, relataram incidência significativamente maior de infertilidade e endometriose em associação com exposição a agrotóxicos(71,72). Além disso, outro estudo de coorte estadunidense relacionado à infertilidade que demonstrou dificuldade para engravidar em filhas de mulheres expostas a agrotóxicos, além de outro estudo de coorte, na Colômbia, que demonstrou dificuldade para engravidar em mulheres expostas a agrotóxicos(69).

Vários agrotóxicos têm sido associados a maiores problemas psiquiátricos, particularmente a depressão, um dos principais fatores de risco para suicídio. Estudo realizado entre 2000 e 2010 no Brasil (22), constatou que, quando se trata de gênero feminino no cenário agropecuário, as intoxicações por agrotóxicos foram as primeiras causas de morte por acidente de trabalho. Além disso, em várias partes do mundo intoxicação intencional por agrotóxicos tem sido o principal método de suicídio, embora este não seja o caso no Brasil(22,73,74) onde, respectivamente o enforcamento, intoxicações exógenas (primeiramente medicamentos e em seguida,

agrotóxicos) e armas de fogo são os três métodos mais utilizados para redimir a própria vida(75,76). Mesmo assim, cabe ressaltar que, no período de 2007 a 2013, 52,2% das notificações de intoxicações por agrotóxicos em tentativas de suicídio foram de mulheres, prevalecendo a ocupação de “dona de casa”(77).

Por fim, considerando a reflexão de Lima e Jesus (4):

> cabe às mulheres conduzirem suas vidas frente ao combate à lógica do cuidado, mas com a “ética reacionária do cuidado”, ou seja, uma ética que impõe às mulheres a responsabilidade de “levar adiante a vida” em um sistema que simultaneamente impõe as tarefas de cuidado às mulheres, colocando-as como um âmbito invisível e fora da economia(4).

4.5. O retrato de um município territorialmente rural – de Fazenda Velha a São Miguel Arcanjo

O município de São Miguel Arcanjo, palco deste estudo, inicia sua história conforme relatos oficializados:

> Em meados do século XIX, povoadores fixaram-se ao longo da estrada de ligação entre Sorocaba e o Sul do País, formando novas fazendas dedicadas a culturas diversas. Nessa época, ao sul de Itapetininga, um de seus povoadores, o Tenente Urias Emígdio Nogueira de Barros, juntamente com parentes e amigos concentrados numa extensa área, formou o antigo bairro fazenda Velha.
> Maximina Ubaldina Nogueira Terra, filha do Tenente Urias, em homenagem ao seu marido falecido, Miguel dos Santos Terra, doou à igreja, terras para construção da capela, sob a invocação de São Miguel Arcanjo, daí derivando o nome do povoado que se formou em torno da ermida (78).

A capela construída àquela época, posteriormente deu lugar à igreja Matriz do município (Figura 9). No dia 12 de maio de 1877, através da lei provincial nº 58, foi criado o Distrito com a denominação de São Miguel Arcanjo. Posteriormente, em 01 de abril de 1889, o Distrito de São Miguel Arcanjo é elevado a Município através da lei provincial nº 86, a qual desmembra o município de Itapetininga, antiga Sede do extinto Distrito(78). Desde então, os são-miguelenses comemoram, em 01 de abril, o aniversário da Cidade.

Figura 9. São Miguel Arcanjo – anos 1930. Praça da Matriz
Acervo: Orlando Pinheiro

Quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico,

> iniciou-se com o cultivo do algodão, que saía da roça para descaroçamento na cidade, em beneficiadoras Nacionais e Estrangeiras, que na década de 1920, somavam vinte estabelecimentos. Segundo alguns historiadores, essa foi a fase mais rica do Município.
> Quando da II Guerra Mundial, a Inglaterra, principal consumidor. Deixou de adquirir o algodão São-Miguelense, os inúmeros proprietários abandonaram o seu cultivo, passando à exploração da madeira para carvão de grande importância para a economia local. Outra base econômica, na época, foi a cultura de batata iniciada pelos primeiros imigrantes Japoneses, logo após a II Guerra.
> Vindo da Itália, o comendador Dante Carraro adquiriu grande área de terra e introduziu o trigo. Logo depois as culturas aumentaram e o trigo tornou-se slogan de bancos nas praças da cidade. Entretanto, com a morte de Dante Carraro, sua família abandonou essa cultura, dedicando-se à pecuária. Na década de 1950, a família Masato Fujiwara trouxe mudas de uvas itália que se tornou, mais tarde, a principal fonte de renda da cidade (78).

Localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo (Figura 10), São Miguel Arcanjo ocupa uma área de aproximadamente 930 Km². Está a uma altitude de 659 metros do nível do mar, inserido num bioma de mata atlântica e conta, segundo o Censo Demográfico de 2010, com uma população de 31.450 habitantes, e de uma população estimada de 32.959 habitantes para o ano de 2018. Possui uma densidade demográfica de 33,80 habitantes por Km² e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, de 0,71 (79,80).

Figura 10. São Miguel Arcanjo, localização geográfica no Estado de São Paulo
Fonte: Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo (79).

O município abriga a unidade de conservação “Parque Estadual Carlos Botelho” junto com os municípios de Tapiraí, Capão Bonito e Sete Barras(81). As cidades as quais faz limites são Itapetininga ao norte, distando 30 Km, Sete Barras ao sul, distando 85 Km, Pilar do Sul a leste (Figura 11), distando 23 Km e Capão Bonito a oeste, distando 45 Km(80).

Figura 11. Marco da entrada principal da cidade à leste, vindo de Pilar do Sul.
Acervo: Ronaldo Ribeiro

Quanto ao seu território,

> acha-se subdividido em dois distritos: o distrito de São Miguel Arcanjo e o distrito de Gramadão que ocupa pequena porção do território situado no extremo oeste do município, na divisa com os municípios de Itapetininga e Capão Bonito, junto à Rodovia SP - 127. Segundo a relação dos setores censitários do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, o município possui cinco áreas urbanas(Figura 12): Distrito de São Miguel Arcanjo, sede municipal; Sede do distrito de Gramadão; Bairros de Santa Cruz, ao norte, e Abaitinga, ao sul, ambos em território do distrito de São Miguel Arcanjo; e Bairro Pocinho, pertencente ao distrito de Gramadão (81).

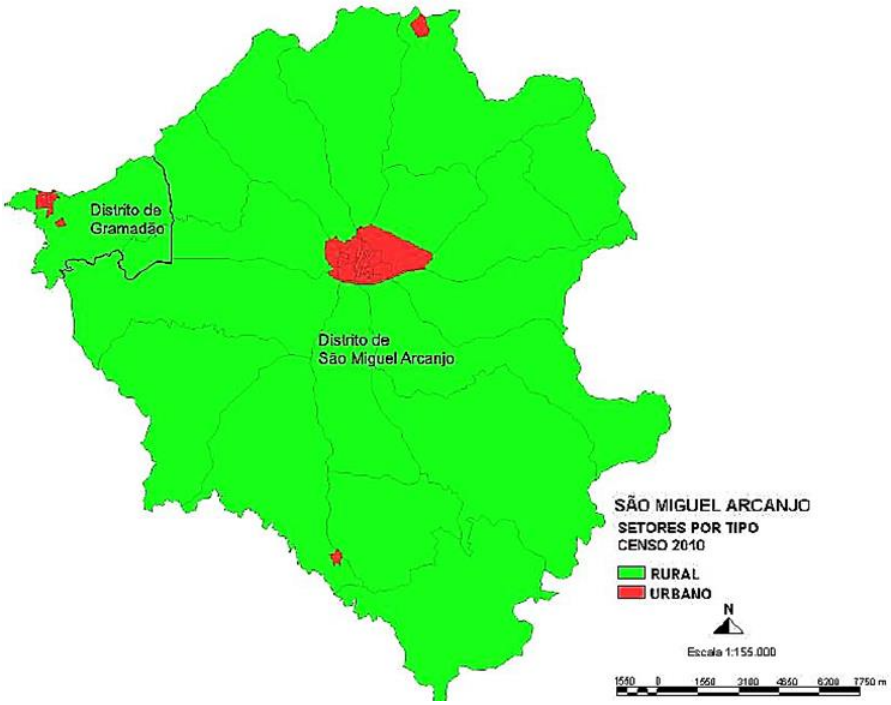

Figura 12. Mapa territorial – São Miguel Arcanjo
Fonte: IBGE

O Plano Diretor do município aprovado pela Lei nº 2.749/06, instituiu em seu artigo 92, onze áreas de expansão urbana, correspondentes a estes e a outros bairros rurais, quais sejam: Gramadão, Pocinho, Santa Cruz, Justinada, Turvinho, Guararema, Abaitinga, Gaviões, Capela de São Roque, Faxinal dos Almeidas e Capão Rico(81). Além desses bairros rurais descritos, o município possui outros, a saber: Brejaúva, Lavrinha, Soares, Boa Vista, Paulos, Rio Acima, Tozan, Colônia Pinhal, Retiro, Rufinada, Ferreirada, Barro Preto, Barro Branco, Turvo da Lagoa, Turvo dos Hilários, Colinas, Rincão, Facão, Cerrado dos Touros, Meia Légua e Sapezal(82).

Curiosamente, ao dito popular, no vocabulário do povo são-miguelense, quem “mora no bairro” são os moradores de toda a zona rural; e quem “mora na

cidade" são os moradores de toda a zona urbana. Graciosidades, enfim.

O Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2014, foi composto por setores relacionados a agropecuária (47,04%), serviços (46,23%) e indústria (6,73%)(79). O salário médio mensal dos trabalhadores formais no município, no ano de 2016, era de dois salários mínimos(79). Em 2010, 36,97% e 13,14% dos domicílios possuíam renda per capita de até ½ e ¼ de salário mínimo respectivamente(83).

Quando se trata de cenário rural, tem-se que dentro do universo de moradores do município, 31,63% deles residem na zona rural, versus 68,37% que residem na zona urbana. Quanto ao grupo de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, 61,39% deles são do sexo masculino, e 38,61% são do sexo feminino(79,84).

Dados do Censo Agropecuário de 2017, mostram que São Miguel Arcanjo possui ao total,1.916 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área territorial total de 75.866 ha. Neste aporte de propriedades rurais, 1.794 estabelecimentos (ou 93,6%) possuem área inferior a 100 ha, e ocupam uma extensão territorial de 16.971 ha (ou 22,37% do total das terras agricultáveis do município)(85) (Figura 13).

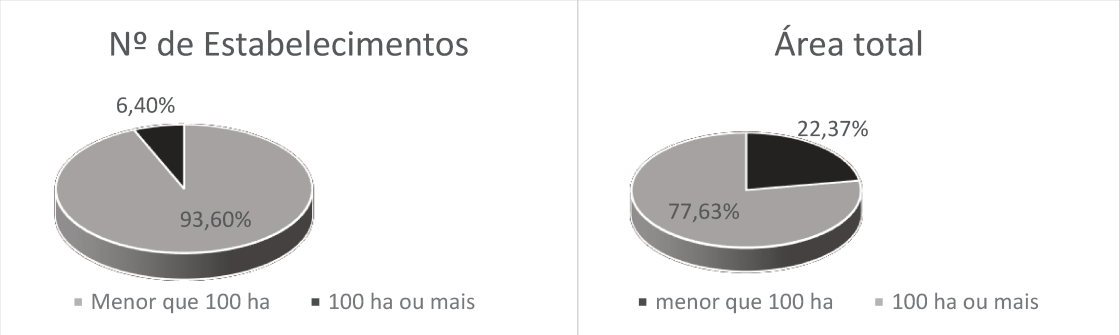

Figura 13. Características dos estabelecimentos agropecuários de São Miguel Arcanjo
Fonte: Censo Agropecuário 2017

A maior extensão territorial de área cultivada do município contempla as culturas de braquiária, eucalipto, milho e soja(84), conforme tabela 1. Mesmo assim, segundo o Censo Agropecuário de 2017, São Miguel Arcanjo ainda é o maior produtor de uvas de mesa do Estado de São Paulo, tanto em número de estabelecimentos quanto em volume de produção (13.093 toneladas)(85).

Tabela 1. Área cultivada (ha) no município de São Miguel Arcanjo. 2016/2017

Cultura	Nº de UPAs	Mínima	Média	Máxima	Total
Braquiária	1.318	0,1	19,5	1.393,1	25.640,3
Eucalipto	352	0,1	58,7	2.845,3	20.657,2
Milho safra	585	0,1	15,5	461,2	9.045,4
Soja	63	2,4	55,7	461,2	3.510,5
Trigo	32	1,0	48,7	196,0	1.559,1
Feijão	158	0,1	8,5	196,0	1.347,7
Uva fina	558	0,1	1,7	22,6	965,4
Batata-inglesa (ou batata, ou batatinha)	40	0,7	23,5	196,0	937,8
Uva rustica	422	0,1	2,2	29,5	914,3
Caqui	147	0,1	3,7	100,0	547,7
Laranja destino misto	5	0,3	108,7	530,0	543,3
Pinus	10	1,0	43,8	171,9	437,7
Tangerina	57	0,1	7,5	102,1	429,0
Gramas	9	0,6	44,5	370,0	400,3
Outras gramíneas para pastagem	16	1,0	14,0	60,0	224,1
Abóbora (ou jerimum)	162	0,1	0,9	9,7	151,7
Ameixa	44	0,1	3,2	34,7	142,2
Capim-napier (ou capim-elefante)	49	0,1	2,8	24,2	138,9
Cana-de-açúcar outras finalidades	108	0,1	1,3	18,5	136,4
Pimentão	304	0,1	0,4	6,5	128,3
Chá	2	41,7	63,2	84,7	126,4
Maracujá	105	0,1	0,9	8,0	98,4
Outras olerícolas	33	0,1	2,7	11,2	89,4
Pêssego	41	0,1	2,0	22,8	81,9
Pepino	306	0,1	0,3	2,4	81,4
Nêspera (ou ameixa-amarela)	72	0,1	1,0	8,6	72,1
Outras frutíferas	22	0,1	3,1	24,2	68,6
Aveia	4	2,5	15,1	24,2	60,5
Feijão-vagem (ou vagem, ou feijao-verde)	27	0,1	2,1	36,3	56,4
Tomate envarado	183	0,1	0,3	2,5	55,9

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI, Projeto LUPA (84).

4.5.1. Organização da Assistência à Saúde em São Miguel Arcanjo

Quanto aos cuidados primários em saúde, a população são-miguelense conta com 10 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), e distribuídas conforme o desenho geográfico do município, resultando em quatro equipes locadas no território rural (Equipes Gramadão/Pocinho, Santa Cruz/Colônia, Retiro/Turvinho e Abaitinga), e seis equipes locadas no território urbano (Equipes Centro I, Vila Tomás, Centro II,

Portal Califórnia, Jardim São Carlos e Vila Nova).

Além disso, também conta com dois Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), duas Residências Terapêuticas, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, através de administração pública municipal.

Os atendimentos de Urgência e Emergência, e internações de baixa e média complexidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) ocorrem por convênio com o Pronto Atendimento do Hospital São Miguel Arcanjo, entidade sem fins lucrativos, contando com 40 leitos hospitalares contratados para o SUS. Nestes 40 leitos hospitalares, estão incluídos quatro leitos para internação psiquiátrica em hospital geral.

O município não possui maternidade. As parturientes são encaminhadas ao município vizinho Itapetininga, conforme pactuação estabelecida na Comissão Intergestores Regional. Também não possui Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Quando necessário, essa assistência é feita pelas ambulâncias do próprio município, dispondo de profissionais de saúde do Pronto Atendimento local.

A Taxa de Mortalidade Infantil no ano de 2018 ficou acima da média do Estado de São Paulo (10,7 óbitos para cada mil nascidos vivos), reportando 21,9 óbitos para cada mil nascidos vivos(83). Os cuidados da saúde para 93,4% da população residente são exclusivamente os ofertados pelos serviços públicos do SUS(87).

Quando se trata de notificações registradas por intoxicações exógenas por agrotóxicos, no ano de 2017, o município notificou: quatro casos do sexo masculino, com agrotóxicos de uso agrícola (um menor que um ano, por intoxicação ambiental, um entre 20 a 39 anos com intoxicação por ingestão de alimentos, e dois entre 40 a 59 anos por tentativa de suicídio e violência/ homicídio); um caso do sexo feminino, com agrotóxicos de uso doméstico (entre 20 a 39 anos: intoxicação acidental); e um caso do sexo masculino, com raticida (entre 20 a 39 anos por tentativa de suicídio). Todas estas vítimas evoluíram para cura e não apresentaram nenhuma sequela(88).

5. METODOLOGIA

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Milton Nascimento

5.1. O Estudo

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, que entrevistou mulheres agricultoras de São Miguel Arcanjo-São Paulo.

De acordo com Minayo (89), "as inquietações que levam a/o pesquisadora(or) ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano". Neste sentido,

> a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ou seja, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas(89).

A pesquisa qualitativa veicula "interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções do seu desenvolvimento"(89). No entendimento de Foucault(90), "não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global"; ou seja, o sujeito (nesta pesquisa, tido como as mulheres agricultoras), constitui-se nos dados da experiência e, dessa maneira, sua produção implica movimentos de diferenciação de si e do mundo(1).

Ainda segundo Manzano (1),

> Pode-se dizer que toda produção de saber é atravessada por relações complexas de poder. Dar movimento a estas relações, ora atentando para as reversões precipitadas entre os agentes de poder, ora promovendo rupturas para com as verdades mais cristalizadas e de

> cunho positivistas, ora, ainda, questionando os modos de viver que circulam num dado momento histórico são as maiores contribuições que podem advir da pesquisa qualitativa.

Como a produção deste material não é estática, ou seja, não se tem como objetivo totalizar o fundamento teórico, é importante que o pesquisador não idealize esse propósito. Portanto, no campo qualitativo, o estudo se desdobra no sentido de que "a teoria se multiplique e multiplique" as maneiras de produzir conhecimento(1,90).

5.2. Quem são as mulheres agricultoras são-miguelenses sujeitos na pesquisa?

Para a pesquisa foram consideradas agricultoras com idade mínima de 18 anos, proprietárias, arrendatárias, empregadas ou diaristas, e que trabalhem em propriedades de agricultura familiar, conforme estabelece a Lei nº 11.326/2006(91):

> Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que **4** (quatro) módulos fiscais;
> II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Por definição, o módulo fiscal é

> uma unidade de medida, em ha, cujo tamanho é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para cada município, levando em conta o tipo de exploração predominante no município, renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada, e o conceito de propriedade familiar (92).

No município de São Miguel Arcanjo, um módulo fiscal corresponde a 16 ha (92). Dessa forma, uma propriedade familiar no município pode abranger até 64 ha.

Foi definida uma amostra por conveniência que teve como critérios de

exclusão os agricultores do sexo masculino, agricultoras que trabalham em propriedades caracterizadas como não familiares, agricultoras menores de 18 anos, e agricultoras que se negaram a participar do trabalho ou que, por algum motivo, optaram por não finalizar a entrevista.

A fim de preservar as identidades das agricultoras participantes, seus nomes foram trocados. Sempre considerando como sujeito central desta pesquisa as mulheres trabalhadoras rurais, é minimamente razoável lembrá-las enquanto força oculta, mas motriz, de um modelo capitalista patriarcal, que justifica o injustificável trabalho exclusivamente reprodutivo do gênero feminino. Por isso, receberam nomes de mulheres ícones da luta histórica frente ao patriarcado colonialista. São elas(93):

1.Dandara dos Palmares: é uma das líderes mais conhecidas no Brasil. Lutou contra a escravidão em Palmares. Foi contra a proposta da Coroa Portuguesa em condicionar as reivindicações dos quilombolas. A guerreira morreu durante a disputa no Quilombo dos Macacos pertencente ao Quilombo de Palmares, onde vivia também seu marido, Zumbi dos Palmares.

2.Anastácia: Ajudou escravos quando eram castigados, ou facilitando a fuga. Certa vez, lutou contra a violência física e sexual de um homem branco, por isso, recebeu o castigo de usar uma mordaça de folha de flandres e uma gargantilha de ferro (Figura 14). Apesar de viver na Bahia e em Minas Gerais foi levada para o Rio de Janeiro no fim da vida, lá atribuíram vários milagres durante sua estadia.

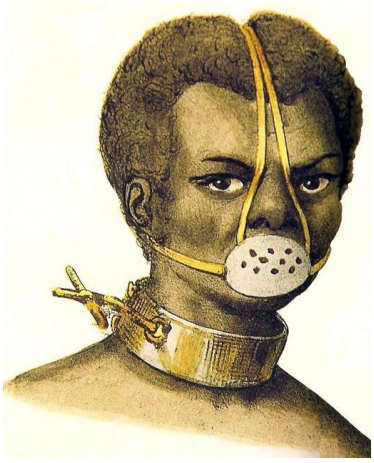

Figura 14. Escrava Anastácia com sua mordaça e gargantilha de ferro
Fonte: Wikipedia.org

3.Luiza Mahín: Passou muito tempo na Bahia e participou do levante na Revolta dos Malês, em 1835 e a Sabinada, em 1837. Trabalhava como ganhadeira (no comércio de rua).

4.Aqualtune: Era filha do Rei do Congo e foi vendida para o Brasil. Grávida no Quilombo dos Palmares organizou sua primeira fuga. Ficou conhecida por ficar ao lado de Ganga Zumba, antecessor de Zumbi, seu neto. A guerreira morreu queimada.

5.Zeferina: Líder no quilombo de Urubu, na Bahia. Era angolana e foi trazida ainda criança para o Brasil. As histórias relatam que ela confrontava os capitães do mato com arco e flecha.

6.Maria Felipa: Foi líder na Ilha de Itaparica, Bahia. Aprendeu a jogar capoeira para se defender. Tinha como missão principalmente libertar seus descendentes e avós. Ficava escondida na Fazenda 27, em Gameleira (Itaparica), para acompanhar, durante a noite, a movimentação das caravelas lusitanas. Em seguida, tomava uma jangada e ia para Salvador, passar as informações para o Comando do Movimento de Libertação.

7.Adelina Charuteira: Era uma das líderes no Maranhão. Era filha de uma escravizada com um senhor, por isso, sabia ler e escrever. Apesar do pai, não foi libertada aos 17 anos, mas era ativamente parte da sociedade abolicionista de rapazes, o Clube dos Mortos. Para arrecadar dinheiro vendia charutos fabricados pelo pai, com essa articulação descobria vários planos de perseguição aos escravos.

8.Acotirene: Era considerada matriarca no Quilombo dos Palmares e conselheira dos primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos. Um dos mocambos (casa) foi batizado com o seu nome.

9.Mariana Crioula: Era mucama em Vila das Vassouras, Rio de Janeiro. Se juntou com escravizados na maior fuga de escravos da história fluminense em 5 de novembro de 1838. Liderou a fuga e um quilombo com Manuel Congo.

10.Esperança Garcia: Ousou a escrever uma carta para o presidente da Província de São José do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, denunciando os maus-tratos físicos de que era vítima, ela e seu filho, por parte do feitor da Fazenda Algodões.

11. Maria Aranha: Foi líder do Quilombo de Mola, no Tocantins. Venceu todos os ataques escravistas e organizou toda a sociedade do local.

12.Tia Simoa: Liderou a luta contra a escravidão no Ceará. Foi do Grupo de Mulheres Negras do Cariri, o Pretas Simoa.

13.Tereza de Benguela: No Brasil, dia 25 de julho é comemorado o Dia de Tereza de Benguela em homenagem a líder quilombola. Era mulher do líder do Quilombo de Quarterê ou do Piolho, no Mato Grosso. Por lá, foram abrigados até índios bolivianos incomodando autoridades das Coroas espanhola e portuguesa. Tereza foi presa em um dos confrontos e como não aceitou a condição de escravizada suicidou-se.

14.Na Agontimé: Era rainha do Benim e foi vendida como escrava para o Maranhão, até ganhou um novo nome, Maria Jesuína. Ela fundou a

Casa das Minas e reconstruiu o culto aos ancestrais.

5.3. Variáveis e instrumentos de coleta de dados

Como instrumento para coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado (Apêndice 1) além de gravador de áudio para gravação das falas no decorrer das entrevistas.

O questionário foi dimensionado em cinco blocos de perguntas, ora fechadas, ora abertas, dos quais constam:

- **Dados pessoais**, que buscam identificar a mulher através do nome completo, endereço de residência, idade, estado civil, escolaridade, cor autorreferida e número de filhos.
- **Trabalho agrícola**, afim de elucidar a modalidade de produção agrícola, extensão da propriedade, tempo de trabalho na agricultura, cuidados de proteção individual, sua rotina diária e processo de trabalho, sua carga horária de trabalho e a percepção da relevância do seu trabalho no cenário de trabalhadores rurais.
- **O uso de agrotóxicos**, no que condiz com a capacitação e orientação para o seu manuseio, além do cuidado com as vestimentas que são utilizadas para o trabalho, a percepção de episódios de intoxicações devido ao contato com os agrotóxicos, e a sua opinião quanto ao uso dessas substâncias.
- **Morbidades referidas**, que possam ter como agravante a possibilidade do contato com agrotóxicos, como má história obstétrica, distúrbios do sono, transtornos do ciclo menstrual, e uso crônico de medicações devido a problemas crônicos de saúde, além de queixas recorrentes que interfiram na qualidade de vida dessas mulheres, como cefaleias, alergias e perdas de sensibilidade cutânea, que muitas vezes não são identificadas por serviços de saúde como decorrência de contato e manuseio de agrotóxicos.
- **Dados Socioeconômicos**, como forma de elucidar a participação, a potência e a autonomia financeira da mulher no ambiente doméstico e no trabalho, o direito de posse documental de terras e de bens de consumo para fins pessoais e de trabalho, como sendo a própria propriedade constada em seu nome, além de automóveis e maquinários agrícolas. A

possibilidade de movimentação financeira bancária, assinatura de financiamentos rurais, além do planejamento do seu próprio futuro, às vistas de aposentadoria é algo também a ser questionado se, de fato, cabe à rotina dessas mulheres.

5.4. Os percursos para o levantamento de dados

Considerando a área territorial rural do município, a divisão geográfica dos bairros rurais e o número de pequenas e médias unidades de produção agrícola (UPAs) do município, houve a necessidade de se identificar onde estariam concentradas as propriedades que poderiam ser elegíveis a participarem desta pesquisa. Para tanto, em agosto de 2017, a pesquisadora solicitou às Secretarias Municipais de Agricultura e de Obras, o mapa municipal territorial e o mapa municipal de UPAs do município.

De posse dos mapas, foi possível identificar as áreas com maior concentração de pequenas propriedades através da projeção do mapa municipal de UPAs sobre o mapa municipal territorial (Figuras 15 e 16).

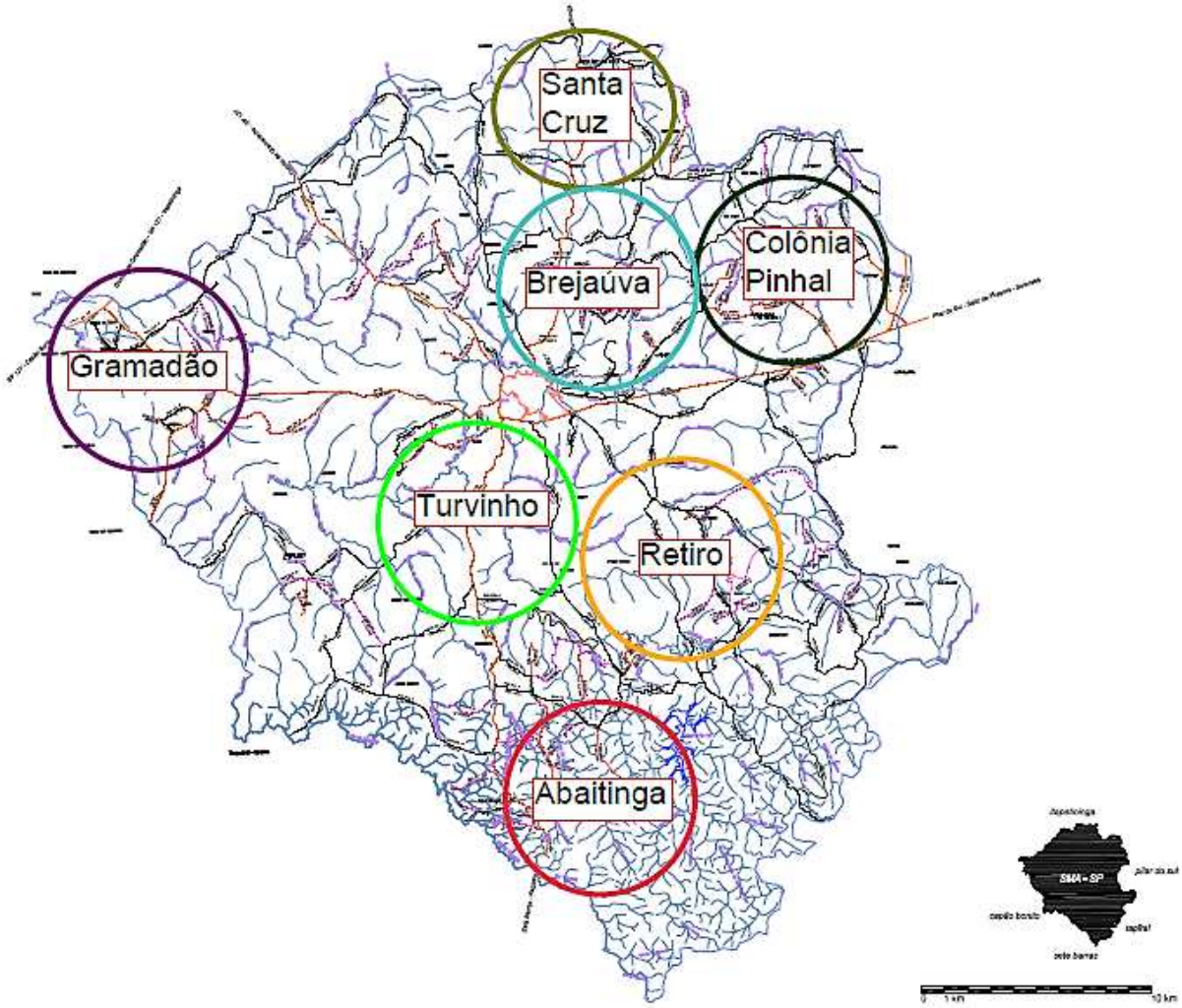

Figura 15. São Miguel Arcanjo, mapa municipal territorial - 2008
Fonte: Secretaria Municipal de Obras

Após análise dessa projeção territorial sobre densidade de UPAs, a pesquisadora pôde escolher dentre os bairros da zona rural (Figura 15), os seguintes: Abaitinga (também denominado Taquaral); Turvinho; Gramadão; Retiro; Brejaúva e Colônia Pinhal.

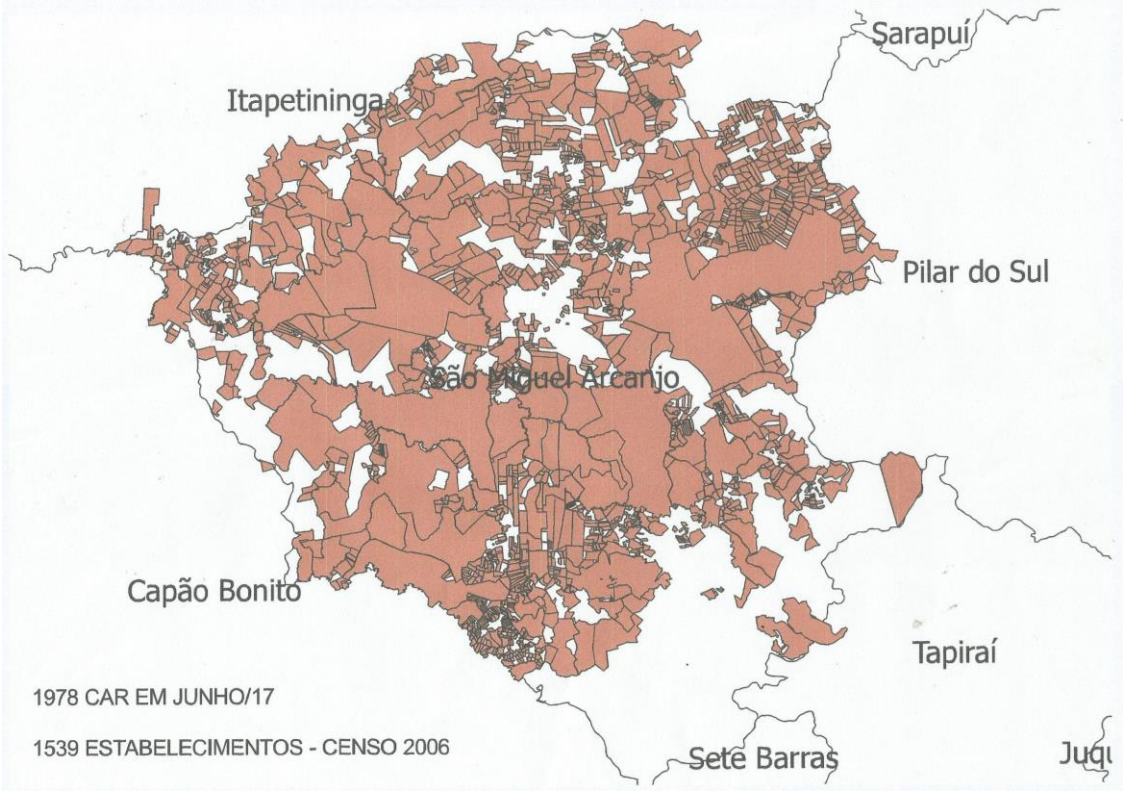

Figura 16. São Miguel Arcanjo, mapa municipal de UPAs do município.
Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura

O próximo passo foi estipular o número de agricultoras a ser entrevistadas, por conveniência, em cada bairro selecionado. Novamente, levando em consideração o mapa municipal das UPAs, foi possível identificar que as regiões territoriais dos bairros Abaitinga e Colônia Pinhal apresentavam maior densidade de UPAs.

Segundo Minayo(89), “uma amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. Neste sentido, devido à grande extensão territorial do município, e a pulverização populacional da zona rural, a pesquisadora optou por realizar um número de entrevistas, que levasse em consideração as diferenças culturais e socioeconômicas marcantes entre as populações nos bairros selecionados. Por exemplo, o bairro Colônia Pinhal é de colonização tipicamente japonesa, já o bairro Abaitinga concentra os maiores índices de vulnerabilidade social, e assim por diante.

Posteriormente, para a identificação e entrevista das mulheres agricultoras elegíveis para as entrevistas, a pesquisadora considerou identificar um informante-chave de cada bairro rural selecionado, que seria a pessoa moradora deste bairro, com bom relacionamento social dentro da sua comunidade.

Neste intermeio, São Miguel Arcanjo iniciou, no mês de novembro de 2017,

o programa Feira do Produtor Rural, fruto da parceria entre Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato Rural de São Miguel Arcanjo, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Desde então, a feira acontece semanalmente às terças-feiras, no período vespertino, na Praça de eventos Toamitse Ivasaki, localizada no centro da cidade. A Feira do Produtor Rural fomenta a venda direta de produtos advindos da agricultura familiar local, através da estrutura de feira livre, à frente das próprias famílias agricultoras, as quais expõem sua produção à venda para a população. Pensando nesse cenário, a pesquisadora optou por tomar como ponto estratégico essa feira, afim de identificar os informantes-chave de cada bairro rural escolhido para a entrevista. Porém, durante a frequentação da feira, a pesquisadora pôde constatar que a população rural não era a principal frequentadora, e os produtores participantes do evento eram escassos, não abrangendo a totalidade dos bairros rurais selecionados para a pesquisa.

Após três semanas de visitação à feira, foi identificado somente um informante-chave, do bairro Colônia Pinhal. Neste momento, a pesquisadora apresentou a ele os objetivos da pesquisa, e sanou as dúvidas desse colaborador acerca do processo de entrevistas e da pesquisa como um todo. Mesmo assim, o informante-chave foi capaz de identificar duas mulheres agricultoras do bairro onde reside, que seriam as primeiras a serem entrevistadas. O informante-chave entrou em contato previamente com essas mulheres, expôs os objetivos da pesquisa e lhes fez o convite para que fossem entrevistadas. Como aceitaram, sem objeções, o informante-chave disponibilizou à pesquisadora o contato telefônico de cada uma delas. A partir do contato telefônico entre pesquisadora e futuras entrevistadas, ficou acordado o dia e local para a realização das entrevistas, que seria o dia 05 de março de 2018, no período vespertino, no domicílio de cada uma delas.

Considerando a dificuldade de identificar os demais informantes-chave durante a feira, a pesquisadora optou pela abordagem direta das próprias agricultoras feirantes. Porém, observou que o espaço público onde acontece a feira não se mostrava um ambiente acolhedor para a abordagem dessas mulheres acerca da proposta da pesquisa. Além disso, dentre os bairros rurais selecionados para a pesquisa, na feira só haviam representantes dos bairros Santa Cruz e Retiro, não contemplando os demais. Mesmo assim, não foi possível entrevistar essas agricultoras dos dois bairros comtemplados, que estavam na feira, devido as suas

prioridades enquanto vendedoras dos seus produtos aos clientes daquele espaço.

Como as tentativas de identificação e entrevista das mulheres elegíveis ao propósito da pesquisa até então não foram bem-sucedidas, a pesquisadora optou por outra estratégia de identificação da população de interesse para a pesquisa. Dessa vez, demandando da potencialidade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de cada bairro rural selecionado.

O primeiro passo foi entrar em contato, após ciência da Secretaria Municipal de Saúde, via telefone, com cada enfermeiro (a) responsável pela equipe dos bairros selecionados. Neste contato telefônico foi apresentado a eles a proposta da pesquisa, e a possibilidade de parceria com os ACSs para a indicação das mulheres agricultoras dos seus territórios. Foi pactuada uma reunião, com data e horário previamente estabelecidos, em cada Unidade de Saúde da Família dos bairros selecionados, onde estariam presentes a pesquisadora, enfermeira(o) responsável e ACS, afim de expor o propósito da pesquisa e esclarecer dúvidas das equipes de saúde quanto ao conteúdo do trabalho ao qual eles seriam parceiros e facilitadores. As reuniões tiveram início no mês de abril de 2018, na Unidade de Saúde da Família Abaitinga. Estavam presentes a enfermeira responsável e os ACS. Após explanação da proposta da pesquisa, dúvidas foram esclarecidas e nomes das possíveis candidatas a entrevistas foram surgindo. Neste momento então, os ACSs acordaram de conversar entre si após o término da reunião para escolherem as mulheres que apresentassem o perfil para a entrevista, levando em conta sobretudo a disponibilidade de tempo, de interesse sobre o tema e do comportamento não introspectivo das possíveis entrevistadas. Após essa fase, ficou a cargo dos ACSs efetuar o convite, marcar a data, o horário e o local para a realização das entrevistas a essas mulheres, de maneira que fosse conveniente a elas.

Esse procedimento ocorreu igualmente nos seis bairros selecionados. Após o convite aceito, o ACS, através de contato telefônico, acordava com a pesquisadora de se encontrar na Unidade de Saúde do seu devido bairro, rumo ao domicílio ou local de trabalho das mulheres entrevistadas.

No momento da primeira entrevista no Bairro Gramadão foi percebida, em conjunto com a pesquisadora e ACSs, a dificuldade de se localizar agricultoras que correspondessem aos requisitos de elegibilidade para a participação da pesquisa pois, apesar de ser um bairro com grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores rurais, essas pessoas eram empregadas em grandes propriedades rurais localizadas

no próprio bairro e no seu entorno, que atendem à realidade do agronegócio, pautadas em grandes produções de monocultura. A pesquisadora optou então por substituir o Bairro Gramadão, por outro bairro rural que melhor atendesse os critérios da pesquisa. E elegeu o Bairro Santa Cruz.

Da mesma forma como aconteceu nos bairros anteriores, a pesquisadora estabeleceu contato telefônico com a enfermeira responsável pela Equipe de Saúde Santa Cruz, acordou uma reunião com os ACSs, conforme data e horário convenientes aos profissionais e realizou a explanação dos propósitos da pesquisa. Posteriormente à reunião, os ACS selecionaram duas mulheres em potencial para a entrevista, fizeram abordagem, explicação e convite para a participação voluntária das agricultoras, e o planejamento para a visita e realização da entrevista.

Como o território rural do município é extenso, e as propriedades não são de fácil localização e acesso, os ACSs, utilizando do seu conhecimento de território, se dispuseram a acompanhar a pesquisadora no momento do trajeto, a fim de evitar desperdício de tempo em busca do endereço da propriedade a ser visitada.

Finalmente, foram realizadas quinze entrevistas em sete bairros. Uma entrevista foi desconsiderada por não atender aos critérios de elegibilidade da pesquisa, culminando também na substituição do bairro Gramadão pelo bairro Santa Cruz, conforme já mencionado anteriormente. Ao final do percurso, por conveniência, foram incluídas as entrevistas de 14 mulheres agricultoras, que residem nos seguintes bairros: Abaitinga – três; Turvinho - duas; Santa Cruz - duas; Retiro – duas; Brejaúva - duas; e Colônia Pinhal – três (Figura 17).

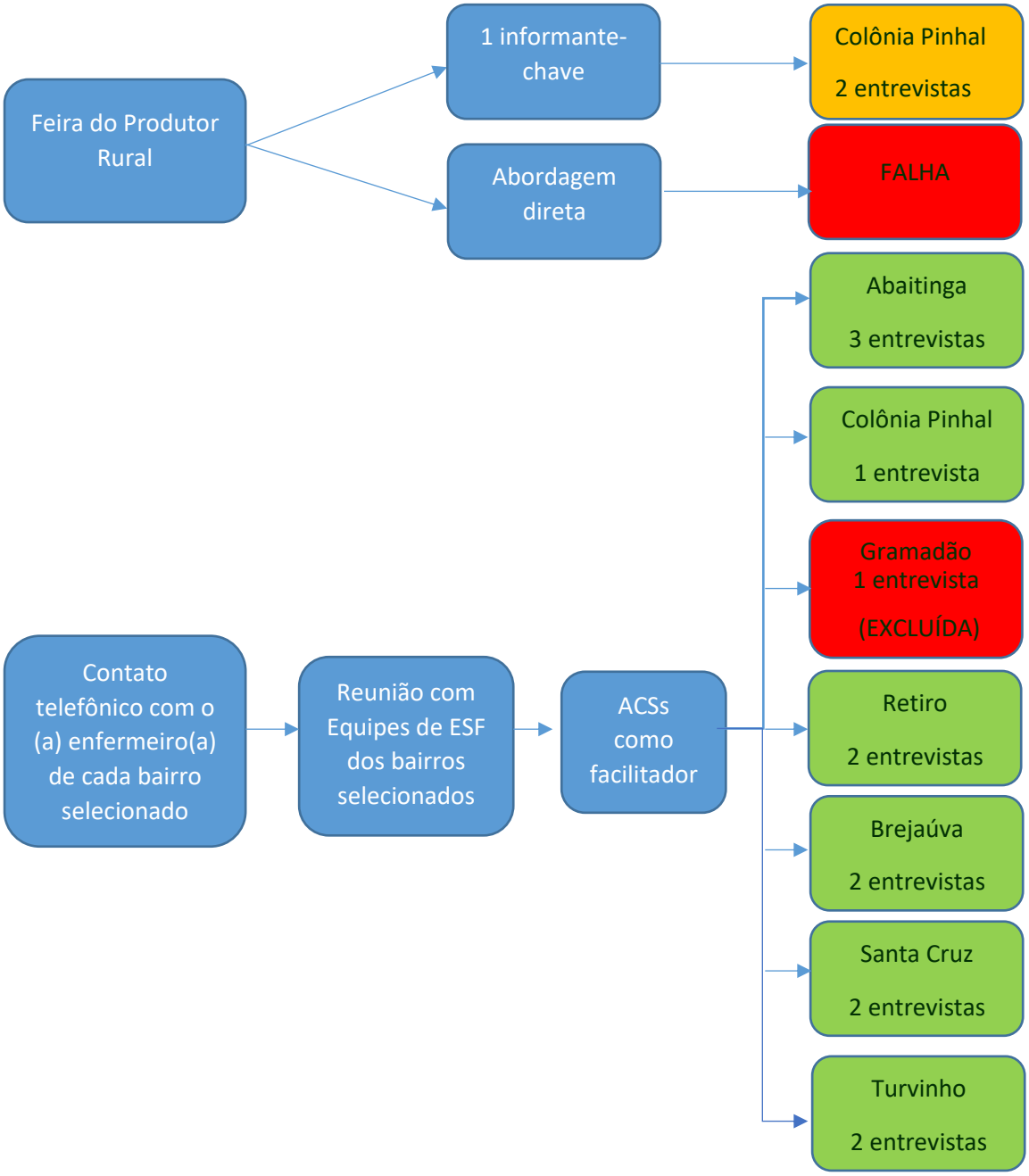

Figura 17. Fluxograma do percurso para a realização das entrevistas
Fonte: elaboração da pesquisadora

As entrevistas iniciaram-se no dia 05 de março de 2018 e finalizaram-se no dia 05 de julho de 2018. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 46 minutos, variando de 26 a 85 minutos. Para as tornar possível, foi necessário que as mulheres que se propuseram a participar da entrevista, assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que foi previamente lido conjuntamente com a pesquisadora. A pesquisadora esteve à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas das entrevistadas quanto ao processo da entrevista e da pesquisa, pontuando

também que não haverá ônus ou bônus financeiro a quem optar por ser entrevistada. Foram informadas também, que a qualquer momento durante a entrevista, caso não se sentissem à vontade em responder algo, ou ainda que tivessem mudado de opinião acerca da sua participação na pesquisa, que poderiam interromper a sua fala, sem qualquer prejuízo a ela.

Vale salientar que todas as entrevistas dos bairros Retiro, Turvinho e Santa Cruz foram assistidas pelas ACSs, como espectadoras, que fizeram a indicação das mulheres entrevistadas. Além disso, em uma das duas entrevistas realizadas nos bairros Brejaúva, Colônia Pinhal e Turvinho, o esposo da entrevistada considerou assistir a entrevista como espectador, sem participação. As demais entrevistas ocorreram na presença somente da entrevistada e da pesquisadora. Do total das entrevistas, 13 delas ocorreram no domicílio da entrevistada, e uma ocorreu no campo, durante o horário de trabalho da entrevistada. Não houve recusa ou arrependimento de nenhuma das entrevistadas em participar da entrevista.

Pensando que o “sujeito se constitui nos dados da experiência e, dessa maneira, sua produção implica movimentos de diferenciação de si e do mundo” (1), é plausível o entendimento do interesse e vontade das ACSs mulheres em permanecerem no momento das entrevistas. São ACSs, mas também são mulheres, donas de casa, e muitas vezes agricultoras. Sentem-se pertencidas nesta produção e implicação de sujeitos, talvez. Já as figuras masculinas, como os ACSs homens, se permitem a gentileza para com a colega de trabalho, no caso a pesquisadora, de acompanhá-la no percurso de estradas. E quanto à figura masculina do esposo no momento da entrevista, “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (94).

5.5. Análise do material

Esta pesquisa tem como material de análise o conteúdo das entrevistas realizadas com as 14 mulheres agricultoras são-miguelenses.

Em se tratando das falas das mulheres agricultoras camponesas, a análise de conteúdo, segundo adaptação dos conceitos de Bardin(95) vem ao encontro das suas duas funções, que nesse ínterim não conseguem dissociar-se, quais sejam:

> Uma *função heurística*: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver no que dá".

Ou seja: Existem mulheres trabalhadoras em propriedades familiares. Quem são elas?

> Uma função de *“administração da prova”*. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova”.

Ou seja: As vozes das mulheres do cotidiano de uma propriedade rural familiar são silenciadas.

Por conseguinte, para se por em evidência a “respiração” de uma entrevista não diretiva, é necessário a organização acerca de três polos cronológicos, que são eles(95):

A. Pré-análise

Nesta primeira etapa acontece a escolha dos documentos a serem submetidos a análise. Através da leitura exaustiva, ou “flutuante”, do material submetido à análise, a pesquisadora conhece o texto, e deixa-se invadir por impressões e orientações. Pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, e a formulação de hipóteses e dos objetivos da análise vão emergindo, culminando na elaboração de indicadores, ou categorias, que fundamentem a interpretação final do material analisado(95).

Para tanto, uma vez definido o *corpus,* ou seja, o conjunto de documentos a serem submetidos aos procedimentos analíticos, sua constituição contemplou quatro regras básicas, conforme orienta Bardin: Exaustividade: as entrevistas foram transcritas e consideradas na sua integralidade e totalidade durante todo o percurso de elaboração do material final de análise; Representatividade: as entrevistadas foram cuidadosamente escolhidas levando em consideração as diversidades culturais e geográficas de um mesmo município, mas sendo elas agricultoras familiares na sua totalidade; Homogeneidade: a pesquisadora realizou todas as entrevistas pessoalmente, utilizando-se de gravador de voz e roteiro de entrevista

semiestruturado como norteador do percurso da entrevista; Pertinência: as entrevistas transcritas foram adequadas enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo desta análise (95).

B. Exploração do Material

Após cumpridas as diferentes operações da pré-análise, a fase de análise propriamente dita persiste em aplicar sistematicamente as decisões tomadas. Neste estudo, esta longa fase ocorreu manualmente através de decomposição do *corpus*, codificação e enumeração em função das regras advindas da pré-análise(95).

C. Tratamento dos Resultados Obtidos

Os resultados brutos, neste caso a fala das mulheres, são tratados de maneira a serem significativos ("falantes") e válidos. Tendo à disposição tais resultados, foi "possível propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos", que vem de encontro "a servir de prova", ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas, "para ver no que dá"(95).

Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas neste trabalho podem servir de base a outros estudos analíticos, dispostos em torno de novas dimensões teóricas, ou praticados sob técnicas diferentes.

5.6. Comitê de Ética

O projeto de pesquisa e o TCLE foram apresentados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e teve parecer consubstanciado favorável Nº CAAE: 80848617.2.0000.5404 (Anexo 1). Por fim, como o trabalho de campo foi realizado no município de São Miguel Arcanjo/SP, foi solicitado também autorização da Secretaria Municipal de Saúde local, para o desenvolvimento e realização das etapas pertinentes ao estudo naquele território (Apêndice 2).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podam-me as raízes diariamente
Podam-me o cabelo
As curvas
Os dentes
As linhas de expressão
Podam o suco do meu corpo
O instintivo lado de louvar minha sangria
Podam-me tudo
Mas jamais podarão minha mente
Rafaela Chor

As mulheres entrevistadas trazem consigo o histórico comum de serem advindas de famílias de trabalhadores rurais. Não “escolheram ou tiveram” outra via, senão continuar o trabalho familiar na roça para o sustento do núcleo familiar. E trazem características peculiares no tocante da faixa etária, cor, meios de produção renda e escolaridade.

Quanto a faixa etária, oito mulheres possuíam entre 30 a 44 anos, quatro possuíam entre 45 e 59 anos, e duas possuíam 60 anos ou mais (Tabela 2). No Brasil, a população do sexo feminino, na faixa etária de 30 a 44 anos era de 22,9%, 18,9% entre 45 e 59 anos, e 15,6% com 60 anos ou mais. Num recorte de população do sexo feminino em área rural, este percentual chega a 20,9% entre 30 e 44 anos, 17,2% entre 45 e 59 anos, e 14,8% com 60 anos ou mais(96), diferentemente das características das mulheres foco desta pesquisa.

Quanto à cor, sete mulheres se autodeclararam pardas, seis brancas, e uma amarela (Tabela 2), contrapondo-se a realidade da região sudeste do Brasil, caracteristicamente branca: 54% da mulheres residentes desta região autodeclaram-se brancas, 35% pardas e 0,7% amarelas(96). A representação da raça amarela em São Miguel Arcanjo é um destoante da média da região sudeste porque o município possui uma colônia de antigos emigrantes japoneses, que se estabeleceram definitivamente e preservam sua cultura neste local.

A renda familiar mensal estimada variou de 0,8 a 4,2 salários mínimos, incluindo as que são aposentadas e os esposos também (Tabela 2). Historicamente a população rural encontra-se em desalinho à população urbana, mantendo metade da média de rendimentos da população urbana. O rendimento médio mensal das famílias urbanas brasileiras é de 1,5 salário mínimo, contrapondo-se a 0,75 salário mínimo das famílias rurais brasileiras. Se essa análise for realizada com a população negra, ou

seja, que representa metade da amostra deste estudo (entende-se população negra como pardos e pretos), a renda familiar média mensal é de um salário mínimo para as famílias negras urbanas, e 0,5 salário mínimo às famílias negras rurais(96). Diversa à esta condição, uma família possui renda familiar mensal estimada de 5,5 salários mínimos (R$5.200,00), justificada pela aposentadoria por invalidez do esposo. Três mulheres não se sentiram confortáveis em informar a renda familiar.

No Brasil, quanto à condição do produtor em relação à terra, é possível caracterizar sete modalidades distintas: proprietário/a e coproprietário/a, assentado/a, arrendatário/a, parceiro/a, comodatário/a, ocupante e produtor/a sem área(21). Das 14 entrevistadas, cinco são arrendatárias e nove são proprietárias/coproprietárias (Tabela 2).

Quanto à escolaridade, dez entrevistadas acessaram o Ensino Fundamental, e quatro acessaram o Ensino Médio (Tabela 2), superando a média do Brasil: 61% das mulheres agricultoras acessaram o Ensino Fundamental, e 15%, o Ensino Médio(21).

Sobre a configuração familiar, sete mulheres possuem um filho/a, cinco possuem dois filhos/as, e duas possuem três filhos/as (Tabela 2). Essa característica familiar vem de encontro às mudanças que vem ocorrendo ao longo dos anos. Se em 1991 a família rural caracterizava-se por um casal com dois filhos/as, agora caracteriza-se por uma casal com um filho em idade escolar(97).

Quanto à aposentadoria rural, três entrevistadas usufruem dela (Tabela 2), na condição de seguradas especiais, conforme limite mínimo de idade de 55 anos e 180 meses de comprovação de trabalho em regime de agricultura familiar, estabelecidos pelas Leis n° 8.212 e n° 8.213, ambas de 24 de julho de 1991(98).

Tabela 2. Dados pessoais, econômicos e familiares acerca da realidade de vida das mulheres agricultoras são-miguelenses entrevistadas. 2018.

	Idade	Cor	Escolaridade	Número de filhos	Condição da produtora	Renda familiar mensal estimada R$	Aposentada
Dandara	49	Parda	EFI[a]	1 filho; 1 filha	Arrendatária	833,00 (0,8 SM[e])	Não
Adelina Charuteira	33	Branca	EFC[b]	2 filhas 1 filho	Arrendatária	1200,00 (1,3 SM[e])	Não
Esperança Garcia	41	Branca	EFI[a]	2 filhas	Arrendatária	2000,00 (2 SM[e])	Não
Maria Felipa	47	Branca	EFI[a]	1 filha	Proprietária	1200,00 (1,3 SM[e])	Não
Mariana Crioula	37	Parda	EMC[d]	1 filha	Proprietária	5200,00 (5,5 SM[e])	Não
Tia Simoa	37	Parda	EMC[d]	1 filho	Proprietária	1570,00 (1,6 SM[e])	Não
Aqualtune	43	Parda	EFI[a]	1 filha; 1 filho	Proprietária	NI[i]	Não
Anastácia	37	Parda	EMI[c]	1 filho	Arrendatária	2750,00 (3,5 SM[e])	Não
Luiza Mahín	57	Parda	EFI[a]	1 filha; 1 filho	Proprietária	1045,00 (1,3 SM[e]) + renda da lavoura (NI[i])	Sim
Acotirene	62	Branca	EFI[a]	1 filha	Proprietária	3300,00 (4,2 SM[e])	Sim
Zeferina	36	Branca	EFC[b]	1 filha	Proprietária	NI[i]	Não
Tereza de Benguela	46	Branca	EFC[b]	1 filha	Proprietária	NI[i]	Não
Maria Jesuína	38	Parda	EFI[a]	2 filhos	Arrendatária	1090,00 (1,1 SM[e])	Não
Maria Aranha	61	Amarela	EMC[d]	3 filhos	Proprietária	2090,00 (2,6 SM[e])+ renda da lavoura (NI[i])	Sim

[a]Ensino fundamental incompleto; [b]Ensino fundamental completo; [c]Ensino médio incompleto; [d]Ensino médio completo; [e]Salário Mínimo com base no ano de 2017; [i]Não Informou
Fonte: elaboração própria.

Os conteúdos das falas das 14 entrevistadas foram organizados, através das técnicas de recorte e agrupamento. Conforme as semelhanças encontradas foi possível delinear nove subcategorias, que na sequência foram reagrupados em duas categorias, conforme sintetizado no quadro 1.

Quadro 1. Falas das mulheres agricultoras familiares segundo categorias e subcategorias de conteúdo. São Miguel Arcanjo/SP, 2018.

CATEGORIA 1	Trabalho feminino no contexto da agricultura familiar
Subcategoria	Rotina diária de uma mulher camponesa
Subcategoria	Episódios referidos de intoxicação por agrotóxicos
Subcategoria	Percepções femininas acerca dos agrotóxicos
Subcategoria	Relação de vivência com a terra
CATEGORIA 2	A mulher além da força de trabalho
Subcategoria	A profissão silenciada
Subcategoria	Divisão dos trabalhos domésticos
Subcategoria	Contexto socioeconômico
Subcategoria	Produção de cuidados em saúde da mulher do campo
Subcategoria	Pensar o futuro

Fonte: elaboração própria

No percurso desta pesquisa, que inicialmente caminhou sem a intenção de ser, porém ao final já se tornando, um estudo ecofeminista, pela pertinência dos conteúdos das entrevistas com as mulheres agricultoras, esse desenrolar acontece transbordado em sentimentos, emoções, lágrimas e risos, conforme as narrativas sejam expostas e analisadas dentro do contexto do sujeito feminino habitualmente subalterno silenciado.

6.1. Trabalho Feminino no contexto da agricultura familiar

Não obstante, as mulheres rurais trazem em suas falas o desenrolar das relações desiguais do trabalho produtivo e reprodutivo dentro das propriedades familiares. Contextualizam a interdependência entre propriedade, trabalho e família(99), a qual orienta a dinâmica singular do modo de vida dessas mulheres, num contexto de invisibilidade do sujeito sexuado feminino, de exposição a meio insalubre

por meio de contato com agrotóxicos, e ainda assim concretizam relações de afeto com a terra numa leitura de afirmação da sua própria identidade.

Neste contexto, desenrolam-se minuciosamente as vivências estudadas, conforme as falas que compõem as subcategorias que irão sendo exploradas, analisadas e discutidas.

a. Rotina diária de uma mulher camponesa

Ao encontro à realidade descrita pelas mulheres agricultoras familiares, as instituições familiares às quais elas pertencem determinam as relações de produção dentro deste núcleo familiar, a partir da compreensão da sua rotina diária. É evidente que o acúmulo de múltiplas jornadas de trabalho faz parte da rotina dessas mulheres.

> Eu tenho 15, 20 “minuto...” O “mai” rápido puder pra “mim” almoçar! Eu comi aquela comida bem rapidinho, eu vou ter que guardar a louça, tirar a roupa da máquina, estender, e já ter que voltar de novo [para o trabalho da roça]! (Dandara)

Nesse ritmo de desdobramento da trabalhadora rural/do lar é que se constitui a mulher do campo, exercendo o seu acúmulo de funções, de maneira acrítica e silenciada, aos moldes do patriarcado.

> Eu faço almoço, faço alguma coisa na casa... E daí 11 horas [da manhã] já subo trabalhar de novo! É apurado mesmo! [...] eu tiro a comida, como em pé!” Tem que comer correndo! E já volta correndo pro serviço [da roça]! (Anastácia)

O seu labor desempenhado no dia a dia, preza sobretudo o exercício do seu “não direito”. Ou seja, neste contexto, a mulher é a responsável por preparar o alimento da família, mas não goza do direito de desfrutá-lo. Alimenta-se para sobreviver, ofertando o substrato para seu corpo produzir a força motriz do seu trabalho oculto, o qual sustenta o pilar do modo de produção familiar.

> Trato das “galinha”, trato dos “porco”, trato dos “cachorro”, né, de tudo [...] Aí eu volto pra “drento”, eu tenho roupa pra dobrar, eu tenho o almoço de amanhã para pensar, e tenho a louça que deixei secando! Aí eu vou limpar a casa, porque a minha casa tem que limpar! [São] 10,11 “hora” [da noite]. Parou meu corpo de trabalhar, mas minha mente continua! Aqui não tem de segunda à sexta! (Dandara)

É nesta rotina de clamar por sobrevivência, que a mulheres, nos seus espaços sociais, que se resumem à casa, seus entornos e a roça, produzem suas vozes não ouvidas pelo peso de serem mulheres. Dita o patriarcado que, por serem mulheres, já nasceram responsáveis pelos cuidados da casa, dos animais domésticos, do bem-estar da família. Através da "coisificação" desses corpos desvalorizados, há quem diga que essas mulheres, de seus lugares sociais, sabem que "sobreviver não é uma habilidade acadêmica"(95).

> cinco" hora [da manhã] eu já vou pro barracão, aí eu fico... acendo a luz e fico com farolete na boca (risos)... segurando ali, eu fico embalando "as coisa", até clarear o dia! (Luiza Mahín)

É incontestável o valor da força de trabalho dessas mulheres, que obedecem ao relógio da necessidade. Quem ordena a hora é a roça. E "A Roça", não coincidentemente como substantivo feminino, é um lugar "femininamente" ocupado.

> Não tem hora pra levantar, não tem hora pra dormir, não tem hora pra comer! Não tem tempo... Não tem hora pra ir no banheiro! [...] Água tem que tá de a par da gente ali, que a gente não sai... E a gente fazer, produzir o serviço! (Dandara)

> "Ói", não tem sábado, não tem domingo... Não tem dia santo, não tem feriado! Não tem nada! (Luiza Mahín)

A rotina se faz em detrimento às necessidades básicas de sobrevivência. Fazendo uma análise a partir da fala de Kilomba(96), quando diz que "aquela imagem da escrava Anastácia, que fala pelos orifícios da máscara e às vezes fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada"; e que o "estilhaçamento é um símbolo, porque a fala força a máscara", é o que reproduz a retórica da sobrevivência dos corpos trabalhadores emudecidos dessas mulheres em suas rotinas, e que inconscientemente grita por legitimação ante o capitalismo global e o status estrutural heterogêneo da agricultura de periferia(92).

> quatro "hora" da manhã eu levanto, né, que sou católica. Eu tenho que rezar os meus dois terços, fazer minhas "oração"(Luiza Mahín)

Ainda assim, a rotina da mulher "multitrabalhadora" inicia-se às quatro horas da manhã para o exercício da devoção. É através da religião, como fator de

resiliência, que muitas delas se confortam frente à sobrecarga de trabalho e obrigações do dia a dia.

b. Episódios referidos de intoxicação por agrotóxicos

A mulher, responsável pelo trabalho reprodutivo dentro das estruturas familiares camponesas, desempenha, não a exceção à regra, atributos que historicamente, foram designados à figura masculina, na sua formação ideológica masculino-imperialista. As práticas do capinar, da colheita, da manipulação de agrotóxico também estão no rol das suas atividades diárias, embora inseridas no contexto da inexistência político-social do sujeito subalterno, na figura da mulher, desprovida de direito a acesso a quaisquer meios de informação e orientação necessários para o desempenho do seu labor com segurança.

> Têm uns venenos que dá uma dor de cabeça violenta! Sempre acontece! Quando vai passar veneno que dá essas "crise" de dor de cabeça, eu nem vou pra roça! (Aqualtune)

A mulher, desprovida de conhecimento técnico sobre riscos que os agrotóxicos podem causar através de contato direto ou indireto(25), desenvolve no entanto, habilidades que a faz identificar a ocorrência de sintomas clássicos de intoxicação aguda leve ou moderada.

> Teve um dia que foi passado "uns produto" lá e eu voltei pra casa com dor de cabeça! Meio com enjôo.[...] Até falei pro meu marido, falei: "Ixe, a minha cabeça tá meia zonza, estranha!" Daí eu falei: "Será que foi não o veneno?" Daí ele falou assim: "Mai não... Acho que não foi!". Esse "acha", né, mas... pode ser que sim, né?! (Zeferina)

Durante a rotina de trabalho do casal, a esposa vivencia os efeitos clássicos de intoxicação aguda por agrotóxicos, e reconhece-os. No entanto, quando dialoga com o esposo, que nega a relação dos sintomas com intoxicação, é possível inferir que cabe à mulher maior cuidado e preocupação com seu bem estar, frente aos percalços impostos pela rotina da roça. Ou seja, desprovidas de acesso à conhecimentos técnicos, refletem e concluem o óbvio.

> Tem um veneno que é passado na uva, e não pode fumar! E não pode beber! ... Quase que fui parar na Santa Casa! ... Bebi e fumei! Vomitei, fiquei com tontura, "bambeou as perna"! (Dandara)

Da mesma forma, pelos mesmos métodos não técnicos, mas através da vivência e sobrevivência no meio rural periférico, é capaz de reconhecer as interações dos agrotóxicos com outras substâncias como tabaco e álcool.

> Não chego perto da “pranta” [no dia em que ocorre a pulverização]! Espero um dia, dois, pra depois ir! (Aqualtune)

E diante da falta de informação sobre o tempo de reentrada nas áreas pulverizadas, as agricultoras decidem por conta própria quando voltar ao local de trabalho. São gestoras do seu próprio tempo e risco. Aprendem por si mesmas a reconhecer características nocivas inerentes aos produtos formulados e comercializados no Brasil, com suas especificidades e tempos variáveis de reentrada de cada um desses produtos utilizados.

> Pra outras pessoas, pra outras mulheres, no caso, tem que encarar, né?! Encarar porque trabalha pra patrão, aí tem que aguentar [o mal estar e contato com agrotóxico]! (Aqualtune)

A maior ou menor exposição aos agrotóxicos, também é definida pelas relações de trabalho e de propriedade. Se a mulher que está inserida na propriedade de agricultura familiar de subsistência, sem conhecimento técnico, gere seu tempo e seu risco; a mulher diarista periférica desprovida de qualquer direito à terra ou contrato de trabalho, não gere o seu tempo de reentrada, tampouco pode se preocupar com seu risco à exposição à agrotóxicos.

> Já passei mal... por causa do calor mesmo, né?! Ao veneno não! Na estufa quando fica mais... Não por causa do veneno! Por causa do calor, né, muito forte! (Anastácia)

No entanto, existe uma lacuna de entendimento de que as intoxicações podem ocorrer não só a partir de exposição direta (manuseio de produtos e roupa contaminada), mas também de forma indireta (atividades na lavoura e contaminação ambiental)(100).

> Porque desde criança trabalhei com veneno, nunca tive “pobrema”! Não! Não. A única coisa que eu tinha muito uma época, agora tá melhor, é “uns negócio” que “apareceu” na minha mão, sabe?!

> Falavam que era do veneno, né, que tinha dado...! Mas era veneno, produto de limpeza, tudo aquela coisa dava! Agora... tem um período que passa uva, passa!!! Eu acho que esse negócio... só à época da uva mesmo! Porque esse ano também deu! Deu algumas “coisa” minha mão, que ficava... Mas antes era muito “mai” pior, sabe?! E a turma falava que era de veneno! (Maria Felipa)

Nesse contato cotidiano, possivelmente desde o útero da mãe, constado desde a infância, dessas trabalhadoras com agrotóxicos, é que se pode caracterizar a falsa concepção de inocuidade dessas substâncias, quando a intoxicação não ocorre por meio de sintomas clássicos de intoxicação aguda. A exposição a agrotóxicos em um curto período de tempo (menor que 24 horas), levam a efeitos agudos leves - muitas vezes autolimitados, não diagnosticados e subnotificados, como citados pela entrevistada, mas que não se isentam de apresentar efeitos agudos moderados e graves, podendo levar a morte, dependendo das quantidades e tempo de contato. Além disso, exposições contínuas direta e/ou indireta (Figura 18), em quantidades menores, em períodos de dias ou algumas semanas, dependendo da quantidade de agrotóxico absorvido, resultam em efeitos tóxicos subagudos (101,102), que nem sempre são relacionados pelas trabalhadoras com a exposição a agrotóxicos nas atividades na agricultura.

Figura 18. Local de armazenamento de agrotóxicos e ferramentas de trabalho na propriedade rural familiar da Maria Felipa. 2018.
Fonte: acervo da pesquisadora

Outra forma de intoxicação por agrotóxicos, e que é preocupante, devido ao seu difícil reconhecimento clínico por parte dos profissionais da saúde, e pela população exposta, são as intoxicações subcrônica e crônica. Elas estão relacionadas com exposições aos agrotóxicos por longos períodos, meses (subcrônica) e anos a décadas (crônica), e em baixas concentrações(102). Caracteristicamente, manifesta-se tardiamente, em meses ou anos, através do acarretamento de danos fisiopatológicos somatórios e/ou irreversíveis ao corpo humano, com quadros clínicos inespecíficos, e número adicional de doenças e mortes nesta população (101). Consequentemente, é esperado entre as trabalhadoras, trabalhadores, profissionais de diversas áreas, incluindo os da saúde, e na população geral relatos de desconhecimento de episódios de intoxicação, como estes:

> Não. Nunca passei [mal com o contato com agrotóxico]. (Adelina Charuteira)

> Nunca passei. mal... Com veneno não! Ao menos essa vez que foi com a fumaça! Fumaça do motor a diesel! Era o motor! O motor ficava num lugar e era a bomba de pulverizar... Que a gente trabalhou com uva... 18 “ano”! E... aí como não tinha energia, pulverizava com motor a diesel! E o diesel ele solta uma fumaça horrível! E foi essa fumaça que foi o que me prejudicou! Mas com veneno eu nunca senti mal! (Acotirene)

Mesmo trabalhando há mais de uma década no cultivo de uvas, as entrevistadas referem nunca terem sofrido nenhum episódio de intoxicação por agrotóxicos, ou qualquer sintoma que elas relacionem ao contato com estas substâncias.

Adicionalmente, o relato acima chama a atenção para outras duas exposições reconhecidamente danosas para saúde da agricultora: ao ruído do motor e química, resultante da queima de combustíveis fósseis que também emitem poluentes para o ambiente de trabalho e ambiente geral (97). A situação relatada é relevante porque aponta para a exposição multiquímica e multirriscos (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais) no ambiente de trabalho rural, determinante da situação de saúde, que não é percebida e não aparece em nenhuma das falas das outras agricultoras entrevistadas.

É fato que a desinformação quanto ao uso de agrotóxicos e suas consequências à saúde da população trabalhadora e consumidora, aos danos ao meio ambiente, é uma constante. Porém, na ótica do gênero, o acesso das mulheres a

serviços de extensão agrícola, como informação técnica, capacitações e palestras acerca dos produtos que utilizam nos seus ambientes de trabalho são notadamente mais limitados quando comparado aos homens. Por definição (definida aos moldes do patriarcalismo), estas informações são tipicamente voltadas para os agricultores do sexo masculino, por serem assuntos que não são importantes às mulheres do campo. Desta forma, a mensagem aprendida é repassada pelos homens às mulheres durante a rotina de trabalho. Na prática, não é o que acontece(103).

Neste sentido, para descolonizar esta forma de conhecimento merecedora do sexo masculino, é necessário se ater à identidade social desses atores (homem x mulher), “não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas, ante o fortalecimento de outras” como bem afirma Ribeiro(104).

c. Percepções femininas acerca dos agrotóxicos

Na ótica do gênero, num recorte de binarismo heteronormativo colonialista, pautando no raciocínio que traz Michel Foucault(90) quando analisa as relações do Poder-Corpo, “ao ativar os saberes locais, considerados descontínuos, desqualificados e não legitimados”, que ecoam nas vozes dessas mulheres,

> é enfrentar uma instância teórica unitária, de corpo masculino, e que pretende depurar esses saberes, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de direitos de uma “ciência detida por alguns” (90).

Ou seja, quando ecoam outras vozes, numa forma de contradiscurso do modelo hegemônico, ecoam o perigo de revide das forças das massas subalternas. E essas mulheres subalternizadas têm o que dizer. Basta ouvi-las:

> O agrotóxico, ele tá acabando com o ser humano por dentro e por fora! É um fantasma invisível! Todo mundo sabe, “mai” ninguém quer ver! Lentamente, ele [o agrotóxico] “tá” acabando de uma certa maneira com o ser humano... (Dandara)

Neste discurso, quando se possibilita o espaço de fala, é possível identificar o conhecimento empírico que essas mulheres trazem na sua bagagem de vida. Foram desprovidas do direito ao conhecimento acadêmico, no entanto adquirem

conhecimentos advindos da sua vivência, ante as adversidades, que o mundo capitalista obstrui. São subalternas que contradizem o discurso do agronegócio em relação a inocuidade dos agrotóxicos.

> Antigamente você não precisava colocar nem adubo na terra pra produzir! Hoje se põe tonelada! Antigamente você usava lá... cinco mL de veneno pra produzir! Hoje você usa cinco "litro"! Antigamente, você nem ouvia falar [de agrotóxico]! (Dandara)

O incômodo com o modelo de produção tradicional é constante entre as camponesas. Inevitavelmente, a prática do agronegócio adentra as propriedades familiares, pautada na produção dependente de agrotóxicos, e é relatada na rotina de trabalho de maneira não naturalizada por boa parte das agricultoras:

> Eu queria ter assim... sem agrotóxico! "Mai" não tem jeito! Não tem noção... (Mariana Crioula)

> Porque a gente que trabalha na agricultura, você tem noção do quanto veneno usa! [...] A gente viver na roça aqui... A gente vive contaminado! (Dandara)

O descontentamento entre a necessidade de utilizar agrotóxico e ao mesmo tempo "comer veneno" é uma constante. As camponesas demonstram a insatisfação com os seus meios de produção a todo instante. Agrotóxico para elas é sinônimo de veneno:

> Agora tudo que "cê" come tem veneno! E a gente se envenena... (risos) tudo tem veneno! Veneno demais! (Aqualtune)

> Tudo é... Pode colocar o apelido que for, o sinônimo que for, você puxou o rótulo: Veneno! (Dandara)

> A gente comia aqueles "tomate" com... "às vez" com gosto estranho, tal, mas, sabe o que é? Muito agrotóxico! Porque só aqui [na roça] a gente vê o tanto de agrotóxico que vai no tomate! "Cê" não come tomate! "Cê" come veneno! (Mariana Crioula)

Porém o viés do modelo químico-dependente de produção agrícola na "modernização do campo" seguindo a "Revolução Verde" predominante no Brasil (31), se mantém na soberania produtivista em detrimento a modos de produção sem agrotóxicos, como pode ser visto também nos próximos relatos:

> Eu acho que é uma coisa... não é boa, mas se a gente não usar [agrotóxico] também a gente não consegue![...] É difícil pra você, eu acho que [o agrotóxico] afeta a saúde, tudo, mas... se não fazer isso "cê" não colhe! (Esperança Garcia)

> pra mim realmente é... agrotóxico é um veneno, mas... outra parte, eu sei que na Agricultura, principalmente aqui no Brasil, né, não pode eliminar tudo "os agrotóxico". (Maria Aranha)

O agronegócio, neste sentindo, é perspicaz na utilização das técnicas de poder sobre essa população, pois marcha "ao compasso da verdade"(90) ou seja, produz e faz circular discursos os quais respondem perfeitamente às exigências de produção, que desta forma funcionam como verdade. Por esse motivo, detém formas de poder específicos sobre a população camponesa(94).

Neste sentido, o que faz a máquina do agronegócio além de alimentar a construção contínua do sujeito mantido como subalterno, no campo da agricultura familiar? Mais profundamente, a questão "mulher" parece ser a mais problemática neste contexto. Evidentemente, se for mulher e pobre, está sob duas formas de violação(94).

Porém, nas palavras de Foucault(90): "O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza-a e recompensa-a." Mas, segundo esse mesmo autor, "não há possibilidade de exercício de poder sem certa economia dos discursos de verdade". E por essas "verdades profissionalizadas", motor do agronegócio, surgem indagações através dos discursos das camponesas:

> Porque assim, na ignorância do "hómi" de querer "trabaiá..." ele não tem tempo de pegar um papel e ler! Aí, um dia, o "C.[esposo]" pegou e começou... "pá-pápá-pá-pá..." O "C." falou: "Ó onde tá a desordem do Brasi...I é aqui, ó, no "mata-mato"!" [...] Que "nói" tá no dia a dia, mexe "cá" terra! A gente sente, minha "fia" [...] Ó, um lugar que cê joga "mata-mato", a minhoca morre! Ali não tem "mai" nada! (Tia Simoa)

> esses "dia", tava "conversano" com um casalzinho de idosos... 93, 94 "ano", falei: "A gente não vai chegar nessa idade!" Porque eles passaram por um tempo de não agrotóxico! (Aqualtune)

A ideia do uso de agrotóxicos como o agente de sucesso de produção, por meio dos discursos das agricultoras, é algo que elas questionam. O interesse em ler um rótulo de agrotóxico e relacionar aos efeitos indesejáveis que essas substâncias

possam vir a causar no ser humano e no ambiente, mostra que a cultura da agricultura familiar pautada no cuidado com a terra e com o meio ambiente, além da preocupação com a qualidade de alimento servido a população ainda vive no ambiente dessas camponesas, apesar da marginalização de classe, como a seguir:

> Que, querendo ou não, [o agrotóxico] afeta bastante a saúde da gente, né?! Isso a gente sabe! (Zeferina)
>
> [o agrotóxico] é uma coisa bem forte eu acho! Tanto pra saúde, como meio ambiente, como pra planta... Né?! [...] Então, a gente conseguiu reduzir bastante [o uso de agrotóxico]... "Tamo" quase isento... (Tereza de Benguela)
>
> Eu não quero isso pra mim! Eu falei pra ele [o esposo]: "Chega [de usar agrotóxico]! Já deu!!! [...] "Nem que a produção da gente "seje" menos, mas ponha coisa natural!" (Tia Simoa)

Perpassa por esses discursos a necessidade de se pensar em direito a existência digna dessas mulheres, o direito a ouvir suas vozes silenciadas. E quando se fala em direito de existir e de ser ouvida, fala-se de *locus* social, de como esse lugar imposto pelo colonialismo patriarcal dificulta a possibilidade de transcendência desses sujeitos femininos. A questão a ser formulada é: por que ainda são silenciadas?(104)

Pois então, é através da análise deste contexto, não simplesmente a partir de experiências individuais dessas camponesas, mas sim das condições sociais que permitem ou não que esses grupos de mulheres acessem lugares de cidadania, é que se faz necessário entender como o lugar social ocupado por certos grupos (neste caso, a pesquisadora permite identificá-los como "Agropatriarcado") restringe oportunidades a outros (mulheres da agricultura de periferia)(94,104,105).

d. Relação de vivência com a terra

As mulheres que vivem na e pela terra, compõem um povo, e que ocupam um lugar social específico, de objetificação dos sujeitos. Compartilham entre si as semelhanças de uma autopercepção de "uma história comum, que vem de um passado e se dirige para um futuro, ainda que através de situações de dissenso interno e conflituosidade" (106). Ou seja, o lugar social o qual essas mulheres ocupam, o lugar da "Outridade", dificulta o exercício de consciência discursiva acerca desse

local, graças a falta de acesso à representação, sofrida pelas mulheres camponesas subalternizadas(105,106), como mostra o discurso a seguir:

> Quando eu tinha meus 17, 18 “ano”, eu dei uma de louca, que não queria trabalhar no sítio “mai”, e “soquei a cara”, trabalhar em Itapetininga! Fui doméstica, fui lavadeira, e faxineira... Fiz tudo! [...] Eu não acostumei! Tentei ficar dos 18 aos 20 [anos], e voltei [para a roça]! (Dandara)

Como visto, a inquietação pelo silenciamento das suas vozes faz com que essas mulheres entendam que para serem legitimadas, reconhecidas como sujeitos com opiniões políticas, sociais e individuais, seja necessário abandonar a “casa”, no sentido de local de “margem”, para adentrar ao “centro”, onde, acreditam, os locais de fala acontecem. Mas, infortunadamente, deparam-se com a opressão desse *locus* social ao qual não pertencem, ao qual a fala não pode ser delas, continuando a serem sujeitos objetificados, fruto da hierarquia das classes dominantes. Retorna para a “casa”, ou seja, à margem, ao lugar dos marginalizados, o seu espaço historicamente configurado nos moldes do silêncio, estabelecido pelo colonialismo.

Porém, na voz de Kilomba(105), “um profundo niilismo e a destruição nos invadiriam se considerássemos a margem apenas a marca de ruína ou de ausência de fala, em vez de lugar de possibilidade”. Ou seja, o exercício da sua identidade, através da vivência e afeto com a terra *per se*, é soberana apesar dos obstáculos que impõem os locais palco de exercício de poderes, e que agem em territórios de margem. E as camponesas relatam assim:

> Trabalhei acho que um ano de copeira numa fazenda, e depois acho que em 2012, 2013, trabalhei de doméstica em Itapetininga uns seis meses. Mas acho que não nasci pra isso não! Não. Não nasci pra cuidar de casa e servir cafezinho! Gosto de roça! Eu gosto da roça! Gosto da terra! (Aqualtune)

> Eu morei na cidade [...] O meu quintal era o meu muro! E eu não me sentia bem: Asfalto, calor, tudo! Aqui [no sítio] não! Aqui eu “tô” no meio da natureza! [...] E aqui eu sou livre! Que coisa, né?! [...] Por mais que seja sofrido, eu sou livre! Sou índia me sentindo pé no chão! E lá [na zona urbana] eu era um índio preso! (Dandara)

Nesses discursos, é possível entender “como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos; e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades”(104). Identidades como estas, de mulheres

que vivem e sobrevivem ao fruto da redescoberta de si, ante o mote do capitalismo, que alimentam o motor da agricultura familiar e de subsistência:

> Não, eu não me vejo numa outra vida! Acho que mesmo se tivesse um dinheiro que dá pra dizer: “Nossa, tô rica, não preciso trabalhar mais”, eu acho que eu trabalharia do “memo” jeito! Na roça do “memo” jeito! Contato com a terra, “cá” “pranta”, é muito gratificante! (Aqualtune)

> toda vida eu gostei [da vida no campo]! É... Eu faço [o trabalho]... por mais que é sofrido, por mais que é difícil, mas eu faço com amor! (Acotirene)

Neste ambiente em que vivem, resgatam diariamente suas ancestralidades reproduzidas através da relação com a terra. Na percepção das camponesas, viver no campo, cuidar e trabalhar com a terra, recebendo alimento, lar e aprazibilidade, dispensa valores de *commodities.* Enfim, perpetuam as relações saudáveis de trocas entre corpo/natureza.

Quando Foucault(90) diz “abrem-se as prisões, expulsam-se os juízes e fecha-se o tribunal”, abrem-se as possibilidades ao entendimento e ao estudo da condição de vida das mulheres da agricultura de periferia. É fundamental que indivíduos pertencentes a grupos sociais privilegiados consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir da polarização “centro”/“margem”, e o impacto disso na constituição dos lugares que esses grupos subalternizados ocupam (90,104):

> Aqui [no sítio] eu tenho um ar puro, eu tenho liberdade, eu posso ir... olhar para o céu! (Dandara)

> Eu, “tando” na roça, eu “tô” em paz!!! (risos) (Luiza Mahín)

Permitir que o “Outro” fale, ou seja, autorizar a fala, é obrigar-se a ouvir (94) apesar da condição de privilegiado. E quando este sujeito marginal fala, cria-se a possibilidade de devir como um novo Sujeito, no seu contexto histórico de vida.

6.2. A mulher além da força de trabalho

A não autorização discursiva de corpos femininos no contexto da agricultura familiar dita as suas irrelevâncias: social, cultural, e econômica nas quais essas mulheres nascem, crescem e permanecem. A exploração gratuita e

naturalizada dessas mulheres inseridas no núcleo familiar gerido pela figura masculina produz inegáveis efeitos negativos no âmbito de produção de saúde, direito a propriedade, relações interculturais e de dependência financeira na condição de "outra", conforme se esclarece durante a análise e discussão das falas contidas nas subcategorias elencadas. Porém, quando há possibilidade de ocupar o lugar de fala, sem máscaras que as impeçam ou talas que as amordaçam, elas se fazem ouvir diante da invisibilidade imposta.

a. A profissão silenciada

As mulheres atualmente constituem a maioria do grupo de pequenos agricultores, fornecendo a maior parte da mão de obra dentro da agricultura familiar, além de gerenciar grande parte das atividades cotidianas agrícolas. Apesar deste papel significativo dentro da agricultura familiar e de subsistência, o conjunto de normas sociais e culturais, que prevalecem nas comunidades rurais e nos ambientes institucionais, ditam a divisão de trabalho entre mulheres e homens(103), classificando como o trabalho reprodutivo atribuído a mulher, e o trabalho produtivo, de mais valia, atribuído ao homem(4,23). No entanto, quando se dá direito de fala a essas mulheres camponesas, a realidade verbalizada se dá de modo a desconstruir os conceitos pré-estabelecidos, como dito adiante:

> Lavradora né? Sempre fui lavradora mesmo! (Luiza Mahín)

> "Ah", eu coloco que eu sou da roça mesmo! (Mariana Crioula)

Não surpreendentemente, prontamente se afirmam como "lavradora", "da roça". Sentem-se pertencidas na profissão a qual lhes coube; que vai além da função de afazeres do lar:

> "Ah", a minha profissão é... "ás vez" é do lar ou é... igual eu falei "pro cê", agricultura, né?! É! Porque eu é... agricultora! Mais agricultora! (risos) Isso nem tem compartimento!!! É mais da roça do que da casa! (Tia Simoa)

Reconhecem as múltiplas tarefas que lhes foram historicamente

outorgadas, mas ainda assim se colocam como mulheres responsáveis pelo trabalho agrícola nas suas propriedades. Ou seja, descortina-se outra face obscurecida do colonialismo patriarcal. A mulher, no seu lugar de sombra que historicamente ocupou, e continua a ocupar, é provedora da subsistência da sua família, gestora do lar e do ambiente de trabalho, e responsável pela perseverança do núcleo familiar. E essa família, apesar da essencialidade da figura feminina, apresenta-se socialmente como a família tradicional de protagonismo masculino.

> Eu “ponho”, né, sempre assim... Lavradora! Porque, sempre fui lavradora mesmo, né?! “Às vez” a pessoa tem vergonha de falar “lavradora”, né?! Mas por que, né?! Se a gente trabalha e “vévi” disso, né?! (Luiza Mahín)

Este contexto dialoga perfeitamente com o trecho do discurso de Sojouner Truth, citado por Ribeiro(104), que diz:

> Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem pra mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar!

Por fim, a superação acontece dentro de cada uma de si, diariamente, resilientemente.

b. Divisão do trabalho doméstico

Nas palavras de Foucault, “o sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, com o devir da nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano”(90). Pode-se interpretar, aos moldes do colonialismo, que a “verdade” de sujeito humano se materializa no corpo masculino. E dessa forma, a mulher não pode ser “definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do homem”. Ou seja, ao homem cabe o poder de designar as funções que devem ser exercidas pela mulher, confinando-a a um “papel de submissão que comporta significações hierarquizadas”(104), como relatado:

> Quando eu estava no Japão, ele diz que fazia tudo! Mas depois que eu voltei, parou [de fazer os serviços domésticos]!!! (risos) (Maria Aranha)

> "Ah", faço [o serviço doméstico] tudo sozinha! [...] Tem vez que não dá tempo de fazer tudo [o serviço doméstico] sozinha, né! Fica pra amanhã! (risos) Cansa! Ah não é muito fácil, mas tem que ir levando né... (Maria Jesuína)

É possível entender como as mulheres ainda são moldadas para desempenhar o trabalho doméstico(104), ou seja, como a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de suas habilidades, mas também e ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante: da "verdade" de sujeito humano, fruto de uma assimetria legalmente programada deste sujeito, que efetivamente a define como seu objeto(94):

> Em casa nada! (risos) Ele [o esposo] acha que é desaforo ele ajudar, né?! (Maria Felipa)

Ainda assim, ocupando o lugar de mulher subalterna, os significados inferidos sugerem que, através da reflexão de Ribeiro (104), uma mulher, sendo mulher não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do contexto sexista e imperialista ao qual é aprisionada:

> Tem hora que a gente fica magoada, né?! Que a gente quer uma atenção, uma ajuda, né?! "Mai." às vezes até eu acho que tá certo ele [o esposo], porque já tem duas "mulher" [referindo-se a ela e a filha para realizar os afazeres domésticos], né?! Mas, um "homi" ajudar, né?! (Maria Felipa)

> Pouco [sobre o esposo fazer serviço doméstico]! (risos) Pouco, porque daí como eu tenho uma filha de 17 anos, ela me ajuda também! (Adelina Charuteira)

É possível entender como as histórias de vida das mulheres camponesas se perpetuam de mãe para filha. Desde a adolescência, a menina (mas não o menino), aprende que é sua função zelar dos cuidados domésticos.

E caminhando a passos lentos, é possível compreender as dificuldades em superar os obstáculos culturais enraizados nas falas das mulheres, apesar de se sentirem amparadas pelos seus companheiros no momento da divisão dos trabalhos domésticos, como a seguir:

> Nossa, ele lava a louça, varre casa, recolhe roupa...!!! Ele ajuda! (Anastácia)
>
> Ajuda! Ajuda! Às vezes [o esposo] faz comida, varre a casa, passa pano... (Aqualtune)

Sempre através do verbo *"ajudar"* é que se resume a função do homem no ambiente doméstico. Desempenhar o trabalho doméstico é algo inato à mulher. Por mais exaustivas que sejam as suas múltiplas jornadas de trabalho, na conciliação dos trabalhos doméstico, da lavoura, de ser mãe e esposa, a mulher sente-se privilegiada quando o homem algumas vezes decide por "ajudá-la" em uma das suas jornadas: a doméstica.

Ainda assim, apesar da "*ajuda*" que lhes é prestada, é possível identificar vontade de mudança. Nasce o incômodo de aceitar ser submissa à "verdade do sujeito humano", transitando na insatisfação da Outridade:

> Porque assim... a gente, falando como mulher que trabalha fora e tem que cuidar da casa sozinha, é difícil! Se "cê" tem um marido que trabalha fora, chega, se joga no sofá e não lava uma colher e quer tudo na mão, é difícil! Mas, quando "cê" tem uma pessoa que tá junto com você, se tá no serviço, tá junto, se vem pra casa, "vamo" fazer junto, aí é mais fácil até! (Aqualtune)

E neste sentido, quando há reflexão e se autoriza a fala, é evidente que essas mulheres sabem do lugar o qual foi compulsoriamente e masculinamente delegado a elas. E por essas reflexões é que não se permite a autorização discursiva dessas mulheres. Talvez o medo seja da fala que rompe a máscara de outras tantas mulheres. Brota coragem, e nascem revoluções:

> melhoraria se os "hómi" também acordasse pra vida e não se achassem que eles "são os melhor", eles "não sei o quê..." Então, a mulher que se lasque, que se dane! A empregada se vira! Lava, passa, cozinha e "trabaia" fora, "inda..." Ainda tem que "voá na vassoura"! (risos) (Aqualtune)

Por fim, é de se refletir, a partir desses enunciados, como cada sociedade tem seu regime de verdade. Ou seja, cada classe faz funcionar seu discurso como sendo o verdadeiro, através de certos "mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos"(90). A essa tarefa, cabe àqueles que tem o encargo de dizer o que funciona de fato como verdadeiro. Neste cenário

colonialista patriarcal, a “política geral da verdade” se faz através da definição da voz e vontade do “Sujeito” dominante masculino, que possui o “Objeto” ao seu dispor, usando do silenciamento de vozes do sexo feminino.

c. Contexto Socioeconômico

No mundo, a feminilização da agricultura tem sido uma tendência que vem crescendo de mãos dadas com a feminilização da pobreza(103). No Brasil, não diferente deste contexto, a presença das mulheres neste universo de trabalho no campo é um fato indiscutível. Porém, a invisibilidade da mão de obra feminina, sustentada por mecanismos sexistas, vai além da cerca da propriedade familiar. Os programas governamentais voltados para a agricultura familiar reproduzem a divisão social do trabalho e contribuem para a manutenção da invisibilidade feminina, desconsiderando a mulher enquanto trabalhadora, cultivando o discurso colonialista da “mulher que ajuda o marido”, e desta forma, omite o seu direito de igual participação no resultado do trabalho. Consequentemente, ignora a sua contribuição econômica na produção agrícola e nega a sua condição de trabalhadora(107). Confirmam os relatos:

> O leite do laticínio, é tudo [no talão de nota]. É dos dois, é “C. [esposo] e outra”! Que é tudo junto, né?! (Tia Simoa)

Fica evidenciado, através desse relato, que o trabalho rural é exercido igualmente pelo casal, porém o talão de notas, documento o qual comprova a produção e comercialização dos bens por eles produzidos, é no nome do esposo. É registrado e oficializado o lugar da mulher: “Outra”, como consta no documento da propriedade familiar. Este cenário não é exceção, mas sim rotina quando se trata de documentação de trabalho nas propriedades rurais familiares. Simplifica-se a existência da mulher na condição da Outridade e Objetificação do sujeito, que vem ao encontro com a lógica imperialista, a qual estabelece a universalidade da narrativa do modo de produção. Se o subalterno hoje continua a ser ignorado, a subalterna - quer queira quer não – continua a ser emudecida, aos moldes da continuidade do projeto imperialista(94).

> Pode dizer pra você que “nói” não tem renda! “Ah”, ultimamente, “mulher do céu”! “Ói...” Que “nóis” vem nessa decadência que... Não faz R$10.000,00 [em um ano de trabalho]! Pra família toda! (Dandara)

> se a gente for somar no final do mês,. a gente tira aí... um salário e meio, dois “salário.” Talvez não livre... (Acotirene)

Narrativas como essas, caracterizam o passado-presente da transição do feudalismo, através do mercantilismo, para o capitalismo. E nesse contexto de transição floresce uma sociedade que responde à cartilha de uma “economia política” da verdade (90). Conforme afirma Foucault (90), “a verdade é produzida e transmitida sob controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação)”, cenários os quais o camponês é privado da oportunidade de qualquer tipo de acesso. E nesta pirâmide social, que contempla a figura sexuada para aquém da sua base, não há nenhum espaço para que o sujeito subalterno sexuado possa significar(94), ou possa desejar:

> Não que a carne ela satisfaz, mas não é todo dia que a gente pode comer. Uma vez por mês. A gente come arroz e feijão, mas é o básico, não tem uma coisa diferente. (Dandara)

> Às vezes “cê” usa algum dinheiro “pro cê” comprar o que comer, mas dizer de “cê” comprar um “móveis”, uma roupa nova, faz tempo que a gente não vê mais isso, né?! (Maria Felipa)

A realidade que se traduz nessas falas condiz com um universo de pobreza de grupos subalternizados e invisibilizados, reféns da política excludente do capitalismo. E no intuito de melhorar as condições de vida dessas camponesas, é necessário focar nessa realidade ou, como as feministas afirmam: nomear. “Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para essa realidade que segue invisível”, afirma Ribeiro(104). E nomear essa realidade significa encontrar formas de elaborar, pela discussão e pela informação, a necessidade de revide que existe nas falas das mulheres não ouvidas. Significa legitimar algo de fundamental: “a indignidade de falar pelos outros”(90):

> Não tem muito tempo pra essas “coisa”[lazer]! (risos) Falar que vou ter um tempo pra “mim” passear,. alguma coisa, não.[...] Dizer de “cê” ter todo dia um momento pra gente, não, né?! Acredito que eu não tenho tempo pra mim. Pra falar que eu vou parar, né?! Não, né?! (Maria Felipa)

Nessa narrativa, é possível compreender como a vida além da força de trabalho na realidade da agricultura de periferia não acontece. É exercido com êxito o poder que reprime essa classe, quando não há possibilidade de elaboração e transcendência da ideia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades e desejos(90).

Nesse mesmo contexto, a partir da reflexão de Ribeiro(104),

> é necessário perceber como o colonialismo reifica as identidades e como não é possível fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade sem enfrentar o modo pelo qual essas identidades são criadas dentro do modelo hegemônico colonial.

É evidente que o lugar de fala dessas mulheres não lhes pertence. Portanto é negado a elas, oportunidades para se pensar as hierarquias, as questões de desigualdade, vontades, pobreza, racismo e sexismo envoltos no mundo cotidiano que habitam.

d. Produção de cuidados em saúde das mulheres do campo

Refletir sobre a situação de saúde das mulheres do campo é um desafio, quando se trata a diferença de gênero na razoalidade do masculino/feminino, já que a opressão e a exploração desses corpos femininos ocorrem a partir do sujeito colonizador que cala a voz do colonizado. Portanto, o cuidado em saúde da mulher camponesa será efetivo tanto quanto for o valor agregado do contexto do seu local de moradia e espaços de trabalho e convivência(108).

> Cinco [bebês] morto, que foi um casal de “gêmeo”, né, e dois vivo! [...] O meu primeiro filho, ele nasceu de seis meses pra sete [meses] e morreu com seis meses depois! Daí ele nasceu com um monte de “pobrema”, foram “feito” um monte de cirurgia, aí veio a falecer! A minha segunda [filha], passou da hora [de nascer]. “Tava” lá... sete meses, perdi muito líquido e tal, o médico não quis fazer cesárea, pra segurar. Faltou oxigênio, tal, pelo menos foi o que o médico disse. Mas todos eles assim, nascia, durava horas, morria! (Dandara)

É possível inferir através desse discurso as relações diretas entre o meio onde vivem como trabalhadoras que são, a marginalidade socioeconômica e os desfechos desfavoráveis em saúde através de uma política pobre de produção de

cuidados a grupos populacionais específicos, como as mulheres lavradoras expostas a agrotóxicos.

É evidente que muitos dos agravos à saúde estão diretamente relacionados às condições de vida e trabalho, somados a um cenário de exposição a agrotóxicos, os quais têm produzido riscos e adoecimentos:

> Eu tive duas “gravidez” ectópica, né, que fala?! Tive um [aborto]! (Zeferina)

> Os meus dois “ovário” é cheio de “policístico” e agora eu tô com mioma no útero... (Anastácia)

A capacidade dos agrotóxicos de provocar distúrbios endócrinos no organismo humano tem sido amplamente estudada(102). Dentre eles, a alteração da fertilidade feminina e infertilidade estão entre os agravos comumente relatados entre as mulheres camponesas expostas a agrotóxicos.

> Eu fiz tratamento uns dois “ano” acho! Pra daí poder engravidar. (Zeferina)

No entanto, a realidade é que a mulher lavradora é ***GIGANTE***. E nela habitam mulheres, mães e sábias, que perpetuam os saberes populares em cuidados de saúde conforme sua relação e vivência com a terra e suas ancestralidades:

> Remédio pra pressão, é folha de cana! (Dandara)

> Mas, uma vez por ano... de cada “dois ano”, “às vez” dá assim uma infecção de bexiga, “mai” ás vezes eu faço um ampicilina, né?! Sempre tem um aí, que é o próprio remédio caseiro. Faço um chá, toma, já alivia! (Luiza Mahín)

E como muralhas frente às ondas de agrotóxicos que se quebram em suas faces, instauram seus próprios tratamentos para seguirem adiante. Cuidam-se, resiliente e brilhantemente:

> Eu fui, tomei banho... Acabei “tomano...” água gelada, daí acabou passando! (Zeferina)

Pragmaticamente, o trabalho em saúde deve ser baseado em um saber científico, isto é, uma prática tecnológica realizada com base em evidências científicas. Porém, o saber tecnológico, aplicado ao sujeito provido de suas singularidades e subjetividades, é insuficiente para assegurar a integralidade do cuidado em saúde. Nas palavras de Campos(109), "*A racionalidade tecnológica é como um leito de Procusto, pequeno para a variedade concreta da vida. A técnica acomoda e serve a grande parte de nossas práticas, mas também amputa tudo aquilo que não cabe em seu leito estreito".* Ou seja, usar da práxis na atenção à saúde da lavradora é considerar a multifatorialidade do sujeito enquanto pertencedor de uma condição social. É considerar que existe um corpo que adoece, seja pela contaminação por agrotóxicos e outros agentes químicos, seja pela frequente exposição ao sol sem proteção, assim como os acidentes de trabalho, suas longas jornadas de trabalho no campo, no ambiente doméstico(108) e outros mais, mas que também adoece porque neste corpo habita uma mulher que é subalterna e não pode falar, porque "não há valor atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridades globais"(94).

Por fim, é necessário que o cuidado em saúde se fundamente na singularidade da mulher camponesa, na construção de processos que busquem a formação, a produção de conhecimentos, a intersetorialidade e a democratização do SUS na pauta de uma educação que não se faça "para os povos", mas ao contrário, "com os povos"(110).

e. Pensar o futuro

Pensar no conceito de Sujeito, é entender como ele é incorporado dentro de três diferentes esferas da subjetividade: o político, o social e o individual. De um modo geral, as pessoas alcançam o *status* completo de sujeito quando, em seu contexto social, são reconhecidas dentro dessas três esferas, e quando também se identificam e se consideram reconhecidas como tal. Para a mulher do campo se firmar como Sujeito, é necessário que seja garantido seu direito de se encontrar e se apresentar nas diferentes esferas de intersubjetividade e realidades sociais, ou seja, a mulher do campo deve ter seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade. O modelo colonialista, no entanto, viola cada uma dessas esferas, ao não permitir que o lugar social determine

uma consciência discursiva sobre esse lugar(104,105). Porém, o lugar que essas mulheres ocupam socialmente fazem-nas ter experiências distintas e outras perspectivas, como visto:

> aquela “mentinha fechada”, que as “mulher” tem que ficar só no sítio, não pode nem “ponhá” o nariz pra fora... Não! [...] Tem que se virar! “De grãozinho em grãozinho”, “cê” vai “prantano”! Vai ter luta, lógico que vai! [...] “Mai” “num” “dianta”! “Cê” tem que cair, levantar e prosseguir! (Tia Simoa)

Nesse sentido, busca-se romper com o regime da autorização discursiva(104), ou seja, autorizar a fala, na construção de Sujeito Absoluto: na fala da mulher do campo, provida de sonhos e vontades.

No entanto, “existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que ouvir” (105). E nessa dialética entre a autorização a falar, e o se permitir a ouvir, aqueles que podem falar e serem ouvidos são também aqueles que “pertencem”. E aqueles que não podem falar e não são ouvidos se tornam aqueles que não “pertencem”(105). Aos que não “pertencem”, não os pertencem também sonhos, direitos e vontades:

> “Ah”, sonhar a gente sonha, né, mas... tá difícil, né?! (Maria Jesuína)

Para muitas famílias de agricultores familiares, a previdência rural constitui a principal fonte de rendimento. Com efeito, embora a Previdência seja paga, hoje, a 30% das famílias rurais, ela responde por 32% da renda per capita do universo dos domicílios rurais. Isto significa que quase 1/3 da capacidade de consumo de toda população rural vem do benefício previdenciário, adquirido sobretudo por comprovação de tempo de trabalho rural (98). Neste contexto, é imprescindível ressaltar que o País vive um momento político de retrocessos e perda de direitos sociais em que a Reforma da Previdência foi um dos destaques. Na tentativa frustrada de ampliar em mais cinco anos o tempo de contribuição e estabelecer idade igual de 60 anos para se aposentarem as mulheres e homens, essa reforma ignoraria as peculiaridades do trabalho no campo e ainda puniria as lavradoras, desconsiderando as suas múltiplas jornadas de trabalho. Vale lembrar que a maioria das propriedades rurais ainda é gerida pela figura masculina e, por esse motivo, muitas lavradoras contemplam a autonomia financeira a partir da aposentadoria (111).

> A única esperança no futuro da gente é o talão de nota, que a gente trabalha com ele, né?! Mas dizer da gente contribuir, pagar alguma coisa assim, não! (Maria Felipa)

> A gente pensa [na aposentadoria], né, "mai" não sei, né, se vai chegar até lá! (risos) (Maria Jesuína)

Permanece o direito a aposentadoria, caracterizado como segurado/a especial, no valor de um salário mínimo, o/a trabalhador/a que comprovar o mínimo de 180 meses trabalhados na atividade rural, além da idade mínima de 60 anos, se homem, ou 55 anos, se mulher(112). A forma de contribuição para o INSS no caso de Segurado Especial corresponde ao percentual de 2,3% incidente sobre o valor bruto da comercialização da sua produção rural. A responsabilidade de descontar o tributo e efetuar o recolhimento é da empresa para a qual o agricultor vende a sua produção(113).

Embora a Reforma da Previdência Rural não tenha sido aprovada, em 2019 o número de aposentadorias rurais negadas pelo INSS subiu 31% em relação a 2018(114). Foram 261 mil vetos no ano passado, ante 199 mil em 2018. Enquanto houve aumento no número de pedidos negados, a quantidade de aposentadorias rurais concedidas caiu 10% no mesmo período: foram 295 mil beneficiados – o menor número dos últimos dez anos. Enquanto em 2009, de cada três pedidos feitos, dois eram concedidos – hoje quase a metade (46%) deles são negados. Por trás desse recorde de indeferimentos estão principalmente mudanças implementadas pelo governo Bolsonaro, que, por meio de medida provisória, alterou a forma como os trabalhadores rurais comprovam atividade no campo. Houve, ainda, fechamento de agências físicas do INSS, estabelecendo atendimentos digitais, sem entrevistas presenciais do/a trabalhador/a, que recebe um protocolo para acompanhamento online do seu pedido, desconsiderando a exclusão socioeconômica a qual boa parte das famílias da agricultura familiar vivenciam. E o acesso à internet não é realidade, tampouco prioridade para a população que vive da agricultura familiar de periferia(114).

Consequentemente, não há como negar, que por diversos meios, perpetuam-se os modelos imperialistas que pairam sobre os grupos oprimidos. E para a mulher, dentro desse grupo de oprimidos, resta-lhe o lugar da "não existência":

> Então, eu penso comigo: com o tanto que a gente já fez, a gente poderia ter uma vida melhor. [...] Que eu “tô” com 48 “ano”... Tem hora que eu olho no espelho, eu “tô” me vendo uma mulher de 60 “ano”! Não tive tempo de me cuidar! Não tive dinheiro, nem tempo, nem nada! (Dandara)

Por fim, através deste relato, é evidente que não é possível para boa parte das mulheres camponesas elaborarem planos futuros. A vida nasce, cresce e acontece diariamente no ritmo da persistência pela sobrevivência. E o amanhã é somente mais um dia para insistir em sobreviver apesar da miséria que paira na agricultura de periferia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês
Tomaz Miranda / **Ronie Oliveira Oliveira** / **Márcio Bola** / **Deivid Domênico** / **Danilo Firmino**

É necessário encerrar este ciclo de reflexões, que se transbordou na grande triangulação "Gênero/Campesinato/Cuidados em Saúde". São considerações finais, infinitamente longe de serem chamadas de conclusão, pois, ao longo do percurso desta pesquisa, a conclusão a que se tem é de fato que a pesquisa qualitativa não se esgota ao compasso de uma equação matemática.

Por isso, nestas últimas frases, por vezes escritas na primeira pessoa do plural, nós (esta pesquisadora e seu orientador), no nosso local de observadores e analistas de um contexto que vem do passado e que permanece, sempre invisibilizado, pensamos e refletimos sobre a impossibilidade de pensar no sujeito compartimentalizado, a ocupar seus espaços de cidadania. Aos moldes do projeto capitalista, é inviável possibilitar e estimular a reflexão dos camponeses sobre sua condição de não existência, sobretudo na figura da mulher lavradora. Não em vão, iniciamos este estudo com a seguinte afirmação: "A distribuição da saúde e da doença entre os indivíduos e grupos de uma sociedade não é aleatória, está associada à posição social, que por sua vez define suas condições de vida e trabalho"(2). Neste sentido, refletimos o quão grande permanece o obstáculo à frente, quando entendemos que se trata da dualidade oprimido x opressor, no cenário da agricultura familiar no agravante de ser mulher. Relata com sobriedade, Freire(115):

> É que o opressor sabe muito bem que esta "inserção crítica" das massas oprimidas, na realidade opressora, em nada pode a ele interessar. O que lhe interessa, pelo contrário, é a permanência delas em seu estado de "imersão" em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como "situação limite" que lhes parece intransponível.

Certamente, produzir saúde para a mulher lavradora não está em capítulo de livro. Requer, no entanto o entendimento de um projeto sociopolítico reestruturante, em que pese a desconstrução de discursos de verdades pautadas em conceitos que afagam os interesses dos opressores de sempre. Descortinar os feitos e consequências do colonialismo patriarcal, potencializados pelo mercado de bolsa de valores e *commodities,* em detrimento da relevância de políticas públicas específicas e efetivas à agricultura familiar seria parte fundamental do projeto de prosperidade social, do qual essas mulheres estão descontempladas.

No entanto, é necessário o cuidado com os meios de "libertação" desta classe. Diálogos em formas de "sloganização" ou até de ativismos é pretender a libertação dessas mulheres, com instrumentos da "domesticação". Ou seja, pretender a libertação delas sem a sua reflexão é usar dos mesmos métodos dos opressores: engodo populista e transformação de massa de manobra(115).

Para tanto, a triangulação "Gênero/Campesinato/Cuidados em Saúde" nos faz sentido neste contexto de oprimido x opressor. Primeiro: a pesquisadora é mulher; segundo: o campesinato está presente no histórico de vida de uma mulher nascida e que trabalha num município rural; terceiro: a medicina pautada na clínica médico-mercadológica não nos representa. Ou seja, na concepção de Freire (115),

> conviver com os oprimidos, reconhecendo-se também como um deles – somente a um nível de percepção da realidade -, torna possível compreender as formas de ser e comportar-se dos oprimidos, que refletem, em momentos diversos, a estrutura da sua dominação(115).

Pensamos que seja plausível, por isso, dividirmos, em parte, lugares de fala. E consequentemente, pensar em novos modelos de cuidados em saúde frente ao *locus* de adoecimento ao qual as mulheres estão inseridas.

Não podemos esquecer, como bem afirma Campos(116), que toda "ação de saúde é uma prática sempre submetida a determinantes sociais, políticos e econômicos". Por esse entendimento, produzir saúde com essa população significa enfrentar a vulnerabilidade desses corpos pobres à exposição a intempéries e a agrotóxicos. Significa dar valor merecido ao seu trabalho rotulado de menos valia. Significa permitir que sonhem e desejem. Produzir saúde com as lavradoras é torná-las antes de tudo, visíveis.

Para tanto, no âmbito nacional e global, o trabalho amplo e fundamentado no combate a privação de direitos dessas mulheres de modo que impacte no fim da miséria econômica, intelectual e sanitária, deve ser pauta das discussões de cúpula. Isso implica em reconhecer muitas das lacunas de vida trazidas nesta pesquisa, por elas.

A soberania do agropatriarcado sustenta o rótulo das mulheres como cuidadoras do lar e genitoras. Obstrui a grandeza da mulher multitrabalhadora, responsável por orquestrar a rotina do núcleo familiar, em sintonia com a sua força motriz consumida na atividade de agricultura familiar. Por este projeto patriarcal e capitalista, são mantidas inaptas a acessarem informações “masculinas”. Ou seja, não tem o direito de conhecer e reconhecer os riscos à saúde, inerentes à rotina de trabalho, como exposição e intoxicação por agrotóxicos.

Em contrapartida, apesar do conhecimento técnico subtraído dos seus pertences, quando se possibilita o lugar de fala a essas mulheres, é possível identificar as relações de cuidado com a terra, com a/o outra/o, e com si mesma. São combativas ao identificar o agrotóxico como veneno, que está contaminando a si, ao alimento e o mundo que vivemos. Não obstante, a relação de afeto com a nua terra traz vivências as quais permitem reconhecer o seu espaço. E este espaço, que urgentemente deve ser legitimado, não merece ser utilizado sazonalmente como palco de engodo populista.

No mais, as Lavradoras, como assim se autodefinem, transportam-se para além do cercado do quintal. Cuidam dos afazeres domésticos, da família e de si mesmas resilientemente, sem moeda de troca ou frases de agradecimento. Porém, reivindicam o reconhecimento da sua profissão, e afirmam convictas: LAVRADORA, exercendo seus lugares de fala com a dignidade que o agropatriarcado insiste em lhes negar.

Para tanto, combater o lugar da Outridade identitária e burocrática não é tarefa fácil, quando lhes é negado oportunidades de reflexão acerca do projeto colonialista patriarcal. Retiram-lhes a identidade, ceifam os sonhos e desejos, adoecem seus corpos envelhecidos precocemente. As mulheres lavradoras, não por motivos rasos nesta pesquisa sejam lembradas com nomes de guerreiras históricas, não usufruem do direito de serem cuidadas. Produzem adoecimentos, ao passo que utilizam de saberes populares em cuidados de saúde para sobreviverem, ante a

obscuridade do seu existir, enquanto mulher lavradora da agricultura familiar de periferia.

Por tantos relatos e vivências no decorrer desta extensa pesquisa, é nosso dever descortinar tantos feitos que se traduzem em práticas de “verdades” que violam direitos de classes subalternizadas:

i. Que o agronegócio não alimenta o mundo, gera iniquidades e invisibiliza realidades distintas.
ii. Que modernização não anda em compasso com desenvolvimento, tampouco com prosperidade.
iii. Que não é possível dissociar cuidados em saúde e ecologia. Fazemo-nos corpo do ar que respiramos, da água que bebemos e da comida que comemos. E estes três itens estão sob influência direta e controle do mercado capitalista.

São Miguel Arcanjo, palco desta pesquisa, não diferiu do contexto de realidade das mulheres lavradoras que ocupam os territórios rurais no mundo. Retrata claramente o cotidiano de vida dessas mulheres, e nos possibilitou a produção de hipóteses e incômodos acerca desse cenário, além de serem sementes para novos estudos, tão necessários.

Localmente, a partir da análise e reflexão do material obtido nesta pesquisa, pensamos que viabilizar encontros permanentes de mulheres, como construção de Grupos Sujeitos, à exemplo da definição de Campos(116), como “agrupamentos aptos a lidar com tais realidades de forma mais livre, voltados para a construção da liberdade, do novo e de modos de convivência mais justos”, seria o primeiro passo para a emancipação desses corpos femininos subalternizados. Nesta perspectiva, é possível potencializar a competências identificadas nestas mulheres, como a “autoestima coletiva”, caracterizada por expressão de orgulho do local de residência, cercado de amor à terra onde vivem, e a “resiliência comunitária”, identificadas nelas como habilidade em lidar e se reorganizar frente às adversidades, preservando suas competências e identidades frente a tantos fatores estressores vivenciados no contexto de margem da agricultura(117).

Por esse caminho, ou melhor dizendo, a fim superar o “caminho estreito”, isto é, “uma vida de pouco dinheiro, espaço e tempo livre”, como caracterizado por

Chaui(118), entendemos o quão fundamental é o Sistema Único de Saúde mediante a Estratégia Saúde da Família, enquanto pilar de fortalecimento do Capital Social nestes grupos populacionais, no contexto de cuidados ampliados em saúde, vínculo comunitário, competência cultural, intersetorialidade e participação social. Por fim, dentro destes territórios, que seja possível germinar sementes crioulas de novas perspectivas, que impactem em realidades mais equânimes e saudáveis, amparados por novos olhares de gestão que se preocupa com o povo que planta o nosso alimento.

> As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.
>
> **Marielle Franco**
>
> **Presente!**

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Mansano SRV. Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade. Rev Espaço Acadêmico. 2012;12(136):01–9.
2. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil [Internet]. Relatório final da CNDSS. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf
3. Starfield B. Pathways of influence on equity in health. Soc Sci Med. 2007;64(7):1355–62.
4. Lima MMT, Jesus VB de. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. Sci Stud. 2017;15(1):73–96.
5. Schmidt MLG, Godinho PH. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. 2006;31(113):27–40.
6. de Brito PF, Gomide M, Câmara VM. Agrotóxicos e saúde realidade e desafios para mudança de práticas na agricultura. Physis. 2009;19(1):207–25.
7. Moisés M, Machado JMH, Peres F, Hennington É, Beltrami AC, Beltrami Neto AC. Reflexões e contribuições para o Plano Integrado de Ações de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (MS) de populações expostas a agrotóxicos. Ciênc saúde coletiva. 2011;16(8):3453–60.
8. Souza A de, Medeiros A dos R, Souza AC de, Wink M, Siqueira IR, Ferreira MBC, et al. Avaliação do impacto da exposição a agrotóxicos sobre a saúde de população rural: Vale do Taquari (RS, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva. 2011;16(8):3519–28.
9. Murakami Y, Pinto NF, Albuquerque GSC de, Perna P de O, Lacerda A. Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores. Saúde em Debate. 2017;41(113):563–76.
10. Faria NM, Facchini L a, Fassa a G, Tomasi E. Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). Rev Saude Publica. 1999;33(4):391–400.
11. Barbosa IM, Sales DS, Arregi MU RR. Câncer infanto juvenil: relação com os pólos de irrrigação no estado do Ceará. Cien Saude Colet. 2019 Sep;24(4):1563–70.

12. Curvo HRM, Pignati WA, Pignatti MG. Morbimortalidade por câncer infantojuvenil associada ao uso agrícola de agrotóxicos no Estado de Mato Grosso, Brasil. Cad Saúde Coletiva. 2013;21(1):10–7.
13. Ntzani EE, Ntritsos G CM, Evangelou E, Tzoulaki I. Literature review on epidemiological studies linking exposure to pesticides and health effects. EFSA Support Publ. 2013;10(10):1–157.
14. Oliveira NP, Moi GP, Atanaka-Santos M, Silva AMC, Pignati WA. Malformações congênitas em municípios de grande utilização de agrotóxicos em Mato Grosso, Brasil. Cien Saude Colet. 2014;19(10):4123–30.
15. Sena TRR de, Vargas MM, Oliveira CC da C. Saúde auditiva e qualidade de vida em trabalhadores expostos a agrotóxicos. Cien Saude Colet. 2013;18(6):1753–61.
16. Meyer A, Sarcinelli P de N, Abreu-Villaça Y, Moreira JC. Os agrotóxicos e sua ação como desreguladores endócrinos. É Venen Ou É Remédio? Agrotóxicos, Saúde E Ambient [Online]. 2003;101–20.
17. Gore AC, Chappell VA, Fenton SE, Flaws JA, Nadal A, Prins GS, et al. Executive Summary to EDC-2: The Endocrine Society's second Scientific Statement on endocrine-disrupting chemicals. Endocr Rev. 2015;36(6):593–602.
18. Roberts JR, Reigart JR. Recognition and management of GAD. [Internet]. 6th ed. Psychiatric Times. Washington; 2013. [acessado em 2018 jan 10]. Disponível em: http://www2.epa.gov/pesticide-worker-safety%0AThis
19. Braun JM. Early-life exposure to EDCs: Role in childhood obesity and neurodevelopment. Nat Rev Endocrinol. 2017;13(3):161–73.
20. Abreu PHB de, Alonzo HGA. O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG. Rev Bras Saúde Ocup. 2016;41(0):1–12.
21. IBGE. Biblioteca. Censo agropecuário : resultados definitivos 2017 [Internet]. [acessado em: 2020 Jun 5]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096
22. Brasil. Ministério da Saúde. Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos Agrotóxicos. Brasília, DF: Editora MS; 2018.
23. Paulilo MIS. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Rev Estud

Fem. 2004;12(1):229–52.

24. Amorim EO, Fiúza AL de C, Pinto NM de A. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? Vol. 28. 2015. p. 1981–3082.
25. Garcia AM. Pesticide exposure and women's health. Am J Ind Med. 2003;44:584–94.
26. Reeves M, Murphy T, Morales TC. Farmworker women and pesticides in California ' s Central Valley. Pestic Action Netw North Am. 2003;
27. Shalat Stuart L, Robson MArk G MSN. Textbook of Clinical Occupational and Evironmental Medicine. second. 2005. 193–200 p.
28. Alves JED. Urbanização na América Latina e Caribe: 1950-2050 [Internet]. EcoDebate. [acessado em: 2018 nov 19]. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2014/12/22/urbanizacao-na-america-latina-e-caribe-1950-2050-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/
29. DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. Estudos e Pesquisas; 2014.
30. Abreu PHB de, Alonzo HGA. Trabalho rural e riscos à saúde: uma revisão sobre o "uso seguro" de agrotóxicos no Brasil. Cien Saude Colet. 2014;19(10):4197–208.
31. Hazell P, Ramasamy C. The green revolution reconsidered: the ipact of high-yielding rice varieties in South India. Food Policy Research Institute. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press; 1991.
32. Andrades TO, Ganimi RN. Revolução verde e a apropriação capitalista. CES Rev. 2007;21:43–56.
33. Oxfam. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. 2016;
34. de França CG, Del Grossi ME, Marques VPMA. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2009; 96p. ISBN: 978-85-60548-57-6.
35. Guanziroli CE, Buinaim AM, Di Sabbato A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil : (1996 e 2006). Rev Econ e Sociol Rural. 2012;50(2):351–70.
36. Navarro Z. Desenvolvimento rural no Brasil : os limites do passado. Estud Avançados. 2001;15(43):83–100.
37. Schneider S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as

questões em debate. Rev Econ Política. 2010;30(3):511–31.

38. Carneiro FF (Org. ., Augusto LG da S, Rigotto RM, Friedrich K, Búrigo AC. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde [Internet]. Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. 2015. 49–50 p. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2015/03/Dossie_Abrasco_02.pdf%5Cnhttp://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/B9788445820667000033
39. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Intercâmbio comercial do agroegócio: principais mercados de destino. Brasília; 2018.256p.
40. Rigotto RM, Carneiro FF, Marinho AMCP, Rocha MM, Ferreira MJM, Pessoa VM, et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. Cien Saude Colet. 2012;17(6):1533–42.
41. Levy BS, Wegman DH. Occupational health: recognizing and preventing work-related disease. 3rd ed. Library of Congress; 1994.
42. Asamblea General Naciones Unidas. Informe de la Relatora Especial sobre el derecho a la alimentacion. 2017;01059:5.
43. Bertolote JM, Butchart A, Besbellli N. The impact of pesticides on health: preventing intentional and unintentional deaths from pesticide poisoning. Rev Lit Arts Am [Internet]. 2004 [acessado em: 2018 Nov 19];1. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/PesticidesHealth2.pdf?ua=1
44. Roberts DM, Karunarathna A, Buckley NA, Manuweera G, Sheriff MHR, Eddleston M. Influence of pesticide regulation on acute poisoning deaths in Sri Lanka. Bull World Health Organ. 2003;81(11):789–98.
45. Hoy W, Ordunez P. Epidemia de enfermedad renal crónica en comunidades agrícolas de Centroamérica. Definición de casos, base metodológica y enfoques para la vigilancia de salud pública. [Internet]. Washington DC; 2017. 64 p. Disponível em: http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/34157
46. Cha ES, Khang YH, Lee WJ. Mortality from and incidence of pesticide poisoning in South Korea: Findings from national death and health utilization data between 2006 and 2010. PLoS One. 2014;9(4):e95299.
47. Grung M, Lin Y, Zhang H, Steen AO, Huang J, Zhang G, et al. Pesticide levels and environmental risk in aquatic environments in China - A review. Environ Int.

2015;81:87–97.

48. Ali RB, Tahir A. Preliminary survey for pesticide poisoning in Pakistan. Pakistan J Biol Sci. 2000;3(11):1976–7.
49. Faria NMX, Fassa AG, Facchini LA. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. Cien Saude Colet. 2007;12(1):25–38.
50. Faria NMX, Facchini LA, Fassa AG, Tomasi E. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. Cad Saude Publica. 2004;20(5):1298–308.
51. Corrêa IM, Yamashita RY, Ramos HH, Franco AVF. Perfil dos acidentes rurais em agências do INSS de São Paulo no ano 2000. Rev Bras Saúde Ocup. 2003;28(107–108):39–57.
52. Faria NMX. Modelo de desenvolvimento , agrotóxicos e saúde : prioridades para uma agenda de pesquisa e ação. Rev Bras Saúde Ocup. 2012;37(125):31–9.
53. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 204 de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília; 2016.
54. Albuquerque PCC de, Gurgel IGD, Gurgel A do M, Augusto LG da S, Siqueira MT de. Sistemas de informação em saúde e as intoxicações por agrotóxicos em Pernambuco. Revista Brasileira de Epidemiologia. 2015;18(3):666–78.
55. Bochner R. Óbito Ocupacional Por Exposição a Agrotóxicos Utilizado Como Evento Sentinela: Quando Pouco Significa Muito. Vigilância Sanitária em Debate. 2014;0(0):1–11.
56. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Intoxicações exógenas relacionadas ao trabalho no Brasil, 2007-2016. Boletim Epidemiológico 58. Brasília; dez 2018. v. 49.
57. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Mesa de controvérsias: sobre impactos dos agrotóxicos na soberania alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação adequada.CONSEA: relatório final: Brasília, Presidência da República; 2014. 112p.
58. Silva JG da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? Vol. 2, Textos para discussão NEAD. Campinas/SP; 2001.
59. Nobre, M. y Hora K. Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe:

"Al tiempo de la vida y los hechos." 2017. 82 p.

60. Ignez M, Paulilo S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. Dados - Rev Ciências Sociais. 2013;56(2):285–310.
61. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: Mulheres da América Latina e Caribe enfrentam mais pobreza e obesidade que os homens | FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations [Internet]. [acessado em: 2019 Jan 3]. Disponível em: http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/473100/
62. Scott J. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Columbia University Press. 1989;
63. Petersen P. (org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.168p.
64. Izabel M, Botelho V, Fiúza AL. Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro : a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. Rev Bras Educ Física Esporte. 2009;23(1):39–49.
65. Maria CDE, Sales V. Mulheres rurais: tecendo novas ações e reconhecendo direitos. Estud Fem. 2007;15(V):437–43.
66. Silva D A, Arancibia H M, Pulgar G C, Astorga C L, Castillo C A, Adasme A V, et al. Exposición a plaguicidas y prácticas de uso y protección en embarazadas de zona rurales en control de atención primaria en la región de Valparaíso, Chile. Rev Chil Obstet Ginecol. 2015;80(5):373–80.
67. Brasil. Lei n. 3.287 de 11 de maio de 2016. Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 11/5/2016, Página 1 (Publicação Original); 2016.
68. Flocks J, Kelley M, Economos J, McCauley L. Female Farmworkers' Perceptions of Pesticide Exposure and Pregnancy Health. J Immigr Minor Heal. 2012;14(4):626–32.
69. Mostafalou S, Abdollahi M. Pesticides: an update of human exposure and toxicity. Arch Toxicol. 2017;91(2):549–99.
70. De Siqueira MT, Braga C, Cabral-Filho JE, Augusto LGDS, Figueiroa JN, Souza AI. Correlation between pesticide use in agriculture and adverse birth outcomes in Brazil: An ecological study. Bull Environ Contam Toxicol. 2010;84(6):647–51.

71. Bastos AMX, Souza M do CB de, Almeida Filho GL de, Krauss TM, Pavesi T, Silva LE da. Organochlorine compound levels in fertile and infertile women from Rio de Janeiro, Brazil. Arq Bras Endocrinol Metabol. 2013;57(5):346–53.
72. Upson K, De Roos AJ, Thompson M Lou, Sathyanarayana S, Scholes D, Barr DB, et al. Organochlorine pesticides and risk of endometriosis: Findings from a population-based case-control study. Environ Health Perspect. 2013;121(11–12):1319–24.
73. Faria NMX, Fassa AG, Meucci RD. Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. Neurotoxicology. 2014;45:355–62.
74. Meneghel SN, Gomes Victora C, Xavier Faria NM, Alves de Carvalho L, Falk JW. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. Rev Saude Publica. 2004;38(6):804–10.
75. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Suícidio - saber, agir e previnir. Boletim Epidemiológico 30. Brasília; 2017. v. 48.
76. DATASUS. TabNet Win32 3.0: Óbitos por Causas Externas - Brasil - Dados preliminares [Internet]. [acessado em: 2019 Jan 3]. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/pext10uf.def
77. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos - agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde. [internet]. 1 ed. Brasília; 2016. v1. t1. [acessado em: 2019 jan 10]. Disponível em: http://www.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/05/Relatorio-Nacional-de-VSPEA-vol-1.pdf
78. Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo [Internet]. [acessado em: 2019 Jan 7]. Disponível em: http://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/pagina/04.html
79. Brasil em Síntese [Internet]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [acessado em: 2017 Nov 25]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-miguel-arcanjo/panorama
80. Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo [Internet]. [acessado em: 2017 Nov 27]. Disponível em: http://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/pagina/03.html
81. Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo. Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: diagnóstico e planejamento. 2014; Disponível em: https://www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br/legislacao/detalhe/3172/institui-o-

plano-municipal-de-gestao-integrada-deresiduos-solidos/

82. Conselho Regional de desemvolvimento rural. Regional Itapetininga. Plano Regional de desenvolvimento rural sustentável 2011-2014. [internet]. Itapetininga; 20 de setembro de 2011. [acessado em: 2017 Nov 27]. Disponível em: http://www.cdrs.sp.gov.br/conselhos/arquivos_cr/17_06_10_2011_PRDRS%20Itapetininga.pdf
83. Fundação Seade. Perfil dos Municípios Paulistas.[Internet]. [acessado em: 2019 Jan 10]. Disponível em: http://www.perfil.seade.gov.br/
84. Portal LUPA - Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo [Internet]. [acessado em: 2017 Nov 27]. Disponível em: http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t555.pdf
85. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitca. Estatísticas. [Internet]. 2017. [acessado em: 2019 Jan 7]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados
87. Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Nota Técnica do DESF. [internet]. NotaTécnica DAB SÃO MIGUEL ARCANJO SP 355020. [acessado em: 2019 jan 11]. Disponível em: http://sisaps.saude.gov.br/notatecnica/frmListaMunic.php
88. DATASUS. TabNet Win32 3.0: INTOXICAÇÃO EXÓGENA - Notificações registradas no Sinan Net - São Paulo [Internet]. [acessado em: 2019 Jan 10]. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/Intoxsp.def
89. Minayo MCS. (org). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 28.ed. Petrópolis/RJ: Ed Vozes; 2009. 109 p.
90. Foucault M. Microfísica do Poder. 6.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra; 2017. 432 p.
91. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: Brasília; 2006.
92. Portal Embrapa. [internet]. Módulos Fiscais. [Internet]. [acessado em: 2017 Nov 27]. Disponível em: https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-

legal-arl/modulo-fiscal

93. Catraca Livre. [internet]. 17 mulheres negras brasileiras que lutaram contra escravidão. [acessado em: 2020 Apr 2]. Disonível em: https://catracalivre.com.br/cidadania/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contra-escravidao/
94. Spivak GC. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG; 2018. 174 p.
95. Bardin L. Análise de conteúdo. 3.ed. São Paulo: Edições 70; 2016. 279 p.
96. Instituto de Pesquisa Econômica Apicada (IPEA). [internet]. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. [acessado em: 2020 Jun 8]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html
97. Maia AG, Buainain AM. O novo mapa da população rural brasileira. Confins. 2015;25(25):[online].
98. França ÁS de, Zanghelini AN, Lopes DB, Carvalho RE de, Maçaneiro VJ, Romero VA. A previdência social e a economia dos municípios. 7.ed. ANFIP, editor. Brasília; 2019. 245 p.
99. Mesquita LAP de, Mendes E de PP. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, MG; 2012.
100. Brasil. Ministério do Trabalho. Postaria n. 1.086 de 18 de dezembro de 2018. Altera a Norma Regulamentadora n.º 31 (NR-31) - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Diário Oficial da União: Brasília; 2018.
101. Zorzetti J, Neves PMOJ, Santoro PH, Constanski KC. Conhecimento sobre a utilização segura de agrotóxicos por agricultores da mesorregião do Norte Central do Paraná. Semin Agrar. 2014;
102. Alonzo HGA, Costa A de O. Bases da toxicologia ambiental e clínica para atenção à saúde: exposição e intoxicação por agrotóxicos. 1.ed. ed Hucitec. São Paulo; 2019. 510 p.
103. Baidoo L. Gendered dynamics in agricultural production relations and rural livelihood interventions in the Sunyani municipality , Ghana [tese] . University of Cape Coast; 2019.
104. Ribeiro D. Lugar de fala. São Paulo: Pólen; 2019. 112 p.
105. Kilomba G. Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano. 1st ed. Cobogó, editor. Rio de Janeiro; 2019. 248 p.

106. Segato RL. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES. 2014;
107. Marques G da S, Silva DRQ da. Invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais: as produções científicas da psicologia no Brasil. Psicol Estud. 2018;23:1–16.
108. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social. Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 60 p. Coleção Movimentos Sociais, v. 2.
109. Campos GWS. A mediação entre conhecimento e práticas sociais: A racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte. Cienc e Saude Coletiva. 2011;16(7):3033–40.
110. Batista MFS, Albuquerque PC. A produção da saúde e a população do campo: uma experiência no assentamento de reforma agrária em Pernambuco – Brasil. Tempus Actas de Saúde Coletiva. 2014;
111. Brasil. Senado Federal. [internet]. Reforma da Previdência cria contribuição mínima para trabalhadores do campo — Senado Notícias. [acessado em: 2019 Sep 4]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/07/reforma-da-previdencia-cria-contribuicao-minima-para-trabalhadores-do-campo
112. Ministério da Economia. INSS. [internet]. Aposentadoria por Idade Rural – INSS. [acessado em: 2020 Jun 8]. Disponível em: https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-idade-rural/
113. Ministério da Economia. INSS. [internet]. Forma de pagar e códigos de pagamento – Segurado Especial – INSS. [acessado em: 2020 Jun 8]. Disponível em: https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/calculo-da-guia-da-previdencia-social-gps/forma-de-pagar-e-codigos-de-pagamento-segurado-especial/
114. Repórter-Brasil.org. [internet]. Governo nega aposentadoria a 260 mil trabalhadores rurais em 2019, recorde da década. [acessado em: 2020 Jun 8]. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2020/03/governo-nega-aposentadoria-a-260-mil-trabalhadores-rurais-em-2019-recorde-da-decada/
115. Freire P. Pedagogia do oprimido. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra; 2019. 256 p.
116. Campos GWS. A Clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. In:

Saúde Paidéia. São Paulo: Ed Hucitec; 2002.

117. Oliveira ATC, Morais NA. Resiliência comunitária: um estudo de revisão integrativa da literatura. Trends Psychol. 2018;1731-45.

118. Chaui M. Notas sobre cultura popular. In: Cultura e Democracia. São Paulo: Ed Cortez;1990.

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS – FCM
MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA – POLÍTICA E GESTÃO EM SAÚDE

Roteiro para entrevista semi-estruturada, acerca do estudo intitulado:
"Trabalho feminino, agricultura familiar e agrotóxicos: sobre um cotidiano silenciado"

Data: ___ / ___ / ___

Horário de Início da Entrevista: _____ Término: _____

Dados Pessoais
Nome Completo:
Endereço:
Data de nascimento:
Estado Civil:
Se casada, ou em união estável, há quanto tempo?
Número de filhos:
Cor autorreferida:
Escolaridade:

Trabalho Agrícola
Qual o tipo e modalidade de produção (uva, legumes, campo, estufa etc)?
Qual a extensão da propriedade onde você trabalha?
Você reside na propriedade onde trabalha?
Trabalha na agricultura há quantos anos?
Qual é a sua função no trabalho do campo?
Você tem o costume de utilizar equipamentos de proteção individual durante o trabalho?
Se sim, quais?
É possível você me descrever a sua rotina, desde o momento em que acorda até o momento de dormir?
Já teve outro trabalho, se não o da agricultura?
Se sim, qual?
Quais entes da sua família trabalham no campo com você?
Qual a sua função no trabalho no campo?
Quantas horas por dia trabalha no campo?
Quem é o principal trabalhador no campo?
Qual a carga horária do principal trabalhador no campo?
Alguém te ajuda nos afazeres domésticos?
Se sim, quem?
Quão importante você considera o seu trabalho no campo quando comparado aos seus outros companheiros de trabalho?
Como você se sente frente a sua carga de trabalho no campo e doméstico?

O Uso de Agrotóxicos
O que é agrotóxicos?
Manuseia, ou tem algum tipo de contato com agrotóxicos?
Já se sentiu mal em algum momento, que imagine ser pelo uso de agrotóxicos?
Já precisou procurar atendimento médico devido ao contato com agrotóxicos?
Você participa regularmente de palestras e/ou capacitações sobre manuseio de agrotóxicos?
Você costuma ler a bula dos agrotóxicos que se usa na lavoura?
Como é realizada a compra, o transporte e o armazenamento do agrotóxico até a propriedade rural?
Como você lava as roupas que usa no trabalho do campo?
Você sabe o nome do agrotóxico mais utilizado na lavoura que trabalha, e pra que ele serve?
Você acha que é importante utilizar agrotóxicos na lavoura? Por quê?
O que você acha do volume de agrotóxico utilizado da lavoura?
Você e sua família costumam consumir os alimentos que produzem? Se não, por quê?
Dá pra viver sem agrotóxicos?

Morbidades Referidas
Toma alguma medicação de uso contínuo? Se sim, qual (quais)?
Vc sabe porque faz uso dessas medicações?
Já teve algum problema grave de saúde? Se sim, qual (quais)?
Já fez alguma cirurgia? Se sim, qual (quais)?
Já teve alguma internação prolongada? Se sim, por que?
Já teve algum abortamento?
Já tentou engravidar e não conseguiu?
Como é seu ciclo menstrual?
Já teve algum filho que tenha nascido com algum problema de saúde? Se sim, qual (quais)?
Já teve bebê antes do tempo de nascer, ou seja, que tenha nascido prematuro?
Consegue ter uma boa noite de sono?
Tem dor de cabeça com frequência? Se sim, qual a frequência?
Tem dor de estômago com frequência?
Tem dor de barriga com frequência?
Tem coceiras ou alergias na pele com frequência?
Tem crises de espirro com frequência?
Tem formigamentos nas mãos e/ou nos pés com frequência?

Dados Socioeconômicos
Qual a renda familiar mensal?
Quem é o maior contribuinte da renda familiar no seu domicílio?
Vc, enquanto trabalhadora, tem rendimento mensal? Se sim, qual o valor?
E se sim, possui total autonomia para usufruir da sua renda?
Quem sustenta a casa?
A propriedade a qual trabalha é própria ou arrendada (ou sob outra forma de contrato. Qual?)?
Se é própria, é registrada em nome de quem?
Se é arrendada, ou sob outra forma de contrato, esse contrato é feito em nome de quem?
Quão importante é sua opinião na tomada de decisões na rotina de trabalho do campo?
Quão importante é a sua opinião na tomada de decisões na rotina da manutenção da casa?
O Bloco do Produtor Rural consta nome de quem?
Na propriedade, existem veículos utilizados para o trabalho no campo (Ex: tratores, caminhões etc.)?
Se sim, o documento consta em nome de quem?
No seu domicílio há automóvel e/ou motocicleta para uso pessoal?
Se sim, o documento está em nome de quem?
A propriedade conta com financiamento rural em banco? Se sim, em nome de quem?
Possui conta bancária em seu nome?
Possui algum planejamento financeiro pensando na sua aposentadoria (Ex: contribuição no INSS)?
Como você avalia a sua qualidade de vida?
Existe algo que poderia acontecer para melhorar a sua qualidade de vida no campo?

APÊNDICE 2

Autorização da Secretaria Municipal de Saúde para desenvolvimento e realização das etapas pertinentes ao estudo

Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo
Estado de São Paulo
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua: Antônio Fogaça de Almeida, 420-A – CEP 18230-000.
Tel. - (15) 3379-9398/(15) 99703-7854

Autorização para Coleta de Dados

Eu, **Kátia Raskevícius**, secretária municipal de saúde de São Miguel Arcanjo/SP, declaro estar ciente dos requisitos da Resolução CNS/MS 466/12 e suas complementares e declaro que tenho conhecimento dos procedimentos/instrumentos aos quais os participantes da presente pesquisa serão submetidos. Assim autorizo a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado "**Agricultura familiar, agrotóxicos e a mulher: sobre um cotidiano não falado**", sob-responsabilidade da pesquisadora **Amália Oliveira Carvalho** após a aprovação do referido projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa-Unicamp.

Kátia Raskevicius
Secretária da Saúde

Assinatura e carimbo
07/11/2017.

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Mulher, agricultura familiar e agrotóxicos: sobre um cotidiano não falado Responsável: Amália Oliveira Carvalho

Número do CAAE: 80848617.2.0000.5404

Você está sendo convidado a participar como voluntário de um estudo. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos e deveres como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houverem perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se você não quiser participar ou retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

Justificativa e objetivos:

A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família. A participação feminina sempre foi significativa e central dentro da organização produtiva agrícola das unidades familiares camponesas. No entanto, o trabalho feminino na agricultura familiar e o enfoque na mulher começam a ser considerados com sua real contribuição nos estudos rurais depois da década de 1960, mas na realidade começa a ser mais amplamente utilizado apenas nos anos 1980 e 1990. Há uma série de grandes condições de trabalho com enfoque na mulher, que agravam o seu risco no ambiente de trabalho a pesticidas agrícolas. Em comparação com os homens, as mulheres que trabalham na agricultura são tipicamente encontradas em empregos de baixa remuneração e menor status, com menos acesso a medidas de promoção, informação e segurança.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as relações da mulher com o cotidiano da agricultura familiar, na figura de cuidadora do lar, da família e do seu autocuidado no seu processo de trabalho, num cenário de manipulação e contato com agrotóxicos. E como objetivos específicos, visa a caracterizar as relações do trabalho na propriedade agrícola na qual está inserida a mulher, no âmbito da jornada de trabalho no campo e nos ambientes doméstico e de convívio social; descrever

sua relação com os agrotóxicos através do processo de compra, armazenamento e manipulação destas substâncias, e a sua opinião quanto ao uso e episódios de intoxicações referidas; caracterizar as morbidades referidas da mulher agricultora; caracterizar socioeconomicamente a mulher, sobretudo quanto a sua renda familiar, autonomia financeira, e contribuição previdenciária. E por fim, conhecer em que medida as relações entre homem/mulher, e poder perpassam globalmente pelo ciclo de vida da mulher agricultora familiar.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidada a uma entrevista pela pesquisadora, em caráter confidencial, que utilizará de um questionário norteador de perguntas pertinentes aos objetivos do estudo, que visa a conhecer o seu ciclo de vida no ambiente de trabalho, do lar e social. E por motivos de preservação de material de diálogo, fruto da entrevista, será utilizado um gravador de áudio, que auxiliará a pesquisadora em posterior análise do discurso produzido durante esse encontro. Você terá total acesso ao material gravado, a qualquer momento, quando julgar necessário.

Caso aceite participar da entrevista, esse momento terá a duração de cerca de 2 horas, em uma única vez, e acontecerá no seu ambiente de trabalho ou do lar. Consequentemente, o custo de deslocamento até a propriedade será de total responsabilidade da pesquisadora, que utilizará do seu próprio veículo para a realização do encontro, não gerando custos financeiros a entrevistada.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo se for do sexo masculino, se for agricultora que trabalhe em propriedade maior do que quatro módulos fiscais, ou seja, em propriedades maiores que 64 hectares, se for menor de 18 anos, e se por qualquer motivo se negar a participar do trabalho ou optar por não finalizar a entrevista. A entrevista não gerará riscos físicos ou biológicos, porém pode acarretar angústia e desconforto emocional. Diante desse cenário, a pesquisadora coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos e aportes no caso de sofrimento emocional, o qual pode ser acarretado no decorrer da entrevista. Além disso, a Resolução 466/12 (item IV.3) define que “os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa, previsto ou não no TCLE, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, patrocinador e das instituições envolvidas”

Benefícios:

Optando por participar da pesquisa, você não terá benefícios financeiros, ou qualquer

forma de privilégios. Porém, contribuirá para a pesquisa científica em questão, que visa dentre outros motivos supracitados, descortinar a invisibilidade do cotidiano da mulher trabalhadora rural no município de São Miguel Arcanjo/SP.

Acompanhamento e assistência:

Às mulheres que por motivo da entrevista, sentirem-se desconfortáveis, ou desencadearem alguma forma de sofrimento emocional, a pesquisadora se colocará à disposição para a devida assistência que se faça necessária, a fim de se preservar a integridade da entrevistada no seu percurso de vida.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento:

Não haverá nenhuma forma de ressarcimento financeiro à mulher que optar por participar do estudo, mesmo porque esta pesquisa não gerará ônus algum à participante deste projeto.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora, Amália Oliveira Carvalho, locada no endereço: Rua Antônio Fogaça de Almeida, nº420ª, no município de São Miguel Arcanjo/SP. O contato pode ser realizado pessoalmente no endereço supracitado, ou pelo e-mail: amaliacarvalho@hotmail.com, ou pelo telefone: (15) 32798150.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação no estudo, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936; fax (19) 3521-7187; e- mail: cep@fcm.unicamp.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter sido esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar.

Nome do(a) participante: _____

_____Data:_____/_____/_____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do responsável)

E adicionalmente,

( ) autorizo a gravação da entrevista em áudio

( ) NÃO Autorizo a gravação da entrevista em áudio

Nome do(a) participante: _____

_____Data:_____/_____/_____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do responsável)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____Data:__/_____/_____.

(Assinatura do pesquisador)